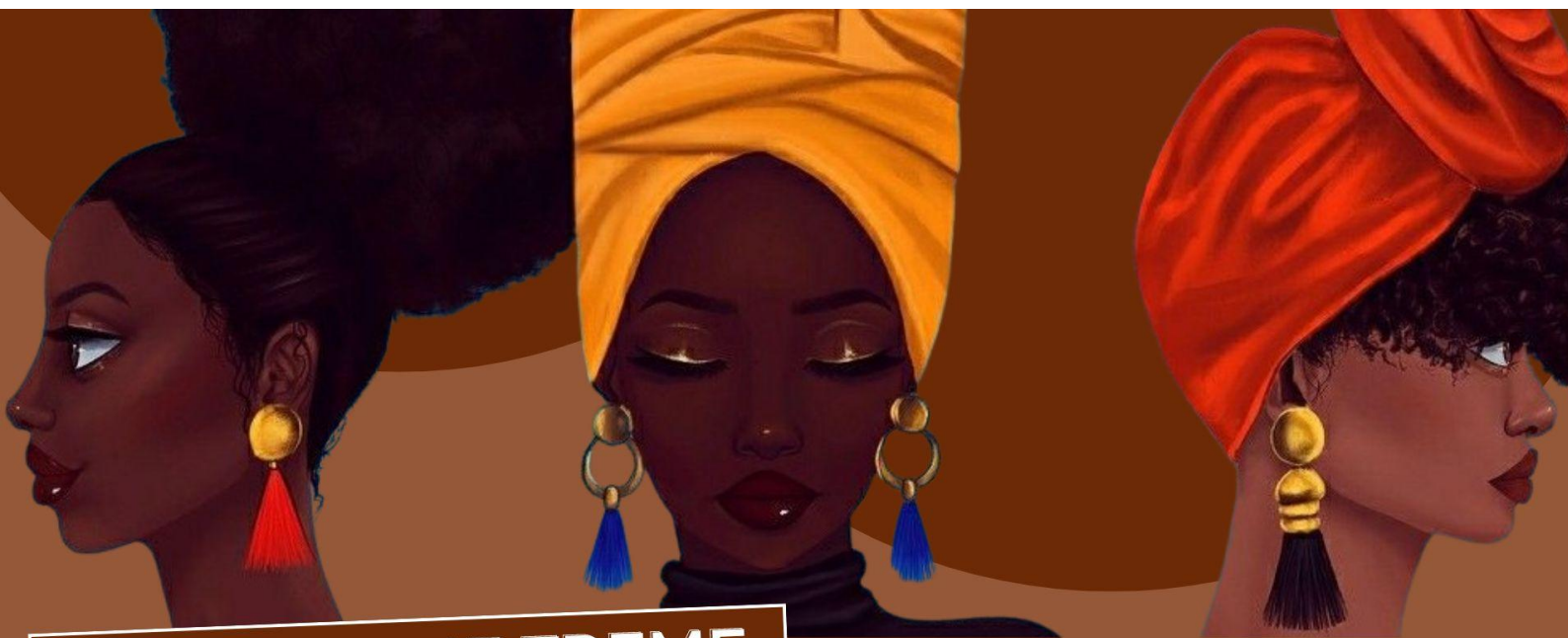




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO.

AMANDA KAROLINE PIMENTEL VIEIRA



TREME TREME TREME:

**CIBERATIVISMO E REPRESENTATIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DE
EMPODERAMENTO FEMININO POR INFLUENCIADORAS DIGITAIS NEGRAS NA AMAZÔNIA**

Belém- Pará
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO.

AMANDA KAROLINE PIMENTEL VIEIRA

TREME TREME TREME:

Ativismo e representatividade na construção de narrativas de empoderamento feminino por ativistas digitais negras na Amazônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosaly de Seixas Brito

Belém- Pará

2024

AGRADECIMENTOS

Esse caminho jamais seria possível sem o apoio de pessoas que foram fundamentais para a conclusão dessa pesquisa. Mesmo o trabalho de pesquisa sendo algo solitário eu nunca estive sozinha sempre contei com o apoio de amigos e familiares que nos momentos mais difíceis me ajudaram a me reerguer. Quero agradecer primeiramente às interlocutoras da pesquisa que disponibilizaram suas histórias para contribuir com esse trabalho. As entrevistas foram essenciais para a construção dessa pesquisa.

Minha gratidão também a minha mãe, minha irmã e meu pai que me auxiliaram em minha vida acadêmica. Minha avó que é sinônimo de força e resistência e me ensinou acerca da importância de estudar, ela era analfabeta, e valorizava muito a educação. Meu caminho ao longo desse período foi repleto de apoio de amigos importantes, minha amiga Erika Mourão que sempre me apoio e esteve ao meu lado durante minha trajetória no PPGCOM, nossa parceria foi incrível e agradeço por todo o apoio. Eu agradeço à minhas amigas Marieta Maia e Karoliny Souza pelo apoio e auxílio neste último ano que foram fundamentais para dar prosseguimento na minha trajetória.

E é claro eu agradeço a minha orientadora Rosaly de Seixas Brito por sempre estar do meu lado me apoiando e acreditando no meu potencial, ela não foi somente minha orientadora foi uma mãe de pesquisa para mim, nos momentos difíceis ela estava lá tentando me ajudar e eu sou muito grata por isso. E agradecer a banca avaliadora composta pelas professoras Danila Cal Lage e Maria Amoras pelo empenho e dedicação em ler e contribuir para esta pesquisa. Este trabalho só foi possível graças ao apoio dessas pessoas especiais que fazem parte da minha vida. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

“Para uma sociedade que se deseja branca e civilizada nos parâmetros da cultura ocidental, o corpo negro é, em si, uma transgressão”

Posfácio de Yara Frateschi no Livro de Sueli Carneiro
“Dispositivo de Racialidade” (2023), professora de Ética e Filosofia do Departamento de Filosofia da Unicamp.

RESUMO

Propomos nesta pesquisa analisar o challenge, desafio virtual nas redes sociais, sob o aspecto social e político. O desafio que ensejou este estudo é o challenge Treme treme treme, voltado a exaltar a negritude amazônica no Instagram. Trata-se de uma versão amazônica do desafio virtual chamado Don't rush challenge, cujo objetivo é valorizar a beleza preta, bem como promover o empoderamento de mulheres negras, em busca de representatividade e aceitação social e de si mesmas. Postulamos, aqui, o papel das mulheres que protagonizam o desafio como ativistas, por abordarem em suas postagens narrativas que envolvem, para além da valorização da beleza preta, elementos que contribuem para confrontar o racismo estrutural vigente na sociedade brasileira. Atraem, dessa maneira, a atenção de seus seguidores para esse tema e suas implicações. Pretendemos investigar, por meio do challenge Tremme Treme Treme, como as produções midiáticas de ativistas no Instagram perante os preconceitos vivenciados diariamente por mulheres negras ressignificam o papel das redes digitais e podem constituir um importante instrumento na luta pelo empoderamento feminino. Aquino (2009) nos permite pensar o desafio virtual como uma nova forma de ativismo, graças à sua capacidade de gerar uma ação conectiva, no sentido que lhe é atribuído por Prudencio (2018). É notável o entrelaçamento entre o ativismo e os conceitos de participação, conectividade, subversão, bem como a ausência dos limites entre físico e virtual (MALINI E ANTOUN, 2013). Considerando o ambiente midiático, ou o bios midiático (SODRÉ, 2010), analisamos os relatos de si apresentados no desafio virtual sob a ótica da narrativa, partindo do pressuposto de que é por meio da narração que se constroem identidades, assim como realizamos entrevistas com as participantes e com as espectadoras do challenge. A pesquisa se desenvolve sob a perspectiva da teoria feminista negra e das narrativas de si, base para a análise das experiências individuais apresentadas no desafio. A pesquisa parte do pressuposto de que as mídias digitais não devem ser vistas como mero instrumento ou ferramenta, e sim como um ambiente no qual, ao interagirmos, construímos laços e podemos participar de alguns debates cruciais na sociedade contemporânea, como é o caso do objeto de estudo deste trabalho. É perceptível também que a valorização da beleza preta em si não é suficiente para empoderar um indivíduo, principalmente se não estiver atrelada a uma consciência crítica racial. Postulamos que a confrontação e rupturas com a matriz moderno-colonial, numa perspectiva antirracista e decolonial, são fundamentais para a reafirmação da identidade negra. O challenge contribui, nesse sentido, na formação de uma consciência crítica racial ao promover uma reflexão acerca da autoaceitação da beleza negra.

Palavras- chave: Ativismo digital. Representatividade. Narrativas de si. Beleza negra. Amazônia.

Lista de Figuras

Figura 1: A beleza preta em destaque na challenge Treme treme treme	12
Figura 2: Blog Mate masie idealizado e administrado por Interlocutora 5.....	69
Figura 3: Karmadacena o movimento negro em evidência	72
Figura 4: Afirmação identitária e empoderamento.....	98
Figura 5: A valorização da beleza preta	98
Figura 6: O cabelo crespo e cacheado como símbolo de resistência.	99
Figura 7: Participantes do challenge exaltando a beleza preta.	102
Figura 8: Mulheres negras em evidência	105
Figura 9: A importância do resgate identitário em Treme treme treme	106

Lista de Tabelas

Tabela 1: Interlocutoras da pesquisa..... 26

Tabela 2: Participantes do challenge..... 59

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2. A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DO CORPO DA MULHER NEGRA: A OBJETIFICAÇÃO FEMININA E A REITERAÇÃO DE COLONIALIDADES.....	22
2	
2.1. As marcas do racismo na história social da formação da sociedade na América Latina	2531
2.2. A inferiorização do cabelo afro: um retrato do racismo e da colonialidade.....	399
3. DA CIBERCULTURA AO ATIVISMO: A RECONFIGURAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MEIO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS....	523
3.1. Ação conectiva em rede e ativismo.....	656
3.2. O lugar de fala como propulsor de mudanças sociais.....	765
4. EMPODERAMENTO E RESISTÊNCIA: O “EU” COMO AGENTE PROPULSOR DE MUDANÇA SOCIAL..	823
4.1. O feminismo negro em busca de justiça social	828
4.2. A narrativa de si como estratégia para o alcance da consciência antirracista.	890
4.3. Treme treme treme: a narrativa de valorização da beleza preta em evidência.....	898
4.4. O challenge e sua função social	100
4.5. Treme treme treme: a busca por uma voz coletiva e autodefinida.....	1008

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1145
APÊNDICE 1	1189
APÊNDICE 2	11920
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1201

1. INTRODUÇÃO

A construção da sociedade humana tem na comunicação seu alicerce principal para a formação de vínculos. Com o decorrer dos anos, novos processos comunicacionais se forjam, levando à reconfiguração de práticas e aparecimento de novos sujeitos sociais e vice-versa. Como a tecedura de um imenso pedaço de pano, em que cada interação contribui parcialmente para confeccionar e formar a rede social na qual estamos inseridos.

Para alcançar objetivos comuns aos integrantes desse sistema social, debates em arenas públicas foram conquistando espaço na agenda da sociedade. A opinião individual passa a atingir dimensão pública e coletiva, porém com o advento tecnológico no cenário social, passam a ocupar o ciberespaço (MALLINI E ANTOUN 2013). Das ruas às redes, nasce o ativismo, prática associada a ativistas e movimentos sociais que utilizam as redes digitais para atuar, informar e articular mobilizações dentro e fora das redes.

O ativismo no ciberespaço vem sendo amplamente estudado no campo da comunicação, da sociologia e áreas afins na época contemporânea. Neste trabalho, buscamos contribuir com esses estudos, ao focalizar um tipo de mobilização que tem o propósito de ampliar representatividade de mulheres negras belenenses que, ao atuarem como influenciadoras digitais se tornam produtoras de mensagens em busca da justiça social, colaborando para a ressignificação de padrões coloniais racistas vigentes na sociedade brasileira desde sua constituição. O chamado challenge¹, que significa desafio, é uma forma de narrativa no ambiente digital, por meio da produção de vídeos que são postados nas redes sociais, sobretudo no TikTok² e Instagram². Em Belém, o

¹Neste trabalho, apesar da palavra challenge ser de origem inglesa, optou-se por não utilizar o destaque gráfico em itálico, de maneira a não poluir visualmente o texto.

² O TikTok é hoje uma das redes sociais mais usadas no Brasil por adolescentes, celebridades, humoristas – profissionais ou não – e empresas. Em 2023, tem sido o refúgio para muita gente relaxar, dar algumas risadas, se emocionar e, claro, dançar. Segundo a pesquisa da We Are Social e da Meltwater, essa rede social possui mais de 82 milhões de usuários brasileiros.

² De acordo com a pesquisa da We Are Social e da Meltwater, essa rede social se consolidou como a 3ª rede social mais usada no Brasil em 2023, com 113,5 milhões de usuários. O Instagram foi lançado em 2012 como uma das primeiras redes sociais exclusivas para acesso por meio do celular.

challenge se revestiu de cunho social e político. O challenge Treme treme treme buscou exaltar a negritude amazônica no Instagram e Twitter. Em 2020, durante a pandemia do novo coronavírus muitas pessoas recorreram a esses desafios como forma de diversão. Por conta disso, várias plataformas foram tomadas por desafios e correntes dos mais variados estilos. No mesmo ano, o challenge intitulado Treme treme treme³, uma versão amazônica do desafio virtual chamado Don't rush challenge⁴ publicada no Instagram. Esse desafio surgiu como uma forma de exaltar a beleza preta, contando com a participação de artistas negras de âmbito nacional, como: a cantora Iza e a atriz Taís Araújo. O challenge Treme treme treme foi publicado em 12 de abril de 2020 em duas plataformas, o Twitter e o Instagram, no entanto o alcance da publicação nas plataformas não foi o mesmo. No Twitter, a postagem obteve 5.869 visualizações, 68 retweets, 50 Comentários e 372 curtidas. Já, no Instagram a publicação alcançou 369 visualizações, 63 curtidas e 20 comentários. No vídeo, as protagonistas⁵ são mulheres negras da região metropolitana de Belém que exaltam sua beleza ao som do tecnomelody, ritmo paraense. A música escolhida foi Treme, da cantora paraense Keila.

⁴Link de acesso ao desafio virtual, twitter: <https://twitter.com/anarrativa/status/1249417862328057858?s=20>

Instagram: https://www.instagram.com/p/B-5VLeWphsq/?utm_source=ig_web_copy_link

⁵O Don't Rush Challenge também empenha-se em enaltecer a beleza da mulher negra. Nesse desafio, as participantes são artistas negras famosas que surgem sem maquiagem e vestidas com roupas confortáveis e, em seguida, se transformam e exibem uma superprodução com maquiagem e look. Ao som de Don't Rush, de Young T & Bugsey, as participantes mostram essa produção uma a uma.

⁶Os perfis das protagonistas no Instagram: @giocfb; @Gabrielle de.oliveira_; @aluzpreta; @abeatrizbalby; @sinarando; @leticiaacmoreira; @next2naya; @dressalages; @lauraloisyy; @arielcarlim; @09.salazar; @apricilaribeiro_; @janaina.mnoronha; @_siatv e @wthlali

Figura 1: A beleza preta em destaque na challenge Treme treme treme



Fonte: Instagram

Inspirado no Don't Rush Challenge⁶, como mencionado acima, o desafio Treme treme treme foi idealizado no início de abril de 2020 durante a pandemia, a única maneira encontrada por essas mulheres pretas para se divertir foi participar do desafio, primeiramente o intuito era se divertir. Dayana Manasses, participante e uma das idealizadoras, em seu perfil pessoal no Twitter convocou outras garotas pretas a participarem do desafio, logo, elas se reuniram por meio do WhatsApp e Google Meet, planejaram e produziram o desafio. A gravação dos vídeos aconteceu em suas respectivas casas, onde também foi realizada a edição, e assim foi publicado o desafio em duas redes digitais no Instagram e Twitter. Com a repercussão, o que era um simples desafio divertido adquiriu características políticas e sociais.

Seu objetivo é valorizar a beleza preta, bem como promover o empoderamento de mulheres negras, em busca de representatividade e aceitação de si mesmas. Por meio dele, foi apresentada a diversidade existente nos traços peculiares da beleza preta amazônica. Partimos, aqui, da premissa de que essas influenciadoras digitais podem ser consideradas ativistas digitais, por abordarem em suas postagens narrativas que envolvem, para além da

⁶ Link: https://www.instagram.com/p/B-IRCxkjs1t/?utm_source=ig_web_copy_link

valorização da beleza preta, elementos de contestação do racismo estrutural vigente na sociedade brasileira. Atraem, dessa maneira, a atenção de seus seguidores para essas temáticas e suas implicações. Para isso, analisamos os relatos de si apresentados no desafio virtual sob a ótica da narrativa, partindo do pressuposto de que é por meio da narração que os sujeitos constroem significados recorrendo a um sistema simbólico já presente em determinada cultura. Este ato narrativo é a única forma dos seres humanos descreverem suas experiências. Além disso, refletimos acerca da questão identitária compreendida como uma narrativa aberta, passível de transformações. Enfim, quando narramos atribuímos sentidos e significados ao mundo a partir de nossas vivências (MOTTA, 2013).

Nossa análise busca, por meio de entrevistas semiestruturadas, identificar os efeitos de sentido que o challenge ocasionou nos espectadores e também indagar sobre os objetivos e motivações do desafio segundo as idealizadoras. Nosso corpus de análise é: as entrevistas com as idealizadoras deste desafio e também mulheres que tiveram acesso ao challenge pelas redes sociais, bem como a narrativa dos vídeos. A presente pesquisa investiga por meio do challenge Trem Treme Treme como as produções midiáticas de ativistas digitais no Instagram perante os preconceitos vivenciados diariamente por essas mulheres ressignifica o papel das redes digitais e constrói um novo olhar sobre o empoderamento feminino. Nosso objeto de estudo foi escolhido devido à relevância deste objeto para a pesquisa em comunicação e também por se tratar de um desafio que busca ir muito além do que apenas entreter seus seguidores, já que busca desmitificar e decolonizar padrões de beleza impostos pelo pensamento colonial.

A postagem Treme treme treme foi feita em 2020 nas plataformas Twitter e Instagram. O Instagram é uma rede social constituída por um feed de notícias voltado para ver fotos e vídeos das pessoas a quem o usuário segue nesta plataforma, sua característica principal é o conteúdo visual. Já, o Twitter consiste em outra rede social com uma característica que o diferencia do Instagram, o conteúdo objetivo e claro limitado a 140 caracteres, essa plataforma foi criada com o intuito de disseminar informações de maneira mais rápida e objetiva. O nosso objeto empírico contou com a participação de influenciadoras digitais

negras de Belém e Ananindeua⁷ que produzem conteúdos relevantes e alcançam seus seguidores com suas postagens. Ressalta-se a relação entre o desafio virtual Treme treme treme e o ativismo contribui, por meio dos sentidos que produz, para a reafirmação identitária e para o fortalecimento da representatividade feminina como ação política para enfrentar as formas de opressão interseccional vividas por mulheres negras no contexto amazônico?

O objetivo geral da pesquisa é compreender como o challenge Treme treme treme auxilia a construir um olhar crítico sobre o racismo, permitindo enfrentar os preconceitos vivenciados diariamente por mulheres negras no Brasil. Como objetivos específicos, busca-se: 1) analisar a importância de uma ética dos afetos e das estratégias sensíveis como fonte da ação política no desafio focalizado; 2) Discutir como se deu, desde o período da colonização, a construção da raça na constituição da nação brasileira e como essa construção incidiu sobre o corpo das mulheres negras, questão de fundo no desafio analisado; 3) Refletir sobre como as narrativas de si se entrelaçam com contextos mais amplos da vida social, podendo minar os valores hegemônicos.

Como já mencionado antes, compreendemos as mídias digitais não somente como um instrumento ou ferramenta, mas sim, como um espaço/ ambiente no qual construímos laços, bem como temos acesso e podemos interferir em debates importantes na sociedade, como proposto pelo challenge analisado neste trabalho. E além disso, é notório que a partir do challenge nossa visão acerca do racismo, sexismo e outras opressões interseccionais são tensionadas abrindo possibilidade para a ruptura aos padrões estéticos, bem como para a reafirmação da identidade negra que sempre foi vista como inferior

⁷ Segundo o site Portal Amazonia, esta cidade está localizada na Região Metropolitana de Belém, e é o segundo município mais populoso do Pará, e o terceiro da Região Amazônica. Seu nome é de origem Tupi devido a vasta quantidade de árvores chamada Anani produtora da resina de cerol utilizada para lacrar as fendas das embarcações.

e subalternizada. Nosso olhar é conduzido a refletir sobre as opressões sociais enfrentadas por essas mulheres negras que são decorrentes do pensamento colonial e a partir dessa reflexão é perceptível a importância do pensamento decolonial para libertação das amarras do sistema opressor colonial. É por isso, que nosso objeto de estudo é relevante para a ciência da comunicação, pois a partir deste poderemos perceber a importância da arena de debate público instituída pelas mídias digitais quando utilizadas para debater temas relevantes na sociedade em busca da conscientização ou solução de problemáticas sociais vivenciadas por muitos de nós em nosso cotidiano.

Nossa investigação busca por meio do paradigma relacional compreender os processos comunicativos baseados na relação com o outro. Nossa discussão baseia-se nas contribuições de Vera França (2016) sobre a comunicação por meio de três dimensões: relacional, simbólica e contextual, em que enfatiza o papel da comunicação frente às interseções e à dinâmica constitutiva dos indivíduos e da sociedade. Nessa perspectiva, a comunicação estaria no cerne das relações sociais, entreposta pela linguagem e a partir determinada situação, de uma temporalidade recursiva e de uma perspectiva circular. Da qual, há um ato de reciprocidade na relação estímulo- resposta, onde uma fonte de estímulo é também de resposta, bem como uma resposta é uma fonte de estímulo.

Segundo França (2016), a perspectiva relacional apresenta como características preponderantes as trocas, o compartilhamento de perspectivas, reciprocidade entre os sujeitos, construindo um ambiente comum no qual haverá uma relação de mútua afetação. Isso devido aos processos de interação mediado e organizado pela comunicação. Compreendendo os sujeitos enquanto sua relação com o outro, onde cada indivíduo ocupa uma posição ativa num processo de significação mútua visando a construção de sentidos múltiplos.

Espera-se contribuir para o estudo das mídias digitais sob a perspectiva do paradigma relacional que compreende os processos comunicacionais na relação com o outro. Esse paradigma estuda a comunicação em três dimensões: a relacional; a simbólica e a contextual (FRANÇA, 2016). Já que essas dimensões impactam diretamente a relação interacional e também fornecem os alicerces para o entendimento da ciência comunicativa pensada a partir da perspectiva dialógica. Acentua-se o papel da comunicação ao se refletir acerca

das interseções e também a partir da relação constitutiva dos indivíduos e da sociedade.

As narrativas do challenge aqui focalizadas ressignificam o corpo da mulher negra, exaltando sua beleza desde o cabelo até a cor da pele, o que leva à desconstrução dos padrões estéticos dominantes e estimula sua autoaceitação. Dessa maneira, ao invés do histórico ocultamento e inferiorização de seus corpos e aparência, a elas se atribui uma visibilidade positiva capaz de estimular a sua autoestima.

É importante destacar meu lugar de fala nesta pesquisa e o que me moveu em sua direção. Como mulher negra e amazônida sempre fui atravessada pelo racismo desde meu nascimento o que me levou à escolha deste tema e objeto, motivada por situações pessoais enfrentadas no meu cotidiano. Foi durante a minha infância que fui vítima de preconceito racial pela primeira vez, mesmo tentando ocultar minha identidade negra por meio do alisamento químico de meu cabelo, o único traço que eu não podia esconder era a cor da minha pele. O racismo chegou até mim no ambiente escolar quando eu fui chamada de maneira pejorativa por uma garota durante a aula de educação física, ignorei o acontecido e não disse aos meus pais. Mas no dia seguinte minha mãe soube e foi até a direção da escola, de vítima passei a ser vista como culpada e minha mãe como louca, e os papéis se inverteram. Minha professora na época era uma mulher negra, mesmo assim me olhava com desprezo e me culpava pelo ocorrido. Além disso, para a diretora eu estava agindo errado em denunciar um preconceito no ambiente escolar e não houve medida disciplinar à agressora. Ao lembrar da minha infância e do ocorrido me faz refletir e buscar que outras crianças negras não tenham que conviver com o racismo, pois ele nos acompanha desde o nascimento e apenas quem foi vítima desse preconceito sabe o quão doloroso, é uma ferida que cicatriza e fica marcada em nossa vida para sempre. Desde então, me dedico a lutar contra o preconceito racial por ter sido algo doloroso para mim desde a infância. Durante a minha vida presenciei o racismo em todos os lugares, nos telejornais; nas ruas e sobretudo na minha família. O que me tornou essa mulher consciente e antirracista, sei que sentir o racismo na minha infância me fez olhar para esse preconceito com o objetivo de combatê-lo, e o presente trabalho é uma das formas que encontrei para combater o racismo com

uma visão consciente e antirracista da nossa sociedade com o propósito de reafirmar a identidade negra.

A partir do desafio Treme treme treme compreendemos que os processos de representatividade e as lutas das mulheres negras são atravessados por interseccionalidades e ocorrem no contexto decolonial (COLLINS, 2019 E LUGONES, 2014), confrontando as hierarquias de gênero e raça vigentes, ao se apropriar das plataformas digitais com o intuito de amplificar suas vozes, mobilizar e combater as colonialidades históricas vivenciadas pelas pessoas pretas.

Nossa pesquisa apresenta como metodologia a análise do relato de si com o objetivo de investigar como este relato está presente em nosso objeto empírico. Este modelo de análise foi cunhado por Judith Butler (2015). A partir da leitura de sua obra surge a seguinte indagação: qual a importância de estudar e conhecer as narrativas de si? Revelar a forma como o mundo se expressa e se manifesta simbolicamente a partir do relato de nossas vivências.

Segundo Motta (2013) as narrativas estão diretamente relacionadas às intenções e respostas, ou seja, aos resultados esperados pelo narrador na utilização estratégica da linguagem em busca de despertar e induzir emoções no interlocutor. Nossas narrativas são responsáveis por tecer a nossa vida. Narrar é uma forma de atribuir sentido à vida. O ato narrativo é mais que uma representação, na verdade são formas de atribuir sentido às experiências humanas e também capazes de instituir significados à nossa existência. Narrando presentificamos o passado, o presente e o futuro.

Segundo o autor, a narração é um instrumento na compreensão de quem somos, pois está relacionada direta e indiretamente atravessada por aspectos sociais e pela busca por justiça social. O que o sujeito narra no relato de si são reverberações e conteúdos que estão atravessados e marcados socialmente. É perceptível que a relação entre a narrativa e interação social estabelecida é fundamental para a eficácia do processo narrativo.

A presente pesquisa tem natureza qualitativa, e serão utilizados como procedimentos de investigação: a pesquisa bibliográfica, o método indutivo, bem como as entrevistas semiestruturadas como objetivo de conhecer aspectos

relacionados tanto ao challenge e como este impactou na vida das mulheres que assistiram ao vídeo.

No que se refere à pesquisa qualitativa, segundo Martino (2016), é a aquela que se preocupa com os significados presentes em nossas ações humanas. Visa compreender as ações humanas, e não busca explicá-las. Essa natureza de pesquisa investiga o mundo das subjetividades, buscando compreender as motivações e elementos individuais das interlocutoras/es da pesquisa. O autor evidencia que não se trata de uma pesquisa com um grande número de entrevistados ou participantes, visto que é necessário aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o sujeito que estamos entrevistando. A pesquisa qualitativa busca aproximar-se dos significados atribuídos às experiências devido a possibilidade de composição do grupo de sujeito com o qual vamos realizar nossa investigação.

A pesquisa bibliográfica como técnica de levantamento de dados é, segundo Martino (2018), realizada com base em leituras que giram em torno de uma mesma temática. Levantando o que é pesquisado sobre o tema na área, evidenciando as tendências de pesquisa a respeito do tema em questão. Visando construir um referencial teórico de uma investigação mais contextualizada. Marconi e Lakatos (2003) complementam a discussão levantada por Martino (2018) sobre a pesquisa bibliográfica; para as autoras, esse modelo de levantamento de dados seria um apanhado geral acerca do que já foi produzido e que se mostra relevante sobre a temática analisada. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica tem por base fontes secundárias, isto é, recorre a documentos como artigos, imprensa em geral, obras literárias e entre outros.

Por sua vez, também buscamos como aparato para nossa investigação as entrevistas semiestruturadas visando levantar a história de vida dessas ativistas digitais, bem como as razões que as motivaram a idealizar e produzir o challenge. Segundo Marconi e Lakatos (2004), a entrevista é uma técnica de pesquisa que visa a obtenção de dados, bem como compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas. Trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, o pesquisador e o pesquisado. As autoras relatam que antes da entrevista, o pesquisador deve informar ao entrevistado sobre o

interesse, a utilidade, o objetivo da pesquisa, e as condições da mesma, além de se comprometer com o anonimato. As autoras descrevem as vantagens da utilização de entrevistas nas pesquisas científicas que são: o conhecimento do que as pessoas pensam sobre os fatos; a compreensão da conduta das pessoas por meio dos seus sentimentos e anseios; a obtenção dos dados que não se encontram em fontes documentais que são considerados relevantes e significativos e a análise que não se restringe apenas as respostas, mas também as reações e os gestos. Para as autoras, a entrevista semiestruturada possibilita ao entrevistador liberdade para conduzir a entrevista na direção que considere adequada, proporcionando explorar mais amplamente a questão.

As entrevistas foram feitas de acordo com a disponibilidade de cada interlocutora. Nosso diálogo aconteceu de duas formas: presencial e remota. O primeiro contato foi estabelecido por meio de mensagens nas redes digitais, e o segundo, presencialmente. Os relatos foram todos registrados em áudio e decupados.

Mediante a análise das falas e das interações durante as entrevistas, e a partir dessas interações fui atravessada por desconstruções pessoais, nas quais ideias foram por vezes tensionadas e me fizeram refletir sobre como é importante a gente dialogar sobre racismo, autoaceitação, reafirmação identitária e poder de fala. Durante a entrevista com a interlocutora 5, tivemos uma conversa em que alternamos nossos papéis por um momento ao mencionar sobre o poder de fala e a diferença entre timidez e intimidação. Ela expõe acerca da importância de criar espaços de fala para pessoas pretas, fui tensionada a refletir sobre a minha timidez ao falar em público e por meio dessa conversa percebi que não sou tímida, mas sim intimidada pelo sistema opressor.

Tu é muito tímida ou em determinados espaços é intimidada e se cala por que acha que não tem capacidade de falar sobre o tema. Enquanto tem gente que está abrindo a boca para falar sem propriedade nenhuma sobre determinado assunto. Então, isso também é racismo, a gente passa por um processo de intimidação o tempo inteiro para sermos silenciados, não contar nossa história, não relatar a nossa perspectiva de nada. Muitas pessoas passaram por esse processo de não poder falar, de ter sido silenciada em vários momentos por pessoas que achavam que a gente não sabia falar. (OLIVEIRA,2023)

É notório que essa alternância de papéis nos proporcionou um novo olhar acerca da importância da entrevista no trabalho científico como responsável por

possibilitar desconstruções pessoais e esse diálogo que provoca tensionamentos e percepções importantes na qual nós como pesquisador somos provocados a refletir sobre nossos medos e inseguranças levando em consideração como somos atravessados pelas opressões sociais que nos fazem pensar que somos incapazes de falar a nossa perspectiva sobre um determinado assunto.

O primeiro capítulo da presente dissertação aborda como ocorreu a formação da identidade nacional levando em consideração aspectos socioculturais e históricos. Ao discutir questões como corpo- território e identidade negra percebe-se nesse capítulo a importância do pensamento decolonial para a libertação das matrizes da colonialidade. Além da crítica a forma como a mulher negra e indígena no período colonial vista apenas com o intuito de contribuir para a miscigenação da sociedade brasileira na época visando a formação de uma identidade homogênea tão idealizada pelos colonizadores. Este capítulo contribui para a reflexão de como nós mulheres sempre fomos vítimas das opressões de gênero e raça. Nosso intuito com este capítulo é além de refletir e analisar esse período nefasto da nossa história é também criticar, pois por meio da crítica formamos opiniões analíticas acerca desse assunto e percebemos que apenas a partir do pensamento decolonial seremos livres das opressões interseccionais.

Nossa argumentação segue no segundo capítulo abordando uma discussão contextualizada acerca da temática do ativismo. Evidencia-se o potencial das redes digitais, apropriadas por diferentes sujeitos em perspectiva contra-hegemônica, como ambiente privilegiado do debate social contemporâneo, ao trazer à cena pública temas de interesse de grupos sub-representados, com caráter eminentemente político. Será posta em questão sua capacidade de pautar a agenda pública e ampliar o direito à fala, sobretudo no challenge em análise.

O último capítulo desta dissertação aborda as narrativas de si como base para essa forma de ativismo, o challenge, por meio de uma análise crítica de suas características e das reflexões que propõe, sob a perspectiva feminista negra. Analisamos o challenge sob os enfoques decolonial, antirracista e interseccional e em seu repertório de ação política. Destacamos como pontos

importantes de nossa discussão: o pensamento decolonial oferece os insumos críticos capazes de confrontar amarras sociais vigentes e contribuir para transformar a práxis social. As narrativas de si, por sua vez, como enunciação das experiências vividas pelas sujeitas/sujeitos, podem articular a experiência singular e individual destas/destes com o contexto social mais amplo, somando-se a outras trajetórias com muitos pontos em comum. Nesse sentido, podem transformar-se em ferramenta política e assumirem uma dimensão emancipatória.

2. A construção imagética do corpo da mulher negra: A objetificação feminina e a reiteração de colonialidades.

As muito feias que me perdoem
Mas beleza é fundamental.

Vinicius de Moraes, 1959

Inicia-se este capítulo com a frase de Vinícius de Moraes sobre as mulheres, com a qual ele inicia o texto *Receita de Mulher*⁸, de 1959, acerca das mulheres e sobretudo a exaltando a beleza feminina e estabelecendo padrões a respeito do que é ser uma bela mulher. Pouco tempo depois, na música *Garota de Ipanema* percebemos como o estereótipo branco e ocidental está impregnado no imaginário social acerca do que é considerado belo segundo esses padrões. No seguinte trecho da música: “moça do corpo dourado, do sol de Ipanema. O seu balançado é mais que um poema. É a coisa mais linda que eu já vi passar” (JOBIM E MORAES, 1962). Neste trecho é perceptível a visão da mulher objetificada, na qual os compositores exaltam a mulher jovem do corpo dourado, ou seja, uma jovem branca bronzeada de classe média alta, pois reside na zona Sul do Rio de Janeiro, Ipanema.

A questão estética no Brasil é associada aos padrões de beleza europeus, uma herança do período colonial que sofre atualizações com o decorrer dos séculos. A imagem distorcida que considera o corpo negro como feio, primitivo, agressivo e hipersexualizado é uma construção imagética advinda do contexto colonial. É nessa perspectiva que foi idealizada a figura das mulatas do Sargentelli, uma imagem hipersexualizada e objetificada da mulher negra. Ele era radialista e apresentador, carioca da Lapa, tinha estreita ligação com o mundo do samba. Na extinta TV Tupi ele apresentou os programas intitulados *O preto no branco* (1957) e *Advogado do Diabo* exibido pela emissora até meados de 1964, quando foi censurado e proibido pelo governo militar de Castelo Branco. Logo após a censura aos seus programas ele partiu para o samba e também inaugurou a casa de espetáculos chamada *Sambão*, em Copacabana, no ano

⁸ Disponível em: [https://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/receita-de-mulher.\(bom](https://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/receita-de-mulher.(bom)

de 1969 e em 1970, abriu mais uma casa noturna chamada Sucata e, três anos depois, em 1973, o Oba-Oba. Sargentelli faleceu em 13 de abril de 2002 aos 78 anos. Por ele se autodefinir mulatólogo, na data do seu aniversário, 8 de dezembro, é comemorado o dia da Mulata.

A figura objetificada e hipersexualizada da mulher brasileira sempre foi explorada para atrair turistas. Mais recentemente, essa visão da mulher foi empregada na frase do ex-presidente da república Jair Bolsonaro⁹: “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”. Neste trecho, reitera-se, mais uma vez, visão estereotipada criada há décadas por Sargentelli por meio das suas músicas e da figura da mulher que ele enunciava em seu programa de televisão. E por falar em suas músicas, elas apresentam expressões racistas em suas letras e títulos musicais, podemos citar: “O teu cabelo não nega” uma canção que inferioriza o cabelo crespo e que também traz a figura da mulata a mulher preta cujo corpo sempre foi visto como hipersexualizado. Como é o caso das famosas “Mulatas do Sargentelli”, como ficou conhecido o grupo de mulheres negras que se apresentavam ao lado do sambista e apresentador.

A respeito dessa sexualização dos corpos pretos difundida desde o período colonial Lélia Gonzalez (1984) afirma que a mulher negra é representada sob dois estereótipos: mulata e empregada doméstica. Mulata na conhecida representação do carnaval, que cultua o corpo seminu das mulheres negras, como objeto de desejo dos homens. Mesmo a imagem da mulata e da empregada doméstica apresentando-se como opostas, elas reformulam o papel da mucama no período colonial, termo que designava a escrava negra moça que ajudava nos serviços domésticos, mas não apenas isso, as mucamas eram vítimas de violência sexual por seus senhores brancos. Para a autora, a imagem da mulata está ligada ao carnaval, como a rainha da escola de samba, desejada e erotizada. Associada à imagem da mucama da época colonial, a mulata é vista como um objeto sexual. Apartada do período festivo essa mulata se transforma na empregada doméstica, a mucama, em oposição ao glamour e exaltação

⁹ A frase acima foi dita pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) durante café da manhã com jornalistas de diversos veículos de comunicação do Brasil nesta quinta-feira (25/04/2019). Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraiso-gay.html>

presentes no carnaval. No cotidiano predomina a verdadeira faceta dessa mulher e constata-se que ela é vista como doméstica, a mulher que carrega a sua família e a de seus patrões nas costas em busca de garantir o sustento da sua própria família. É notório que a herança colonial baseada em aspectos machistas e racistas projeta sobre as mulheres negras a imagem criada pelo colonizador, a representação desta mulher objetificada e hipersexualizada.

Em dissonância com a ideia da escrava apática e submissa, Maria Amoras, Solange Costa, Luana Araújo (2021) ressaltam as maneiras que as escravas encontraram para resistir em busca da emancipação, em defesa da libertação de seus corpos e de seus filhos do sistema escravocrata. “Em busca de alforriamento compreendiam uma postura política de extrema complexidade e relevância, uma vez que se constituíam em táticas de sobrevivência com possibilidade de libertar os filhos do ciclo da escravidão” (AMORAS; COSTA; ARAÚJO, 2021, pág. 13). A luta dessas mulheres era sobretudo pela garantia de sobreviver e reexistir no que diz respeito à garantia de direitos básicos que a elas sempre foram negados. A perspectiva da resistência está relacionada ao anseio de se libertar das amarras escravistas que oprimiam elas em todos os âmbitos.

Dentro dessa perspectiva é importante enfatizar que esse olhar sobre o corpo da mulher é, sobretudo, direcionado ao corpo da mulher preta, a construção imagética delas sempre foi vinculada ao contexto sexual e esta perspectiva sempre foi veiculada para o mundo com o intuito de atrair turistas para o país, ou seja, a mulher como um objeto publicitário, no que é conhecido como turismo sexual.

A autora Gloria Anzaldúa (2019) inicia sua obra intitulada “La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência” com uma frase que descreve exatamente como a mulher é vista pela sociedade patriarcal e machista na qual vivemos. “Você é nada mais do que uma mulher” (ANZALDÚA, 2019, pág. 317) esta frase demonstra de maneira simples e direta como ser mulher na sociedade é sinônimo de ser inferior, frágil e responsável somente por cuidar da casa e procriar. O machismo para a autora é resultante da dominação masculina hierárquica. Para ela, é importante a rejeição aos papéis de gênero como marcadores sociais.

A ternura, um sinal de vulnerabilidade, é tão temida que é despejada nas mulheres junto à violência e a golpes verbais. Os homens, ainda mais do que as mulheres, estão acorrentados a papéis de gênero. As mulheres, ao menos, tiveram a coragem de romper com a sujeição. Apenas os homens gays tiveram a coragem de expor a mulher dentro deles e desafiar o modelo corrente de masculinidade. (ANZALDÚA, 2019, pág. 318)

A análise neste capítulo ocorre por meio da noção de que o corpo da mulher preta é um corpo/território que o autor Rogério Haesbaert (2020) explica como sendo o rompimento à visão europeia e norte-americana, visto que se funde à esfera do vivido, tanto em sua dimensão corporal como simbólica, dialogando com movimentos libertários ou de resistências, o corpo-território corporifica nesse sujeito formas de resistir baseadas na perspectiva decolonial. O autor explica a noção de corpo-território dispondo seu olhar sobre as concepções de gênero relacionando principalmente à noção do corpo, como discorre a seguir:

A abordagem que, principalmente a partir de uma perspectiva de gênero, enfatiza o território relacionado à escala primordial do corpo, o “corpo-território”, proveniente principalmente de proposições de pesquisadoras feministas (ou ecofeministas) e do movimento indígena, que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência. (HAESBAERT, 2020, pág. 76)

A partir da compreensão com base na epistemologia feminista decolonial sobre como o sistema de dominação exerce opressão desde o período colonial sobre os corpos-territórios dessas mulheres pretas, fica claro que no challenge as participantes lutam contra as opressões interseccionais de forma ativa, buscando romper com os padrões estéticos eurocêntricos. Assim, percebe-se a importância da interseccionalidade em nosso estudo para entender as múltiplas formas de opressão atravessadas por essas mulheres como as de gênero, raça e orientação sexual se relacionam e se sobrepõem, afetando grupos historicamente subalternizados de forma complexa.

Esta pesquisa entrevistou mulheres negras que assistiram ao challenge, bem como duas das idealizadoras deste desafio, optamos por manter o sigilo da identidade das nossas interlocutoras por se tratar de um tema sensível e delicado. A tabela a seguir apresenta nossas interlocutoras e suas respectivas idades:

Tabela 1: Interlocutoras da pesquisa.

INTERLOCUTORAS	IDADE
Interlocutora 1	29 anos
Interlocutora 2	23 anos
Interlocutora 3	23 anos
Interlocutora 4	24 anos
Interlocutora 5	31 anos
Interlocutora 6	24 anos
Interlocutora 7	27 anos

Fonte: Autor

Nossa interlocutora 3 ¹⁰(2023) destaca como o corpo das mulheres negra sempre foi hostilizado, principalmente da nossa feminilidade. Ela ressalta que essa hostilização nos faz performar na sociedade papéis de gênero masculino. “Você é muito garotinha por que tá usando rosa, você fica querendo burlar isso e começa a agir como um menino, digamos assim, performando papéis de gênero masculino” (INTERLOCUTORA 3, 2023).

Ainda relacionada à questão das mulheres negras, Interlocutora 7¹¹(2023) ressalta como as mulheres negras foram silenciadas nesse processo por multitarefas. “As mulheres negras são silenciadas nesse processo porque elas são as que precisam trabalhar mais, cuidar da família, todas essas questões” (INTERLOCUTORA 7, 2023). Ela destaca também que essas mulheres acabam deixando a questão da beleza e autoestima em segundo plano, priorizando sempre a família e ela relaciona sua linha discursiva com nosso objeto de estudo:

Então, muitas vezes essa questão da autoestima fica em segundo plano. Enquanto uma série de outras questões aparecem, como família, como questão financeira e tudo mais, parece que a gente meio que tenta mostrar esse lado delas. Por exemplo, a primeira menina, ela tá ali, parece que ela tá estudando, né? Mas aí, o decorrer do vídeo mostra que ela também é uma mulher que se maquia, que ela tem uma

¹⁰ entrevista concedida à autora em 14 de dezembro de 2023 (o uso da entrevista foi autorizado em termo de livre consentimento por ela)

¹¹ entrevista concedida à autora em 3 de dezembro de 2023 (o uso da entrevista foi autorizado em termo de livre consentimento por ela)

estima que ela gosta, provavelmente ela gosta disso aí, que ela se sente bonita. E o vídeo meio que vai mostrando isso, vários tipos de mulheres negras, tem mulheres já gordas e todas elas têm só o que o estímulo tem ali, o seu processo de embelezamento. (INTERLOCUTORA 7, 2023)

O corpo da mulher sempre foi atravessado por sistemas de opressão e pressão como visto no início deste capítulo, a imagem do corpo da mulher brasileira era utilizada com o intuito de atrair de turistas ao Brasil, o chamado turismo sexual. Essa visão das brasileiras no exterior está presente até hoje no imaginário de muitos turistas. São muitas as camadas de opressão que, de maneira interseccional, impõem, em particular às mulheres racializadas, negras e indígenas, múltiplas formas de violência que incidem também sobre seus corpos. Lorena Esteves (2022) explica acerca da interseccionalidade de opressão:

A interseccionalidade da opressão se constitui quando observamos o racismo, o patriarcalismo e o capitalismo evidenciados, este último, quando elas atrelam a violência à defesa dos territórios, à ação de invasores de terras, garimpeiros ilegais e exploradores de madeira que estão inseridos no modelo perverso de obtenção de lucro. Portanto, compreendemos que as avenidas de opressões de gênero, raça, classe e territorialidade afetam as mulheres indígenas de forma interligada. (ESTEVES, 2022, pág. 108)

Segundo Esteves (2022), é fundamental para entendimento das opressões interseccionais que acometem as mulheres analisar as formas como essas opressões são interligadas e atravessam os corpos-territórios delas. Para ela é a partir das opressões que “as resistências emergem por meio de códigos, performances, discursos” (ESTEVES, 2022, pág. 50). É o que se pode observar claramente no challenge aqui analisado, pois em sua narrativa está intrínseco o enfoque da resistência por meio da performance das participantes. A autora enfatiza a necessidade de situarmos nossas experiências sob o ponto de vista da opressão “[...] Devemos compreender que nem privilégio, nem opressão são absolutos, por isso a necessidade de situar as experiências, pois ora estamos no papel de opressores e ora de oprimidos” (ESTEVES, 2022, pág. 50).

No desafio Treme treme treme é notória a presença de alguns sistemas de opressão que motivaram essas mulheres a produzir o challenge que assim adquiriu um cunho de resistência a interseção do colonialismo com o racismo é

uma causa evidente que motivou a luta delas pela autoaceitação dos cabelos crespos, ondulados ou cacheados. O fator colonial está intrínseco na atualização da colonialidade existente no modo de enxergar somente os padrões de beleza europeus como símbolo de belo. A autora Lorena Esteves (2022) exemplifica como ocorre as opressões interseccionais dispendo seu olhar sobre o cotidiano indígena:

Um homem indígena quando luta pelo acesso à demarcação de sua terra e sofre ameaças de morte de latifundiários, está no papel de oprimido, resistindo a uma opressão histórica que dificulta o acesso ao direito originário e constitucional de garantir o uso da terra. No entanto, quando este mesmo homem cerceia os direitos da esposa de participar de movimentos sociais, de acessar uma educação formal ou de conquistar espaços de liderança dentro da sua comunidade, está exercendo o papel de opressor, reproduzindo outra opressão histórica. Nos dois casos, podemos identificar a matriz sistêmica de opressões operando, ora mais fortemente o cruzamento do colonialismo, racismo e capitalismo, ora o patriarcado, colonialismo e capitalismo. (ESTEVEES, 2021, pág. 50)

Segundo a autora, o corpo-território considera as opressões que atravessam o corpo dessas mulheres em todos os âmbitos sociais “sem hierarquizar ou individualizar determinada opressão em detrimento de outra” (ESTEVEES, 2021, pág. 231). O corpo-território não pode ser dissociado do corpo-individual e também do contexto sociocultural em que este está entrelaçado. Conforme a autora cita neste exemplo:

Quando elas se referem a casos de machismo ou violências que atingem diretamente a integridade e constituição delas enquanto sujeitas; ora como corpo social, quando falam em nome dos povos indígenas atingidos pela disseminação de Covid-19 e em alguns momentos como o corpo da própria Terra, como mãe, geradora de todas as vidas e que também sofre as consequências das colonialidades históricas. (ESTEVEES, 2021, Pág. 231)

A imagem da mulher sempre esteve atrelada à aspectos da colonialidade e, também, a figura do corpo cuja única função era procriar, sobretudo o corpo da mulher negra. Percebe-se que o corpo feminino preto é atravessado por opressões coloniais, racistas e machistas. É notório que essas opressões foram fortalecidas pela sociedade racista que sabemos que mesmo sendo um preconceito velado e enraizado na população brasileira ainda é presente em nosso cotidiano.

A violência interseccional que recai sobre corpo da mulher preta são o estupro, o feminicídio e a violência doméstica. Sabe-se que o número de vítimas

é em sua grande maioria de mulheres pretas por alguns fatores, entre eles a atualização da perspectiva da colonialidade, o patriarcalismo e o racismo. “Um retrato das reiteraões coloniais que continuam atravessando a história dessas mulheres que, apesar de denunciarem, resistirem, enfrentarem o estabelecido, veem a violência aumentar” (ESTEVEES, 2021, pág.108).

Ao relacionarmos o conceito em discussão com o challenge percebe-se que a narrativas de si retratam o contexto das opressões interseccionais que recaem sobre essas mulheres pretas, como: o racismo, a cultura do embranquecimento e a inferiorização da beleza negra. Um reflexo das reiteraões coloniais que continuam transpassando os corpos dessas mulheres que, apesar das formas de resistência, essas violências interseccionais incidem sobre delas.

É por meio da pesquisa pude perceber claramente como essas violências cruzadas aconteceram na minha própria experiência. É importante esse relato para compreensão de como essa pesquisa está entrelaçada com a minha vida.

Sabe-se o quão difícil e doloroso é fazer um relato de si, pois ao narrar revivemos a experiência por meio de nossa subjetividade, pretendemos a partir desse porém, com a temática aqui analisada. É perceptível que a dor causada pelo preconceito vinculado à cor da pele é capaz de privar as pessoas de se aceitarem como realmente são, e isso é uma maneira de se encaixar nos padrões em busca de ascensão social ou somente para se enquadrar na sociedade. Quando criança fui atravessada pelo racismo inúmeras vezes, a primeira delas foi na escola quando outra criança me chamou de preta, mas o racismo não foi vivenciado por mim apenas no momento da fala dessa outra garota.

É notório que esse preconceito está enraizado em nossa sociedade por meio da atualização de colonialidades. Pois bem, além do ocorrido, eu, a vítima do preconceito fui vista como culpada pela diretora da escola, pois minha mãe foi vista como a preta agressiva por lutar por justiça em um caso em que sua filha tinha sido vítima de racismo no ambiente escolar. Minha professora da época me tratava mal na frente dos outros alunos por ter denunciado o caso de racismo, ou seja, o silenciamento ali imposto a mim foi rompido e isso gerou um incômodo em quem tinha que lutar junto pela causa. como uma professora preta.

Ao invés de acolher sua aluna que foi vítima de racismo trata como culpada, menosprezando a causa e fazendo pacto com a branquitude. Imagina uma criança tendo que vivenciar tudo e não poder em nenhum momento exercer seu poder de fala sobre todo o ocorrido.

Desde o acontecido, eu percebi que precisava me encaixar nos padrões para evitar ser vítima de racismo novamente. A partir daí, meu objetivo era ter o cabelo liso, ou seja, o padrão estético europeu era visto por mim como uma alternativa para não ser vítima de racismo novamente. Fiz vários procedimentos químicos em busca do cabelo liso, mas o que não impediu, no entanto, que ao entrar em uma loja ou supermercado os seguranças me perseguissem pelo estabelecimento, a gente percebe quando isso acontece. Entretanto já virou algo normal que nos acostumamos a conviver com ela.

A respeito do meu cabelo, eu aliso desde os 7 anos e já tentei passar pela transição capilar duas vezes, mas como não consigo me com o cabelo cacheado eu retorno ao alisamento químico, é algo que está enraizado em mim e que mesmo que eu tente lutar contra eu não consigo exaltar meus cachos e nem sei qual a curvatura do meu cabelo natural. É comum que muitas garotas pretas tenham dificuldades em deixar de alisar o cabelo e assumir os cachos por conta da transição capilar ser um processo doloroso no qual essas mulheres terão o cabelo com duas texturas e não se reconhecerão em frente ao espelho quando seus cachos ressurgirem, pois muitas delas alisam seus cabelos desde crianças e se reconhecem apenas com o cabelo liso. É compreensível que elas voltem a alisar seus cabelos em virtude desse não reconhecimento. É notória a importância da reafirmação identitária, mas acima de tudo é fundamental que, independente delas terem assumido os cachos ou não, elas são mulheres pretas e é essa afirmação identitária que durante anos era motivo de vergonha, que fazia muitas pessoas pretas ocultarem suas características como o cabelo cacheado para serem aceitas socialmente.

Ao ser vítima de racismo pela primeira vez a pessoa negra busca alternativas para evitar que aconteça novamente, e uma delas é a cobrança interna de realizar tudo com perfeição. E essa cobrança é algo que busca romper com os estereótipos sociais de submissão e servidão do povo preto, característica essa atualizada pela colonialidade e advinda do período colonial.

A cobrança interna é fortemente marcada pelas dores carregadas que somente serão amenizadas quando o estereótipo de submissão for rompido e isso é algo que busco por meio dos estudos. Minha família sempre foi humilde, minha avó materna lavava roupas para sustentar a família e minha mãe sempre me disse que a educação era a garantia de um futuro melhor. Hoje eu sou a única da família a estar em um curso de pós-graduação em universidade pública. Quem diria que a neta de uma mulher negra e analfabeta estaria tão próxima de ser mestra em comunicação social por uma universidade pública, se ela estivesse aqui com certeza estaria orgulhosa pelo meu caminho percorrido. É difícil escrever sobre minha história sem me emocionar, mas sei que as lutas e dificuldades serviram para me tornar mais forte e resiliente.

Neste capítulo é evidente como o corpo feminino, sobretudo o corpo da mulher negra, é atravessado por violências que vão além do machismo são opressões interseccionais que atravessam afetam e violentam seus corpos-territórios e impactam suas vidas. O corpo delas sempre foi hipersexualizado estritamente ligado às violências domésticas e sexuais. A imagem feminina veiculada no exterior durante muitos anos era com o intuito de tornar o Brasil uma rota para o turismo sexual, veiculando nas mídias publicidades que exaltavam as curvas das mulheres brasileiras. Se desvincular dessa imagem da mulher hipersexualizada, que somente tem a função de procriar é uma das lutas que me empenho a travar em prol das mulheres. O racismo contra garotas pretas atravessa seus corpos-território quando notamos a necessidade dessas meninas em ocultar sua identidade preta com o ato de alisar os cabelos em busca da aceitação social ou como uma forma de evitar ser vítima de racismo. A seguir, veremos como o racismo deixou rastros na formação das identidades nacionais na América Latina.

2.1. As marcas do racismo na história social da formação social da América Latina

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença, porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como

qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas...Nem parece preto.

Lélia Gonzalez, 2019

Nosso intuito neste capítulo é tensionar a construção imagética racial alicerçada na matriz da colonialidade. Analisa-se, com base na ideologia do branqueamento e da democracia racial abordada pelas autoras Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez em suas obras, elas tensionam em suas obras a narrativa hegemônica da construção. Insere-se o contexto diaspórico negro na perspectiva da construção imagética racial como uma continuação à linha de pensamento deste capítulo contribuindo para nossa argumentação e compreensão acerca desse contexto histórico-racial-social do nosso país que suprimiu as identidades negras e indígenas na tentativa de estabelecer uma identidade nacional calcada em perspectivas europeias. Pretende-se, ademais, analisar como o cabelo crespo, conforme a perspectiva do embranquecimento, foi tachado como feio e estigmatizado.

O mito da democracia racial sempre foi fator preponderante no imaginário da população brasileira, “a falácia de um convívio racial harmonioso no Brasil, a partir da perspectiva de que o país é constituído por diversas raças e por isso, nossos problemas sociais não advêm das assimetrias raciais, mas de desigualdades de classe” (NICOLAU E SANTOS, 2022, pág. 2). Esse mito oculta a multiculturalidade brasileira em que negros e indígenas não foram considerados na consolidação da identidade nacional do país. “Negros e indígenas têm influência direta na formação histórica, política e cultural, no entanto, suas identidades foram subalternizadas e suas práticas culturais foram suprimidas” (NICOLAU E SANTOS, 2022, pág. 2).

A delimitação da identidade brasileira não envolve apenas as dinâmicas culturais decorrentes das interações sociais, mas também as coloniais que foram responsáveis pelo apagamento da pluralidade étnica cultural do nosso país, forjando a ideia de que esses processos ocorreram de forma harmoniosa. Mas não foi assim, nos âmbitos social, cultural e histórico. A partir d perspectiva decolonial discutimos acerca de como a identidade nacional foi constituída, acima de tudo, por meio da invisibilização de grupos tidos como subalternizados com base na teoria do branqueamento populacional. Essa noção de identidade

nacional é construída a partir de estratégias que buscam persuadir a sociedade a uma ideia de pertencimento nacional, se sentir pertencente ao país é estar inserido nessa concepção de identidade nacional que é derivada de uma cultura nacional e para a compreensão acerca dessa constituição precisamos levar em consideração também as fronteiras culturais e linguísticas que são estabelecidas por meio desse processo.

Nosso empenho analítico neste capítulo dispõe nosso olhar para o porquê de o mito da democracia racial ter sido aceito e divulgado, e também como a constituição da identidade nacional foi responsável por essa aceitação. Além de demonstrar como o racismo fruto da atualização da colonialidade está intrínseco nessa formação identitária brasileira.

Para Lélia González (2019), nos provoca uma indagação acerca do nosso olhar sobre a América consideramos apenas como solo apenas dos Estados Unidos, deixando de lado todas as outras regiões do continente. Para ela, essa ideia do Estados Unidos visto como a América é a perpetuação do imperialismo desse país diante das outras nações. É interessante observar que, segundo a obra de González (2019), a noção de pertencimento e identidade está associada a uma consciência efetiva de nós mesmos. “Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, como descendentes de africanos, se permanecemos prisioneiros, “cativos de uma linguagem racista”?” (GONZÁLEZ, 2019, pág. 336). González (2019) nos tenciona a pensar acerca dessa consciência e nos apresenta o termo *americanos* para designar a todos nós descendentes de africanos. Assim discorre a autora acerca explica o sentido do termo *Amefricanidade*:

As implicações políticas e culturais da categoria de *Amefricanidade* (“*Amefricanity*”), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e insular). Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria de *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o *akan*, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos *ioruba*, *banto* e *ewe-fon*. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (GONZÁLEZ, 2019, pág. 336)

Segundo González (2019), a categoria amefricanidade busca resgatar uma história forjada, ocultada e subalternizada nas diferentes sociedades. A autora utiliza o termo amefricanas/amefricanos para designar toda uma descendência não somente dos africanos trazidos para a colonização, bem como as pessoas que residiam na América antes da chegada de Colombo. Sabe-se que, mesmo pertencentes a diferentes países do continente, o sistema de opressão e dominação é o mesmo presente em todos eles, trata-se do racismo, que segundo estabelece uma hierarquia racial e cultural na qual o branco-europeu é visto como superior em relação ao negro-africano. Assim, González (2019) discorre acerca da exploração do continente Africano:

A África é o continente “obscuro”, sem uma história própria (Hegel); por isso, a razão é branca, enquanto a emoção é negra. Assim, dada sua “natureza sub-humana”, a exploração socioeconômica dos amefricanos por todo o continente é considerada “natural”. (GONZÁLEZ, 2019, pág.337)

O racismo como fruto do processo de colonização e da colonialidade despojou-nos de nosso legado histórico identitário, nossa dignidade como ser humano passível de direitos básicos, da história do nosso povo e também a nossa contribuição para o avanço da humanidade em todos os campos sociais, principalmente o científico. Percebe-se isso nas aulas sobre a história do Brasil, a verdadeira história por trás do “descobrimento”, a face do sofrimento de milhares de pessoas africanas que foram tratadas como mercadorias e que tinham sua força de trabalho vendida a preço vil e sugada ao limite. As mulheres escravizadas eram abusadas sexualmente pelos seus patrões, o que demonstra a monstrosidade daquele período para as pessoas pretas. Assim, a autora discorre acerca contexto decorrente da escravização e colonização:

O esquecimento ativo de uma história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração e pelo etnocídio aponta para uma perda de identidade própria, logo reafirmada alhures (o que é compreensível, em face das pressões raciais no próprio país). Mas acontece que não se pode deixar de levar em conta a heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação. (GONZÁLEZ, 2019, págs. 337-338)

No Brasil, o processo de formação da identidade nacional constitui uma língua oficial para o país, significou o apagamento da diversidade de línguas africanas e indígenas para o desenvolvimento da língua portuguesa, o que demonstra a importância da formação da linguagem nacional no processo de

dominação colonial. É notório esse processo constata que o projeto dos colonizadores era expropriar a cultura dos povos colonizados.

Sueli Carneiro (2019) discorre acerca da violação ocorrida no período colonial como resultante da miscigenação que deu origem à construção de nossa identidade nacional, na qual as mulheres negras e indígenas foram abusadas sexualmente pelos senhores brancos. “A violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2019, pág. 301). O papel da mulher negra nesse contexto é negado na formação da identidade nacional, na qual a desigualdade de gênero é erotizada, e uma visão deturpada sobre a violência sexual contra as mulheres negras é criada, sendo vista de uma maneira romantizada.

Lélia González (2019) explica com base em considera que há duas noções para a compreensão da mulher negra no processo de construção da identidade nacional: a consciência e a memória. A consciência em relação ao desconhecimento e do esquecimento relacionado à cultura negra e indígena que sempre foi ocultada, tendo o discurso ideológico se perpetuado nesse aspecto. A respeito da memória é o lugar onde emerge a verdade, na memória está instituído o que realmente aconteceu e o conhecimento da verdade inclui as pessoas pretas em posição de conhecimento da sua própria história que sempre foi apagada por ser considerada subalterna. A consciência se estrutura como discurso dominante, o que proporciona o ocultamento da memória. Dessa maneira, a autora discorre acerca da associação entre memória e consciência evidenciando sua relevância quanto à aceitação e rejeição aos discursos hegemônicos:

Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala por meio das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo para a nossa história ser esquecida, tirada de cena. (GONZÁLEZ, 2019, pág.229)

É importante ressaltar que, embora os efeitos da colonização e do racismo na formação cultural do país, as culturas negra e indígena também contribuíram

nesse processo de constituição. Inserido nessa perspectiva que o nacionalismo latino-americano foi concebido com base nessa matriz eurocêntrica colonial do estado-nação e do próprio nacionalismo, com uma visão alicerçada na fidelidade a uma identidade estabelecida nos moldes da colonialidade do poder. Segundo Anibal Quijano (2022) a colonialidade do poder seria um sistema de dominação social na classificação social da população do mundo, baseado na concepção de raça, na qual propõe a existência de uma raça superior, designando aos europeus como essa raça superior ou branca e aos, subalternizados o atributo de raças de cor.

Com o processo colonial e sua perpetuação no que tange colonialidades moldou-se a ideia de nacionalismo fundamentado na hegemonia europeia. O autor afirma que a colonização despojou o povo colonizado de seus saberes étnicos e culturais, instituindo a perspectiva eurocêntrica nas interrelações sociais, nosso país é instituído, sobretudo, por meio dessas dinâmicas raciais e sociais. No Brasil, a construção da nacionalidade foi impulsionada pela ideologia do branqueamento e da exclusão de culturas subalternizadas. É importante ressaltar que não houve ruptura com os resquícios do pensamento colonial nessa tentativa de homogeneizar, e assim constituir uma identidade nacional, dessa maneira é perceptível que essa criação está vinculada à colonialidade.

Para Quijano (2005), no período da colonização as formas de dominação pelas diferenças se alicerçaram no conceito de raça. “Desse modo, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, e lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, pág. 118). Para o autor, a invenção da raça como agente formadora de identidades sociais novas provocou um olhar sob o europeu, como homem branco, tornou-se o padrão a ser seguido, seja padrão estético ou cultural.

A partir disso, buscou-se na mestiçagem uma ruptura da sociedade pluricultural provocando o genocídio e etnocídio da diversidade cultural presente no Brasil. A miscigenação teve como finalidade a criação de uma nova raça que seria constituinte de uma nova etnia nacional baseada no branqueamento da população alicerçada na perspectiva eurocêntrica, as identidades negras e indígenas fossem excluídas de integrarem a cultura nacional. É evidente que

esse processo de homogeneização cultural foi uma tentativa de concepção de um produto coeso, a chamada identidade nacional homogênea.

Diante do exposto acima, é notório que o corpo da mulher negra no período colonial era visto sob o olhar sexual e reprodutivo. O corpo e a sexualidade dessas escravas negras, bem como a reprodução era associada à perspectiva da mestiçagem em busca dessa homogeneização da identidade nacional. Busca-se aqui refletir e criticar acerca da forma como as mulheres pretas e indígenas no período colonial eram violentadas sexualmente pelo homem branco colonizador para concretizar o projeto colonial dessa população homogênea. Como discorre Laura López (2015) acerca da visão do corpo da mulher negra e indígena no período colonial:

Se o movimento negro (com um perfil masculino de liderança) propõe em sua raiz uma crítica à democracia racial enquanto “mito”, questionando as posições desiguais em termos raciais na sociedade brasileira, a crítica do movimento de mulheres negras se faz “corpo” ao atribuir à “mestiçagem” a violência sexual do homem branco colonizador sobre as mulheres africanas e indígenas. (LÓPEZ, 2015, pág. 317)

Diante disso, o corpo da mulher preta está no centro de muitas opressões e também das relações de poder, visto como inferior. “la violación colonial perpetrada por los señores blancos a mujeres negras e indígenas y la mezcla resultante está en el origen de todas las construcciones sobre nuestra identidad nacional, estructurando el de cantado mito de la democracia racial” (CARNEIRO, 2005, pág. 21). Constata-se, a partir de Carneiro (2005), a interrelação entre o mito da democracia racial e o processo de mestiçagem criando a falsa ideia de que não há distinção de raça, sexo e etnia no país.

A escravidão no Brasil deixou legados para além da dominação de raça e gênero e sociais entre mulheres negras e brancas, questões como saúde reprodutiva e trabalho, entre várias outras, tiveram desde sempre marcadores de desigualdades suas disparidades entre essas mulheres. É com base nessa disparidade que o movimento feminista negro ganha força e se fundamenta levando em consideração questões como o sexismo e racismo que foram ignoradas pelo feminismo, que apenas considerava as experiências das mulheres brancas como únicas e homogêneas, mas veremos isso mais adiante em nossa linha argumentativa.

É importante ressaltar que as experiências raciais são mediadas pela nação, mas não determinadas. O que é similar entre os negros inseridos nessa visão de subalternidade que a sociedade detém sobre essa população é a estrutura da diáspora negra, colonialismo e o racismo. É a partir do rompimento com o estado-nação e a ideia de identidade nacional interrompe a atualização da colonialidade intrínseca entre raça, nação e cultura. Constata-se, assim, que a experiência racial ultrapassa os limites da nação.

Uma forma de romper com esse padrão é por meio da representatividade. Sabe-se que representatividade e identificação caminham de mãos dadas em direção à confrontação dos estereótipos coloniais. E é justamente isso que nossa interlocutora 1¹² (2023) ressalta acerca da sobre a importância da representatividade, sobretudo na televisão, como dito anteriormente por ela, nos anos 2000 o padrão de beleza que víamos na televisão era exclusivamente branco eurocêntrico. O que fazia muitas pessoas idealizarem alcançar esse padrão para se enquadrar socialmente e esteticamente. Assim discorre:

É importante, como eu disse antes, para que garotas como eu se identifiquem e percebam que mulheres negras são lindas e que elas podem alcançar postos de trabalho que antes não eram destinados a elas. Tu se ver representada nas redes sociais e na TV é importante para desmitificar e reconstruir a imagem das pessoas negras na sociedade, desmitificando a visão de que as pessoas pretas são subalternas e por isso precisam desenvolver atividades relacionadas à servidão. (INTERLOCUTORA 1, 2023).

Em paralelo à discussão acerca da formação da identidade nacional, também precisamos discutir acerca da identidade negra no Brasil, pois ela e como essa identidade sofre modificação de acordo com a região do país. “É um caminho complexo, pois partimos, primeiramente, da ideia de que não há um modo de vivência único do qual toda a comunidade negra participa” (LENNON, 2023, pág.60). É perceptível com base no que foi exposto por Lennon (2023) que há diferenças em relação da identidade negra.

Mesmo negros e indígenas sendo expropriados da formação da cultura nacional, não há a possibilidade de existir culturas dissociadas, não existe a

¹² entrevista concedida à autora em 10 de dezembro de 2023 (o uso da entrevista foi autorizado em termo de livre consentimento por ela)

possibilidade de brancos e negros viverem exclusivamente suas culturas. Pois, a ideologia dominante, segundo Munanga (2012), buscou manipular a cultura negra. “A manipulação da cultura negra por parte da ideologia dominante quando a retórica oficial se expressa através das próprias contribuições culturais negras no Brasil, para negar a existência do racismo e para reafirmar a proclamada democracia racial” (MUNANGA, 2012, pág. 18). Essa manipulação é evidente em determinados ritmos musicais e culturais que são de origem negra, como o rock, mas os artistas valorizados e reconhecidos são pessoas brancas, no rock Elvis Presley é um exemplo. No caso desse ritmo musical, Jerry Lee Lewis músico norte-americano que foi um dos grandes pioneiros desse estilo criado em meados dos anos 50.

Inseridos nessa perspectiva da formação das identidades nacionais e de como essa identidade subjugou negros e indígenas agora para discutimos acerca das marcas do racismo decorrentes desse processo.

2.2. A inferiorização do cabelo afro: um retrato do racismo e da colonialidade.

Meu cabelo sempre foi considerado feio, por isso eu comecei a alisar meus cachos aos 6 anos de idade.

Interlocutora 1, 2023

A primeira marca do racismo em nossas vidas ocorre em relação aos nossos cabelos crespos, ondulados e cacheados, esse preconceito se faz presente como um marcador da diferença. Em outras palavras, as pessoas negras são vistas como o diferente em relação aos brancos devido a sua origem ou características raciais. “Quem é diferente de quem? É o sujeito negro diferente do sujeito branco ou o contrário, é o branco diferente do negro? Só se torna diferente porque se difere de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma branca” (KILOMBA, 2019, pág.75).

O transitar do corpo colonizado (mentalidade alicerçada nos padrões coloniais) para o corpo descolonizado (forma de pensar que rompe com esses estereótipos e noções coloniais) é possível a partir da decolonialidade, que afirma as pessoas negras como é uma forma de se reafirmar enquanto seres

humanos passíveis de direitos, mesmo esses direitos os tendo sido negados por anos. Se reafirmar negro ou negra é uma forma de ruptura com o estereótipo que nos foi imposto, é ter orgulho de pertencer a um povo que sofreu muito, mas que nunca deixou de lutar por seus direitos que sempre foram negados, o seu direito de existir.

A discussão acerca do corpo é fundamental para a compreensão acerca do racismo e de como ele opera nos corpos e através deles. O corpo como já vimos, é explorado nas relações de poder para hierarquizar as diferenças entre grupos baseado nas questões raciais. Além disso, o corpo também é sinônimo de resistência, sobretudo o corpo negro e indígena, pois resistiu as opressões escravocratas e os resquícios/ atualizações decorrentes do período de escravidão.

Fanon (2008) critica o colonialismo e defende a transição da subjetividade colonial a subjetividade decolonial como uma das possibilidades de ruptura a essa dominação regida desde o período colonial aos povos tidos como subalternizados. Esse transitar do colonial ao decolonial nos faz compreender a discussão de raça como um dispositivo de poder que produz “uma racialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que abre um espaço para pensar as resistências dos sujeitos” (XAVIER E MOTTA, 2015, pág. 307). Outro conceito fundamental que busca romper com a subjetividade colonial eurocêntrica é a diáspora que seria uma rede de políticas e culturas que buscam confrontar essa hierarquização baseada na raça.

Dessa forma, repensavam-se as narrativas históricas e culturais pautadas por noções de centro e periferia e, em uma perspectiva multilocalizada, começava-se a problematizar as experiências identitárias, no caso, de afrodescendentes. Ideias de diáspora, poder negro e libertação pós-colonial provocaram agenciamentos e conexões entre sujeitos que reinventam a raça como afirmação através da apropriação do legado político do “Atlântico Negro” (XAVIER E MOTTA, 2015, pág. 307)

Pode-se assim relacionar a identificação diaspórica com o challenge, como responsável pelas redes de ativistas em torno de uma causa comum. Em relação ao desafio Treme treme treme, a autoaceitação da beleza negra, uma reivindicação antirracista. Percebe-se que essa rede foi formada e sobretudo tornou-se um elo de apoio e afeto entre as participantes. “As mobilizações afro-latino-americanas inseriram a questão racial em contextos em que predominava

uma noção de movimento social vinculada à classe e à luta contra as desigualdades na solidariedade dos oprimidos (como sujeito político único, indivisível)” (XAVIER E MOTTA, 2015, pág. 307).

Constata-se a relação entre corpo e poder no âmbito da luta antirracista, e é evidente essa associação no que diz respeito ao challenge. O corpo da mulher negra no vídeo é sinônimo de resistência e poder, visto que elas lutam para que a visão do corpo preto subalternizado seja rompida por meio da visibilidade alcançada pelo desafio e pela proposta de desmistificar os padrões coloniais impostos. Além disso, a narrativa do nosso objeto de estudo apresenta uma característica de romper com a colonialidade a partir da visibilização do corpo colonial dissociado do aspecto subalternizado, mas revestido de empoderamento e crítica às opressões de raça e gênero.

Em relação à identidade negra, mais especificamente relacionado à questão dos cabelos, a autora Nilma Lino Gomes (2019) discorre acerca dos significados intrínsecos aos cabelos crespos, sejam estes culturais, políticos ou sociais. O cabelo crespo é um sinônimo da diferença segundo as matrizes coloniais e também com base nas características eurocêntricas que fundamentaram a constituição da identidade nacional. E a tentativa de ocultar as características negras com o ato de alisar o cabelo é uma forma de evitar o racismo. Conforme assinala a autora Raissa Lennon (2023):

O cabelo crespo é um símbolo que de fato revela muitas camadas sociais, e suas mudanças podem estar relacionadas a uma tentativa de acobertar a raça e, com isso, diminuir os efeitos do racismo, ou evidenciar um processo de reconhecimento das raízes africanas e pertencimento da cultura afrobrasileira. Quando as mulheres negras passam por um processo de transição capilar e decidem não mais alisar os seus cabelos, elas possivelmente estão conscientes das opressões que vivenciam e passam a reconhecer o cabelo crespo como símbolo de beleza. (LENNON, 2023, pág.63)

Inseridos nessa perspectiva de pertencimento temos na cultura do embranquecimento um fator que buscou construir essa nação homogênea em relação ao culto a características eurocêntricas, como o cabelo liso. E era essa imagem de beleza que tínhamos em meados dos anos 2000, é isso que relata nossa interlocutora 1 (2023) quando criança ela se espelha em apresentadoras infantis e naquela época eram todas brancas e loiras a representatividade negra em programas infantis não existiam, conforme relata a seguir:

Quando criança eu assistia muitos programas infantis e nesses programas haviam somente apresentadoras brancas e loiras, a Eliana é um exemplo de apresentadora infantil dessa época. por isso, cresceu dentro de mim a vontade de ser parecida com elas. Para mim, elas eram o meu conceito de beleza a ser alcançado e isso me motivou a querer alisar meus cabelos. Eu comecei a alisar meus cabelos na infância não me lembro desde que idade, mas sei que foi algo que eu queria muito, não sei se em busca de me inserir socialmente ou apenas por querer alcançar o padrão de beleza que a sociedade estabeleceu. (INTERLOCUTORA 1, 2023)

O ocultamento do cabelo crespo revela como ocorrem as relações raciais no Brasil, pois para a autora Nilma Gomes (2019) este é visto como um signo semiótico já que representa mais que o simples cabelo, por trás dele há significados e opressões que são decorrentes do racismo no qual o cabelo crespo é visto como feio ou difícil de lidar e por esse motivo precisa ser ocultado. Além disso, a autora afirma que os diversos tipos de penteados que as mulheres negras usam em seus cabelos servem para camuflar as características negras e assim evitar o racismo. “Usar o seu cabelo natural para negras/os pode atingir não apenas a autoestima desses sujeitos, como produzir consequências na vida prática, por exemplo, não conseguir um emprego” (LENNON, 2023, pág. 65). Como relata a nossa interlocutora 1 (2023), o cabelo crespo é sinônimo de diferença e essa diferença é acentuada pelo padrão de beleza eurocêntrico e também o que motiva o racismo:

No ensino médio um garoto cantou pra mim a música nega do cabelo duro e isso ocorreu no início do meu processo de transição capilar. Esse episódio ao invés de me fazer repensar e voltar aos procedimentos químicos me fez ter forças para voltar aos cabelos naturais e exaltá-los como uma forma de resistir e lutar contra o racismo. (INTERLOCUTORA 1, 2023)

É perceptível nas entrevistas que o momento da transição capilar é o mais difícil quanto à autoestima da mulher negra. É um processo em busca de reafirmação e reencontro com a identidade que havia sido expropriada pelas matrizes coloniais. “No início, eu não sabia se ia conseguir, mas com toda dificuldade depois de anos de transição eu me reencontrei e me reconectei comigo mesma” (INTERLOCUTORA 1, 2023). A palavra usada por nossa interlocutora nos faz refletir sobre a importância de se reconectar com as raízes e o simples ato de voltar aos cabelos naturais representa tanto no que se refere a se ver como mulher preta e linda.

Eu passei pela transição usando box braids, as tranças e elas me ajudaram a manter minha autoestima depois que eu cortei as pontas lisas do meu cabelo. Mas, o processo foi difícil e doloroso, você se olha no espelho com o cabelo com as pontas lisas e a raiz crespa não é fácil, se sente feia durante a transição é por isso que eu aconselho o uso das tranças para manter a autoestima. Muitas vezes, nem a família ajuda nesse período, minha mãe olhava pro meu cabelo com as duas texturas e dizia que era feio e que era pra mim voltar aos procedimentos químicos, mas eu não aceitava mais ficar refém da chapinha e dos alisamentos e, por isso, voltei aos meus cabelos naturais. (INTERLOCUTORA 1, 2023)

A pressão estética eurocêntrica sempre se fez presente quando o assunto é o cabelo crespo exercendo a pressão para alisar os cabelos e se enquadrar aos padrões estéticos europeus. É isso que destaca nossa interlocutora 4¹³(2023) sobre a necessidade de alisar os cabelos por pressão de pessoas que acham que com esse procedimento químico as mulheres negras conseguem evitar ser vítimas de racismo. Assim como relata a seguir:

Minha tia sempre me dizia que eu tinha que alisar meu cabelo para ficar bonito, porque o meu cabelo crespo e volumoso precisava ser escondido para mim não passar vergonha na rua. Esse foi um dos motivos que me levaram a alisar meu cabelo desde muito jovem, pois desde cedo tive contato com esse pensamento racista, mas talvez pensando bem essa fosse uma forma de me preparar para não sofrer o preconceito nas ruas. Querendo ou não, o meu cabelo liso me enquadrava socialmente e, assim, não seria tão atravessada pelo racismo. Ocultar os meus cabelos seria uma forma de esconder minha identidade, e talvez me proteger do racismo. Algo que nunca acontece né, o racismo nos atravessa diariamente quer você esteja com o cabelo liso ou não, sempre a cor da pele virá antes da minha capacidade intelectual ou do ser humano que eu sou. (INTERLOCUTORA 4, 2023)

Ela explana também acerca de como foi importante o challenge em seu processo de transição capilar. “Eu revia o challenge durante a minha transição como uma forma de me ajudar durante o processo, assistir o vídeo me fazia pensar que ao final de todo o processo eu estaria linda com meus cachos soltos e volumosos de novo” (INTERLOCUTORA 4, 2023). Além do desafio, ela contou com a ajuda de vídeos do Youtube que a ajudaram a passar por aquele momento e se reconectar com os cabelos crespos.

Ano passado eu estava assistindo vídeos no Youtube e encontrei um vídeo sobre a transição capilar. Nesse mesmo dia eu pesquisei acerca

¹³ entrevista concedida à autora em 30 de novembro de 2023 (o uso da entrevista foi autorizado em termo de livre consentimento por ela)

da transição capilar e também vi a publicação do challenge no Instagram, fiquei pensando em assumir meus cachos. Percebi acerca da importância da transição como um movimento de libertação dos procedimentos químicos que a cada três meses eu tinha que fazer. (INTERLOCUTORA 4, 2023)

Esse resgate dos cabelos naturais coloca em xeque a noção de que o cabelo crespo é difícil de lidar ou trabalhoso “minha mãe tinha dificuldades em me arrumar para ir à escola e todo dia dizia que meu cabelo era trabalhoso para arrumar” (INTERLOCUTORA 4, 2023). Esse ponto de vista que associa o cabelo crespo ao que requer mais trabalho para cuidar é perceptível quando ouvimos alguém perguntar a uma mulher preta “seu cabelo é lindo, mas deve dar muito trabalho para cuidar” ainda está alicerçada na ideia da canção racista *Nega do cabelo duro* do cantor Luís Caldas, cujo o trecho incita o entendimento do cabelo crespo ser difícil de pentear, conforme o trecho a seguir: “Nega do cabelo duro, que não gosta de pentear” (CALDAS, 1985). Essa música foi hit no carnaval de 1985 mesmo com a letra racista e sexista, além de inferiorizar o cabelo crespo impulsionando a ideia de que é árduo os cuidados com os cabelos crespos, na visão da música um cabelo que há dificuldades de arrumar.

Essa discussão se faz necessária para compreensão do que será discutido no próximo subcapítulo acerca da inferiorização cabelo crespo na nossa sociedade. Nossa argumentação terá por base a importância da reafirmação da identidade negra como agente propulsor de mudanças sociais.

O cabelo afro sempre foi inferiorizado em nossa sociedade e, assim, muitas pessoas pretas, sobretudo, mulheres pretas perceberam que para serem aceitas pela sociedade buscaram em procedimentos químicos uma forma de ocultar seu cabelo natural e se enquadrar no modelo de beleza branco. Agora, com base no pensamento decolonial e autodefinido o cabelo afro voltou a ser exaltado e visto como símbolo de resistência, dispondo nosso olhar sob o quanto o movimento político intitulado black power ¹⁴percebemos que este teve papel

¹⁴ O movimento *Black Power* surgiu nos Estados Unidos durante as mobilizações da população afrodescendente pela igualdade de direitos civis em 1960. Esta foi uma mobilização pacífica contra o preconceito liderada por Martin Luther King, evidenciando a cultura e a resistência negra numa sociedade predominantemente racista

importante na questão identitária negra, principalmente em relação ao empoderamento da identidade. O poder das pessoas pretas passa pelo resgate da identidade e aceitação da sua própria negritude. A expressão “Black is Beautiful”, popularizada por Steve Biko, ativista anti-apartheid da África do Sul na década de 60 e 70, fundou o Movimento da Consciência Negra. Biko é considerado um mártir do movimento em prol da igualdade racial e contrário à segregação vivenciada naquele país durante anos. Steve Biko ressalta por meio dessa expressão que o poder do povo negro permeia o resgate da identidade negra. A partir dessa expressão, os militantes deste movimento em vários países começaram a assumir seus cabelos naturais, se orgulhando de suas características físicas e reafirmação do orgulho de ser negro como um ato de transgressão à sociedade que tentava inferiorizar a população negra por meio de estereótipos racistas.

No que diz respeito à autodefinição, Patrícia Hill Collins (2019) atribui um como papel fundante da autodefinição como fator preponderante na rejeição dos padrões de beleza. Por meio dela, há a substituição da imagem negativa presente nos estereótipos do que é ser mulher negra por uma imagem positiva, que as imagens de controle vigentes na sociedade. O ato de se autodefinir valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos. A autodefinição é a busca por autovalorização da mulher negra e também por respeito a elas na sociedade. Os estereótipos advindos das imagens de controle são colocados em xeque quando uma mulher se autodefine, por isso, Collins (2019) evidencia a importância política da autodefinição, sendo responsável por criar uma identidade que não seja aquela preestabelecida por meio dos estereótipos sociais devido a consciência crítica que estas mulheres possuem. Propõe-se, com essa discussão, evidenciar a importância da nossa linha de pesquisa dentro dessa dinâmica de poder e controle para o rompimento dos padrões estéticos.

Disponível em: <https://sites.uspág.br/portalatinoamericano/espanol-black-power#:~:text=O%20movimento%20Black%20Power%20surgiu,nos%20anos%20e%20d%C3%A9cadas%20seguintes>

Maria Lugones em duas obras de períodos distintos nos permite construir uma linha argumentativa da relação entre decolonialidade/colonialidade e gênero. Lugones (2008) propõe o feminismo decolonial argumentando que aspectos como raça e gênero foram produzidos por meio do processo de dominação colonial. Além disso, investiga a relação entre raça, classe, gênero e sexualidade com o objetivo de entender as opressões sofridas pelas mulheres no contexto da colonialidade do poder. No que tange ao pensamento feminista decolonial, proposto por Lugones (2014) a categorização do mundo a partir da perspectiva de raça, gênero, classe e sexualidade é necessária para compreensão do pensamento capitalista e colonial moderno enredado em nossas relações de hierarquia e poder. Sendo assim, a colonialidade do gênero, na distinção entre humano e não humano, o gênero e o sexo do indivíduo estão vinculados nessa categorização do mundo. Essa imposição do sistema moderno colonial de gênero é compreendida pela autora como a desumanização da colonialidade do ser. Lugones (2014) ressalta a tentativa de tornar o colonizado menos que os colonizadores por meio do processo de desumanização do ser, tornando-os aptos a classificação.

Segundo Lugones (2014), um dos passos para a descolonização do gênero está na compreensão crítica das relações humanas, alicerçadas na opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada. Sendo este um processo fundamental para a transformação social. A superação da colonialidade de gênero dá-se a partir do pensamento feminista descolonial. Essa discussão faz-se necessária para a compreensão das opressões que as mulheres são engendradas desde o seu nascimento pela sociedade e como é possível a superação dessa visão colonial e patriarcal por meio da práxis feminista decolonial.

Ainda no que se refere à colonialidade e decolonialidade, Maldonado Torres (2018) aborda as consequências da colonialidade e da decolonialidade, na qual esta última transcende o aspecto colonial, tendo em vista a predileção teórica, política e epistemológica de superar essas ações e, também as de aspecto simbólico que ratificam as relações de exploração impostas pelos ideais coloniais que são reproduzidas pela colonialidade e que por atuar sobre a perspectiva de gênero e trabalho, geraram os conceitos de raça e assim,

colocam essa questão como um princípio organizador da sociedade. Segundo o autor, a decolonialidade indica uma postura de superação dos ideais e valores impostos pelo colonialismo.

Maldonado Torres (2018) compreende decolonialidade num sentido mais amplo de debater estratégias para a transformação da realidade em que a colonialidade do ser, do saber e do poder não se perpetuem. O autor nos apresenta a distinção entre colonialismo/colonialidade e descolonização/decolonização. O termo colonialismo refere-se à formação histórica dos territórios coloniais. Já colonialidade compreende-se como uma estratégia de desumanização dos povos nativos utilizada pelos colonizadores no processo de colonização. A segunda distinção explicada pelo autor é descolonização, na qual refere-se a momentos históricos onde o povo nativo se rebelou contra os ex impérios, com o intuito de eclodir a independência. No entanto, o termo decolonialidade faz referência à luta contra o pensamento colonial e todos os seus efeitos materiais e simbólicos.

Em diálogo com a obra de Maldonado Torres (2018), o autor Walter Dignolo (2005) analisa a decolonialidade sob o aspecto epistêmico, que para ele significa, aprender a desaprender. No sentido de desaprender o conhecimento científico advindo da cultura europeia e reaprender a função epistemológica dos conhecimentos subalternizados e ancestrais que são subjugados e inferiorizados juntamente com a população formada por indígenas, negros, mulheres, idosos, quilombolas entre outros. Dignolo (2005) ressalta que a colonialidade do ser refere-se as vivências do período colonial e suas consequências na linguagem e percepção do mundo dos que foram colonizados e explorados historicamente. Logo, assim como Maldonado Torres (2018) expôs em sua obra, Dignolo (2005) também compreende a modernidade como um processo vinculado à experiência colonial. Retomando à obra resenha no presente estudo, importante salientar que só a partir do pensamento decolonial teremos estratégias para conseguir debater frente aos preconceitos lógica colonial visando transformar a realidade à nossa volta.

O autor Franz Fanon (2008) argumenta acerca da inferiorização racial como consequência da ação do racismo em nossa sociedade. Fanon (2008) destaca que a oposição entre pessoas pretas e brancas se inicia a partir do

momento em que estas questionam a humanidade daquelas. A partir daí, percebe-se a desumanização das pessoas pretas e, assim, elas buscam se igualar ao branco para serem reconhecidas como seres humanos, estabelecendo uma relação de dependência imposta pela sociedade que defende a manutenção dessa relação de poder. Essa busca por se igualar ao branco ocorre devido as pessoas pretas serem vistas socialmente como não civilizadas e inferiores. Assim, percebe-se a importância de se enquadrar nos padrões da branquitude para que essas pessoas possam ser aceitas socialmente.

Nossa interlocutora 6 ressalta a importância da narrativa intrínseca ao desafio virtual para as mulheres negras. “Quando outras pessoas pretas enxergam mulheres confiantes de si e exibindo seus cabelos e cultura, elas se identificam, começam a pensar que pode ser elas ali” (INTERLOCUTORA 6, 2023).

Nesse sentido, a autora Grada Kilomba (2019) contribui para a nossa argumentação acerca da opressão racial alicerçada nos fundamentos coloniais qual homens e mulheres pretas são tratados como inferiores e seres incivilizados, assim, muitas pessoas pretas decidem negar sua identidade tornando-se o outro do branco e passando por procedimentos que ocultam sua beleza como o processo de alisamento químico. A autora ressalta a importância da consciência racial com o intuito de romper o controle do colonizador sobre o colonizado.

Kilomba (2019) destaca que as experiências vividas pelas entrevistadas e por ela em sua obra refletem suas leituras de mundo e escolhas individuais, visto que evidencia as marcas deixadas pelo racismo e suas consequências sociais, físicas e simbólicas. A autora enfatiza a necessidade de assumirmos nossa história como protagonistas, precisamos considerar o passado e, assim, romper com as práticas de dominação, subordinação e silenciamento colonial naturalizado em nossa sociedade.

A decolonialidade é uma perspectiva que nos serve de arcabouço por se tratar de um conceito que desconsidera tudo que nos foi imposto socialmente com base na matriz colonial. O modelo de beleza a ser alcançado baseado na matriz colonial, e, sobretudo europeu que pode ser rompido por meio do

pensamento decolonial, que possibilita às pessoas pretas a percepção de que o padrão estético imposto não é modelo a ser seguido e, sim, ressalta a necessidade de exaltar todos os tipos de beleza, o que acarreta na afirmação identitária.

Para nossa interlocutora 5, a narrativa presente no challenge auxiliou na autoestima de muitas mulheres negras por meio do orgulho dos seus traços estéticos e, sobretudo, do seu cabelo. A pandemia favoreceu a disseminação da narrativa do desafio nas redes digitais. “O contexto de isolamento imposto pela pandemia favoreceu maior número de acessos ao challenge, uma série de vídeos de pessoas exaltando a própria estética ajudou muito com esse movimento estético (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela enfatiza a importância da narrativa do desafio para as mulheres negras e como essa narrativa proporciona uma mudança de mentalidade por meio da representatividade.

“Quando uma mulher preta tem acesso a um vídeo de um challenge de pessoas pretas se mostrando maquiadas e arrumadas exaltando a própria estética, até mesmo os meninos como foi depois do vídeo que a gente postou. Faz com que eles também se orgulhem dos seus traços e do seu cabelo” (INTERLOCUTORA 5, 2023).

No que tange afirmação da identidade negra a autora Neusa Souza (2021) enfatiza em sua obra a necessidade de direcionar o nosso olhar às experiências de como é ser negro no Brasil. “De classe e ideologias dominantes brancas. De estética e comportamento brancos. De exigências e expectativas brancas” (SOUZA, 2021, pág.45). Para a autora, é importante esse olhar sobre a visão emocional do preto que em uma sociedade racista disputa e conquista valores, status e prerrogativas brancas. A autora argumenta a partir da perspectiva da pessoa preta contando sua experiência acerca de como é se reconhecer preta em uma sociedade estruturada sobre as prerrogativas coloniais. A experiência das pessoas pretas sempre foi invisibilizada dentro do contexto colonial sob o qual nossa sociedade está alicerçada.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigência, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 2021, pág. 46)

A autora destaca o empenho das pessoas pretas em se adequar às prerrogativas brancas para conquistar ascensão social ocultando sua identidade.

“O negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de ‘tornar-se gente’.” (SOUZA, 2021, pág. 46). Para ela, a estética branca está autorizada por a definir o que é belo, e em contrapartida, também, pela definição do a definir o que é feio em nossa sociedade classista e racista na qual os espaços de poder e de decisão são ocupados por pessoas brancas. “O negro é o outro do belo” (SOUZA, 2021, pág. 59), pois as pessoas pretas não são consideradas belas com base nos moldes estéticos e logo são considerados inferiores por não estarem enquadradas dentro desse padrão. Assim, as pessoas pretas assimilam o máximo possível nos moldes do ser branco, e logo o que é ser preto é ocultado, medido e contido visando não colocar em risco seu projeto de humanidade e ascensão social. Homens e mulheres pretas aprendem a se comportar com o intuito de conter suas características pretas, como se apresentar mediante nossa sociedade racista visando obter possibilidade de ascensão e reconhecimento social.

Ainda sobre a questão dos cabelos nossa interlocutora Bárbara Sepúlveda ¹⁵(2023) relata que seu cabelo foi hostilizado durante sua vida toda e sempre vai ser, já que os padrões estéticos são baseados em matrizes eurocêntricas. Ela ressalta que nunca alisou seu cabelo para se enquadrar nesses padrões e também nem pensam fazer isso. Ao mencionar o challenge ela argumenta que há um incômodo quando ela assiste o desafio, pois a faz lembrar tudo que ela já enfrentou por causa dos seus cabelos. Ela relata que o challenge rompe com o padrão estético, e afirma: “O foco do challenge são em pessoas fora do padrão. Existe um padrão de mulheres negras. E não são mulheres gordas, não são mulheres com cabelo desarrumado” (INTERLOCUTORA 2, 2023).

Em contribuição ao pensamento de Neusa Souza (2021), a autora Nilma Gomes (2019) analisa o cabelo como parte integrante do corpo social e da linguagem, sendo visto como espaço de expressão e símbolo de resistência cultural. Evidencia-se o cabelo crespo a partir de sua manipulação nos salões

¹⁵ entrevista concedida à autora em 12 de dezembro de 2023 (o uso da entrevista foi autorizado em termo de livre consentimento por ela)

étnicos, como modo de expressão estética e identitária negra. Gomes (2019) ressalta a importância de quebrar os tabus relacionados ao padrão de beleza dominante na sociedade e, para isso, reitera que a conscientização é fundamental para que haja um outro olhar das pessoas negras sobre o próprio cabelo contribuindo no processo de reversão das representações pejorativas vigentes e herdadas de uma cultura onde o racismo já se tornou institucionalizado. A autora nos provoca a uma reflexão relevante do ponto de vista decolonial, olhar e analisar o corpo negro e, sobretudo, o cabelo proporcionando uma visão fora dos estereótipos e padrões, evidenciando o cabelo como algo que vai além da estética.

Já a autora Naomi Wolf (2018) também ressalta essa visão do padrão de beleza como fator de controle social. Segundo Wolf (2018), o mito da beleza visa o controle social, sobretudo por ser a ideologia da beleza. Visto que essa ideologia ou padrão de beleza tornam as mulheres vítimas de seus estereótipos, tornando mais rígidas e cruéis as imagens da beleza feminina a elas impostas. A imposição do padrão de beleza acarretou danos à saúde física e psicológica das mulheres, por isso, cresceram em ritmo acelerado os distúrbios relacionados à alimentação, e o número de procedimentos estéticos cirúrgicos também. Essa é a principal reflexão que Wolf (2018) nos proporciona a crítica a esses padrões de beleza visando libertar as mulheres dessa imagem, será que vale tudo para se encaixar nos padrões? É essa indagação que surge a partir das contribuições da autora. A necessidade dessa discussão nos concede refletir acerca de sobre como os padrões de beleza foram responsáveis juntamente com a sociedade pelo apagamento da existência do povo negro e que a dissolução desse padrão abre a possibilidade de a negritude ser vista como algo belo. Não a desvalorizando ou desprivilegiando em função da branquitude.

No próximo capítulo vamos discutir sobre o ativismo digital e sua relação com o challenge Treme treme treme. Demonstrando o potencial das mídias digitais em uma ação contra-hegemônica em um espaço midiático promovendo debates políticos- sociais ao discutir temas importantes de grupos subalternizados. E também evidenciando a reconfiguração da internet como esse ambiente de debate público e político.

3. Da cibercultura ao ativismo: a reconfiguração dos movimentos sociais por meio das plataformas digitais.

Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais.

Manuel Castells, 2013, pág.9

Nesse trecho do autor Manuel Castells (2013) percebe-se que há uma associação com o challenge por essa característica que os meios digitais proporcionaram de criação de redes de afeto. Quando iniciamos um debate no ambiente digital a conexão entre pessoas por meio dessa reconfiguração trazida pela internet proporcionou esse compartilhamento de ideias, dores e esperanças de transformação social. Constata-se que mediante este cenário em que os movimentos sociais na atualidade se reconfiguram devido à articulação entre ruas e redes, por meio das plataformas digitais. Essa nova dimensão da internet perante as ações sociais possibilitou uma amplitude de comentários e divulgação antes inimaginável. Segundo Castells (2013, pág.81), “as redes de internet forneceram um espaço de autonomia do qual os movimentos emergiram sob diferentes formas e com resultados diversificados, a depender de seu contexto social”. Isto é, a internet possibilita maior autonomia aos integrantes dos movimentos, rompendo as barreiras impostas pelo modelo das mídias de massa.

Evidencia-se o novo potencial das redes digitais a partir de sua utilização frente aos debates de temas sociais vigentes e seu papel de contracomunicação, ao trazer à cena pública discussões de temas de grupos sub-representados demonstrando seu caráter político.

Nesse cenário compreendem-se as mídias digitais não somente como um instrumento, mas sim como um ambiente no qual há a construção de laços e discussões de interesse público. Destaca-se a possibilidade de articulação, significação e contestação do poder nesse contexto é notória o papel da internet no séc. XXI como uma contracomunicação, visto que com a utilização das mídias digitais possibilita a contestação do poder vigente, seja este o das grandes mídias ou a hegemonia de classes.

Para Castells (2013), os movimentos sociais da atualidade são marcados por características comunicativas, emocionais e tecnológicas, seja na indignação causada por problemas sociais ou na esperança por mudanças proporcionadas pela ação em rede. Constatase que as mobilizações em rede se constituem em um novo formato de movimento democrático que possibilita a reconstrução da esfera pública em relação à autonomia constituída a partir da interação entre localidades e redes digitais. Isso porque essas redes possibilitam a difusão de ideias e mobilizações simultâneas, ignorando os limites territoriais, possibilitando movimentos de grande impacto, com repercussão em vários países. Reconhece-se as redes digitais e seu papel socializador, visto que é responsável pelas experiências, indignações e esperanças que emanaram, segundo Castells (2013), desde a primavera árabe à ocupação de Wall Street. “As pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos, para si próprias e para a sociedade como um todo” (CASTELLS, 2013, pág.166).

Em relação a como os conceitos de o poder e a política estão intrínsecos a essa reconfiguração da internet como esse ambiente no qual temas importantes na sociedade são debatidos na arena pública. Nele, para Castells (2015), esse poder está relacionado ao controle da informação e da comunicação, seja este macro, vinculado ao Estado e mídia, ou o micro, vinculado às organizações, a exemplo dos movimentos sociais.

Argumenta-se sobre o porquê, como e por quem as relações de poder são constituídas e exercidas na sociedade, e também de que forma “essas relações de poder podem ser alteradas por atores sociais que têm como meta mudanças sociais e se mobilizam para o enfrentamento à institucionalização de normas e regras visando provocar mudanças sociais” (CASTELLS, 2015, pág.21). Em decorrência disso, é estabelecida uma dinâmica de poder e contrapoder, pelo poder já vigente na sociedade, suas instituições e os que desafiam esse poder, os atores sociais (indivíduos, comunidades, organizações) em virtude de seus interesses não serem representados, não havendo empecilhos para se reunirem em mobilizações sociais que “foram, e continuam sendo, as alavancas de mudança social” (CASTELLS, 2015, pág. 55).

Neste aspecto a comunicação, as mídias e as redes sociais digitais são agentes estruturantes de mudanças culturais em nossa sociedade. Contudo, a internet concede aos usuários autonomia em relação aos donos e responsáveis pelas mídias de massa, em virtude da internet permitir a indivíduos e organizações da sociedade civil produzirem seus próprios conteúdos informacionais e os distribuírem no ciberespaço, o que rompe com o controle informacional, comercial e governamental.

Castells (2015) destaca que a sociabilidade constituída a partir da relação entre individualismo conectado e comunidade, por meio da interação online e offline de indivíduos com ideias e ideais semelhantes no ciberespaço e espaço local é fator preponderante para que a comunicação vista como uma maneira de contrapoder proporcionada pelo uso da internet. Desse modo, “a internet agora se tornou uma política de ferramenta institucional tão central quanto a televisão” (CASTELLS, 2015, pág. 33). Essa relação de contrapoder e contracomunicação estabelecida a partir do uso da internet é evidente quando analisamos a forma pela qual o challenge aqui estudado se estrutura e ocorre quando os usuários que possuem ideias e ideais semelhantes interagem e buscam agir na esfera pública em prol de uma causa específica. Observa-se a importância dessa ação coletiva nas redes digitais por ser capaz de estabelecer redes de afetos e, também, pela promoção de um debate político essencial para a constituição de uma consciência crítica racial.

Percebe-se primeiramente a relevância da discussão acerca do novo cenário da internet, principalmente a partir da noção de bios midiático cunhada por Muniz Sodré (2002), segundo a qual as tecnologias de informação estariam redefinindo as relações sociais. E assim, desenvolveram um novo modo de autorrepresentação social, bem como, um novo regime de visibilidade pública. Percebe-se com base na leitura da obra de Sodré (2002) que a midiatização é algo concebido como uma tecnologia de sociabilidade ou um novo bios, uma espécie de quarto âmbito existencial. As relações sociais, para o autor, são articuladas sob novas formas de saber e sentir. Tem-se, a partir daí, uma nova qualificação da vida: um novo bios e um novo ethos que implicam também uma forma diferenciada de compreender a comunicação. A ciência comunicativa adquire um poder simbólico, a partir da “aceleração do processo circulatório dos

produtos informacionais (culturais)” (SODRÉ, 2002, pág.15). O autor assinala, ainda, a necessidade do indivíduo de se manter conectado permanentemente dentro do contexto midiático, exacerbando-se as relações dos sujeitos com as tecnologias na mediação:

Hoje, o processo redonda numa “mediação” social tecnologicamente exacerbada, a mediação, com espaço próprio e relativamente autônomo em face das formas interativas presentes nas mediações tradicionais. A reflexividade institucional é agora o reflexo tornado real pelas tecnointerações, o que implica um grau elevado de indiferenciação entre o homem e a sua imagem - o indivíduo é solicitado a viver, muito pouco auto-reflexivamente, no interior das tecnointerações, cujo horizonte comunicacional é a interatividade absoluta ou a conectividade permanente. (SODRÉ, 2002, pág.24)

A mediação implica um novo modo de existir do sujeito no mundo, no qual as tecnointerações são cada vez mais constantes. Fundado na concepção aristotélica acerca das formas de vida, Sodré (2002) argumenta que se institui um quarto bios, o bios midiático, que conforma uma nova esfera existencial, na qual as tecnologias são pensadas como intrínsecas à sociabilidade dos indivíduos. “O que já se fazia presente, por meio da mídia tradicional e do mercado, no ethos abrangente do consumo, consolida-se hoje com novas propriedades por meio da técnica digital.” (SODRÉ, 2002, pág.25). A presença desse novo bios assinala a emergência de uma era da mediação.

Isso porque, segundo o autor, o bios midiático é uma forma de vida que vai além do meio mediático, pois ganha forma e transborda para o espaço físico e mais amplo de convívio social. Os valores e modos de convivência são remodelados e isso ocorre rapidamente. A temporalidade das relações sociais é totalmente divergente da característica propulsora da mediação que é a transtemporalidade, ou seja, a forma de ultrapassar as barreiras espaço/tempo proporcionadas por esse novo bios.

Outro aspecto da obra de Muniz Sodré importante no nosso arcabouço teórico são suas formulações na obra “As Estratégias Sensíveis: Afeto, Mídia e Política”. Nela, Sodré (2006) discute acerca de como as mídias eletrônicas, atualmente, são dispositivos semióticos responsáveis pela configuração perceptiva do mundo pelo indivíduo. “A produção de relações sociais por imagens a serviço do mercado global. A utilidade na mídia eletrônica. A comunicação indiciária na televisão e na rede cibernética” (SODRÉ, 2006, pág.

73). A partir disso, o autor demonstra como as “estratégias sensíveis” permeiam as tecnologias da informação, refletindo sobre as manipulações retóricas e estéticas das emoções nas primeiras ditaduras do século XX.

Sodré (2006) destaca que o sentido do discurso assume o objetivo de persuadir, emocionar e sensibilizar os sujeitos por meio dos produtos midiáticos. Essa estratégia sensível ressignificou a lógica do espetáculo (a transformação de um fato em espetáculo), reorientando-a em três aspectos: habitual, perceptível e sensorial. “A espetacularização é, na prática, a vida transformada em sensação ou em entretenimento” (SODRÉ, 2006, pág.116). O autor reflete sobre a importância do signo estético na pluralidade do sentido, proporcionando inúmeras possibilidades de relações de efeitos de sentido ao interlocutor. Essa significação dos signos é dependente do seu interlocutor, de como esse indivíduo convive virtualmente ou não no espaço imaterial.

Propõe, ainda, uma reflexão acerca de quais sentidos seriam mais utilizados pela mídia: a visão ou o tato. Na concepção do autor, o tato seria um dos sentidos mais utilizados pela mídia. A partir de sua proposição chegamos à compreensão sobre as estratégias sensíveis que seriam as recepções e os processos de interlocução dos sujeitos que devem entender a cultura por meio do processo sensorial dos modos de comunicação realizados pelas mídias. Essa discussão é fundamental em nossa pesquisa para refletir sobre a dimensão sensível, que toca os sentidos, relacionando-a ao nosso objeto de pesquisa.

Sodré (2014) argumenta que a ciência comunicativa não tem que ser analisada de forma apartada da nossa existência, já que somos atravessados por ela em nosso cotidiano. Logo, a comunicação, para o autor, é muito além do ato de fala ou transmitir mensagens. Somos seres comunicantes, visto que nos relaciona-se e organizamos por meio de mediações simbólicas constitutivas do comum. O autor concentra sua argumentação nos usos da ciência comunicativa no nosso cotidiano, logo, ele discorre acerca dos usos sociotécnicos:

No âmbito desses efeitos socialmente valorizados, uma abordagem pragmática da questão poderia, entretanto, conduzir ao seguinte raciocínio: não importa realmente saber o que é comunicação/informação, e sim, conhecer os usos sociotécnicos que disso se fazem na vida contemporânea. (SODRÉ, 2014, pág.9)

Uma mudança característica da contemporaneidade é maneira acentuada com que somos afetados em nossa experiência quando em contato com as novas tecnologias da comunicação. O nosso tempo existencial está atrelado ao tempo ditado por essa ambiência conformada pela técnica. Logo, a noção de tempo do indivíduo se acelera, e cria uma sensação de simultaneidade e imediatismo dos fatos. “O “efeito SIG” (simultaneidade, instantaneidade e globalidade) já está definitivamente inscrito na temporalidade cotidiana, abolindo todas as distâncias espaciais pela prevalência do tempo” (SODRÉ, 2014, pág.111). O autor ainda acrescenta a velocidade da circulação midiática nesse contexto:

Como já indicamos, a temporalidade do fato social sobre a qual se debruça a sociologia não é a mesma “transtemporalidade” que caracteriza a midiatização. Do ponto de vista espacial, as estruturas fixas ou estáveis focalizadas pelas clássicas ciências sociais pouco ou nada têm a ver com a veloz circulação das formas que caracteriza a midiatização. (SODRÉ, 2014, pág.111)

Ele pressupõe que haja uma oposição entre a comunicação e a midiatização. A primeira é produzida em uma relação conflituosa e a segunda seria responsável por estabelecer uma relação harmônica e homogênea por meio da neutralização das experiências sociais. Para a efetividade do processo comunicativo é necessário que haja três características principais: comunidade, vinculação e comum. A comunidade é o espaço simbólico no qual a comunicação acontece e vai além dos códigos. A vinculação é caracterizada pelos laços coesivos que ocupam a dimensão afetiva e dialógica de um grupo de indivíduos sem restrição aos processos midiáticos. Essas duas características são capazes de consolidar o comum, outro aspecto fundamental para a efetividade comunicacional, pois este preserva a resistência da comunidade. Este comum, para o autor, é por essência o centro diacrônico da ciência comunicativa. A seguir, Muniz Sodré (2014) detalha como é processo de vinculação e como ela é diferente da relação social.

[...] Difere da relação social em seus modernos termos jurídicos e políticos, porque não se define como “fazer contato”, como algo colocado “entre” os seres identificados por suas posições marcadas no interior de hierarquias existenciais complexas, e sim como a condição originária do ser, desde já atravessado por uma exterioridade vazia – o comum – que o pressiona para fora de si mesmo e o divide. Não se trata aqui de socius, mas de vínculo como uma condição ontológica originária. O vínculo inscreve-se na dimensão comunitária e comporta

o dialogismo estrutural implícito na ideia de *communicatio*, em que não predomina a semiose entendida como relação linguística com um “outro”, mas como heterotopia simbólica, ou seja, como ocupação de um “outro” lugar e formação de valor por movimentação sensível. (SODRÉ, 2014, pág.288)

As contribuições de Sodré (2002; 2014) servem de arcabouço para nossa discussão central de trabalho, pois permitem construir um entendimento acerca dessa nova ambiência social da internet, central na análise do objeto de estudo aqui proposto, em que se tece uma relação estruturada por códigos próprios responsáveis pela interação e identificação com a causa debatida. Além da interação proporcionar a essas mulheres a criação de um grupo de afeto importante naquele momento pandêmico.

Em relação ao contexto pandêmico e ao challenge *Treme Treme Treme* nossa Interlocutora 5¹⁶, uma das idealizadoras desse desafio virtual, ressalta a importância do challenge para a criação de vínculos durante a pandemia. “Teve uma relevância maior, então o challenge foi importante pra gente enquanto pessoas pretas construir um vínculo de afeto, porque a gente não podia sair de casa” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela relata como foi o processo de idealização e produção do desafio virtual e como ele foi pensado inicialmente apenas como uma maneira de diversão em meio ao contexto pandêmico, o que depois se revestiu de cunho social e político.

A única forma que a gente encontrou de se divertir naquele momento foi fazer um vídeo. E aí, a gente se encontrava por meio do WhatsApp, do Google Meet, das plataformas digitais que a gente fazia reunião, naquele momento, queríamos apenas nos divertir mesmo. Aquilo virou militância, a partir do momento em que uma emissora de TV procurou a gente para publicar o nosso vídeo, a ideia foi copiada por outras pessoas brancas que esvaziaram essa questão racial do challenge, porque todos os desafios até então eles eram feitos por pessoas negras. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

A interlocutora 5 relembra que, durante a exibição do challenge em uma emissora de televisão, o vídeo foi silenciado, evidenciando o racismo velado que o desafio enfrentou, o que acabou desconstruindo todo o seu sentido. “O vídeo foi silenciado na exibição do programa e aí a importância do vídeo para gente

¹⁶ entrevista concedida à autora em 6 de julho de 2023 (o uso da entrevista foi autorizado em termo de livre consentimento por ela)

que é além de uma referência estética. É também, uma referência de afeto durante a pandemia, o vídeo foi apagado e a gente não aceitou” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Segundo ela, essa atitude foi permeada pelo racismo institucional e lhe despertou forte indignação:

A gente bateu o pé e falou: olha isso é racismo, eles disseram que havia sido por engano, a gente não quis fazer isso. Se não quis então corrijam, isso é racismo, continua sendo racismo mesmo que não seja intencional, mas é racismo. Porque, o racismo está intrínseco à pessoa branca e às vezes alguma coisa desperta aquilo que dá força para o racismo dessa pessoa branca, mas é racismo. Ele é inato a pessoas brancas e o pior é a pessoa dizer que não, foi apenas uma brincadeira ou eu não sabia que estava sendo racista. (INTERLOCUTORA 5, 2023).

Ela ressalta a reconfiguração do papel da internet no contexto de profunda mediatização sob o qual estamos inseridos. “as redes digitais sofreram uma grande revolução, com novas ferramentas e novas formas de trabalho que foram estabelecidas durante o contexto pandêmico” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Durante a pandemia surgiram vários challenges nas plataformas sociais que tinham como objetivo o entretenimento e a diversão, simplesmente a única forma de diversão durante o isolamento social. Ela destaca o papel fundamental do ambiente virtual para a aproximação das pessoas e rompimento de barreiras geográficas.

Durante a pandemia eu criei um grupo de estudos, então acho que a pandemia ela aproximou algumas fronteiras possibilitando, por exemplo, que eu conhecesse a professora Katiúscia Ribeiro da UFRJ, o que num contexto normal poderia nunca acontecer. Se eu não tivesse me aproximado de pessoas que compactuassem com o mesmo discurso político que o meu, talvez eu não me aproximasse dessas teóricas. A pandemia de uma certa forma acabou aproximando essas fronteiras. Essas professoras debatem como a pandemia aproximando essas fronteiras geográficas. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

Na tabela abaixo, apresentamos as quinze participantes do challenge.

Tabela 2: Participantes do challenge

Participantes do Challenge	Ocupação
Andressa Lages	Contadora, ativista digital e mulher preta.
Ariadiny Almeida	Ativista digital e mulher preta.
Ariel Carvalho	Pós Grad. em Direito Público, ativista @anistiabrasil, Coord. Núcleo de

	Estudos @lacigspa, embaixadora @todxsbrasil e mulher preta.
Beatriz Balby	Roteirista e social media, ativista digital e mulher preta.
Dayana Manasses	Graduada em Cinema e audiovisual, produtora e pesquisadora de cinema e negritude, ativista digital e mulher preta.
Gabrielle Francine de Oliveira	Idealizadora do desafio, Universitária, ativista digital e mulher preta.
Giovanna Cabral	Idealizadora do desafio, Universitária, ativista digital e mulher preta.
Janaína Noronha	Empreendedora, ativista digital e mulher preta.
Laura Loisy	Estudante de ciências sociais, artista visual, ativista digital e mulher preta.
Larissa Bouth	Ativista digital e mulher preta.
Letícia Moreira	Escritora, ativista digital e mulher preta
Naya	Ativista digital e mulher preta
Priscila Rosa	Ativista digital e mulher preta.
Sinara Assunção	Criadora de conteúdo, ativista digital e mulher preta.
T a i s	Graduada em conservação e restauro, ativista digital e mulher preta.

Fonte: Produção da autora (2023)

Para a interlocutora 5, houve muitos debates acerca da pandemia sob a perspectiva do isolamento social e das dificuldades que enfrentamos durante esse período, entretanto precisamos analisar e debater esse cenário também com o olhar de rompimento de barreiras geográficas, ou seja, a partir do ponto de vista de aproximação das pessoas naquele contexto. O ambiente virtual virou palco das mais diversas ações e formas de interação, com o intuito de discutir, trabalhar, estudar ou apenas se divertir sem sair de casa. Interlocutora 6 ¹⁷, uma das idealizadoras do desafio, também comentou a influência do contexto pandêmico na realização do challenge “Foi quando todos estavam de olho nas redes sociais quase todo o tempo, era a maior forma de comunicação e

¹⁷ entrevista concedida à autora em 2 de agosto de 2023 (o uso da entrevista foi autorizado em termo de livre consentimento por ela)

influenciou na realização muito pela distância e até pela distração de fazer algo legal, entre amigas” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Segundo ela, durante a pandemia da Covid19 as plataformas digitais foram essenciais para a comunicação e entretenimento, visto que o isolamento social impossibilitava que a socialização e diversão.

A propósito das interações no bios midiático, no artigo *Episteme Comunicacional* (SODRÉ, 2007), o autor reitera que o estágio atual da sociedade é o da a midiatização, conferindo à comunicação o papel de ação organizadora e mediadora das relações humanas. Além disso, é notável a aceleração da experiência humana, bem como seu ritmo de vida. Sodré (2007) ressalta também que o objetivo da episteme comunicacional é a vinculação social, algo muito evidente quando voltamos nosso olhar para o nosso objeto de estudo no qual a vinculação social foi fator preponderante tanto para a realização do challenge quanto ao alcance de sua publicação. Através, dessa discussão percebe-se que a midiatização foi responsável pela criação de novas formas de existência a partir e, sobretudo, do uso das redes.

Entende-se por midiatização “[...] não a veiculação de acontecimentos por meios de comunicação (como se primeiro se desse o fato social temporalizado e depois o midiático [...]) e sim o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia” (SODRÉ, 2007, pág.17). A midiatização, para o autor, é objeto da comunicação, e não a comunicação propriamente dita. Principalmente, por ser responsável por transformações socioculturais ocorridas a partir do funcionamento das tecnologias da comunicação. Com isso, nossa experiência habitual do tempo também é modificada, já que virtualmente podemos nos conectar a todas as outras pessoas, sendo estas alcançadas instantaneamente. Assim, a ambiência virtual possibilita a abolição dos prazos por meio dessas tecnologias de comunicação, Sodré (2007) assinala a temporalidade fluida que trazem, traçando a distinção entre tempos de atividades:

Nesse mundo de temporalidade fluída, onde o estável e o durável são postos em crise, fica afetada em vários planos a própria periodização da existência. Um deles é o da indistinção entre tempos de atividade: o tempo do trabalho pode ser o mesmo da diversão ou da formação educacional. (SODRÉ, 2007, pág. 19)

Para o autor, a ciência comunicativa se desdobra em três níveis: o vinculativo, o relacional e o crítico-cognitivo. O nível relacional que é o da interação midiática “em que sujeitos supostamente prontos e acabados em termos de identidade social fazem contato por meio dos dispositivos tecnológicos de comunicação, que materializam eletronicamente a retórica” (SODRÉ, 2007, pág. 22). O vinculativo é o lugar social no qual a interação subjetiva é desenvolvida. O terceiro e último nível estaria relacionado aos dois níveis anteriores, resultante do aspecto sob o qual o real é atravessado pela virtualização tecnológica do mundo. Ao final de nossa argumentação percebe-se que a utilização da obra em nosso arcabouço teórico é fundamental para a compreensão de como o challenge aqui estudado é atravessado por essa noção de bios midiático, bem como é consequência do fenômeno da midiatização e de seus efeitos na sociedade a partir do uso das tecnologias de comunicação em nosso cotidiano.

Os autores Couldry e Hepp (2016) também discutem a midiatização, compreendendo os diferentes processos de institucionalização das relações humanas baseadas no conceito de figurações que consiste na relação de interdependência e interação dos indivíduos que podem ser caracterizadas pelas relações de poder. Os autores indagam como a complexa convivência advinda da interdependência que desenvolvemos a partir do uso das tecnologias midiatizadas acarreta mudanças em nosso meio social e na forma como nos relacionamos nesse contexto de profunda midiatização sob o qual vivemos.

Os autores partem dos conceitos rede e assemblages para entender como o mundo social se mantém regular e ordenado. O estudo de rede não se resume a analisar as constelações de atores presentes nesse ambiente, mas sim, o mundo social no qual esses atores estão inseridos. Os autores reiteram a importância da compreensão da produção de sentidos nesse espaço midiatizado. Segundo Couldry e Hepp (2016), o conceito de rede descreve as relações das constelações de atores inseridos em uma entidade social específica (grupo, família, amigos e outros) e também atravessado pela relação entre essas entidades. Acerca das características de rede e assemblage, a primeira às constelações de atores e a segunda se dedica a detalhar a prática e

o envolvimento das pessoas quando em contato com as tecnologias no ambiente mediatizado.

No que concerne às figurações e sua relação com as mídias percebe-se que é fundamental entender que não existe mundo social destituído das inter-relações dos indivíduos, sendo assim, o indivíduo só pode ser analisado e compreendido quando o focalizamos no mundo social. Dentro desse contexto percebemos que é fundamental analisar as relações sociais como figurações que constantemente sofrem mudanças, são formadas e reformadas, tendo em vista que este é um processo aberto e passível de modificações. O indivíduo e a sociedade não podem ser pensados de maneira dissociada. As figurações sociais são uma forma de rede humana, sendo assim, a noção de figuração corresponde ao conceito de rede para compreender as interrelações entre indivíduos em uma figuração.

É importante compreender, de acordo com Couldry e Hepp (2013), as relações de poder na constelação de atores presentes na figuração e os significados que são gerados por meio dessas figurações. Percebe-se também que o conceito em discussão é capaz de descrever o mundo social a partir do vínculo formado pelos indivíduos em rede. A característica fundamental das figurações é a compreensão das relações dos significados.

No que se refere ao contexto de mediação profunda em que vivemos, é possível identificar, no challenge aqui estudado, várias possibilidades de aplicação do conceito em discussão. No challenge Treme treme treme podemos citar algumas características intrínsecas do conceito de figuração presentes no desafio. Percebemos o debate virtual proposto pelo vídeo, circulação da mensagem que o challenge se propôs a passar, construção de amizade (redes de afeto), tópicos de informação e promoção de projetos e ações que promovem o debate público/ criação de uma consciência crítica racial.

As figurações podem existir sem a presença da tecnologia, porém não existem sem os indivíduos ou constelação de atores, sendo assim, as figurações existem independentes do uso da tecnologia, logo, nossas interações sociais fora do ambiente virtual também são figurações. A presença dos indivíduos é fundamental em uma figuração, pois são as ações desses atores que caracterizam esse conceito. Visto que, é a partir dessas ações figurativas que

haverá a compreensão das relações de significados presentes nas interrelações humanas com o espaço mediatizado. Esse conceito é responsável por entender a constituição de poder e pertencimento dos atores em relação ao mundo social.

A construção do sentimento de pertencimento está atrelada às figurações. Uma sensação simplesmente situacional, mas repleta de significado contextual que está cada dia mais atrelado à convivência com a mídia. E com as redes digitais temos reconfigurações de nossas relações sociais com base em novas figurações, seja de encontros online, algo que durante a pandemia ajudou a reaproximar as pessoas, seja na continuidade de nossas atividades diárias mesmo à distância, por meio remoto. Essas novas mídias proporcionaram uma relação de pertença situacional entre os indivíduos.

Couldry e Hepp (2013) consideram que nossa relação com as tecnologias na era da mediatização profunda gera obrigações e dependências não apenas entre os atores, como também entre indivíduos e mídias de comunicação. Essas são características de nossa relação com e dentro das mídias, o que acarreta novas figurações sociais. Compreender a nossa convivência com a mídia no contexto da mediatização profunda implica a compreensão da complexidade de figurações geradas a partir e com o uso das mídias.

No que concerne ao entendimento das plataformas digitais não como um ambiente neutro, mas sim permeado por interferências sociais que seguem interesses capitalistas das empresas que gerenciam esses espaços, Jose Van Dijck (2013) analisa as mudanças sociais decorrentes da relação das plataformas com os indivíduos. “Muitos dos hábitos que recentemente foram permeados pelas plataformas de mídias sociais costumavam ser manifestações efêmeras e informais da vida social” (VAN DIJCK, 2013, pág.14). A autora lista os hábitos modificados a partir do uso das plataformas digitais:

Falar com amigos, fazer fofoca, mostrar fotos do feriado, rascunhar notas, verificar o bem-estar de um amigo, ver o vídeo amador de um vizinho; esses costumavam ser atos (de fala) casuais, evanescentes, comumente compartilhados apenas com indivíduos seletos. Uma grande mudança é que por conta das mídias sociais, esses atos de fala casuais se tornaram inscrições formalizadas, que, uma vez incorporadas na economia maior de públicos mais amplos, ganham um valor diferenciado. Enunciados antes expressos de modo disperso agora são liberados para um domínio público onde possuem maior alcance e efeitos duradouros. (VAN DIJCK, 2013, pág. 14)

Segundo Van Dijck (2013), as redes digitais favorecem e amplificam as redes ou interações sociais no ambiente virtual, possibilitando a conexão entre as pessoas. Esses espaços manipulam conexões, sendo gerenciados pelas empresas por meio de algoritmos que rastreiam nossos desejos e gostos. A autora acrescenta que essas plataformas devem ser analisadas como responsáveis pela mediação entre as pessoas. Elas são capazes por moldar as ações sociais, e não podem ser vistas como meras facilitadoras.

A partir disso, entende-se as redes digitais com base em sua apropriação por parte dos movimentos sociais ou atores políticos, compreendendo a internet não como uma ferramenta de comunicação, mas sim, como um ambiente no qual as interações possibilitam ampliar debates relevantes na sociedade. Constatase o aspecto inerente a essa apropriação das redes por atores políticos, a contracomunicação. A partir dessa característica as mensagens produzidas circulam e possuem uma visibilidade que antes lhes seria negada pelos meios de comunicação de massa, possibilitando que as demandas desses movimentos ganhem notoriedade. “Esse ativismo se desenvolve de acordo com o que cada plataforma oferece, mas basicamente facilitam consideravelmente o contato entre os ativistas para a discussão de suas demandas e avaliação de suas ações” (PRUDENCIO, 2018, pág. 261). Nossa argumentação segue propondo uma discussão acerca do ativismo e essa nova reconfiguração das redes a partir da ação conectiva.

3.1. Ação conectiva em rede e ativismo

Com a Internet, não se trata mais de dispositivos de formação de opinião pública, de compartilhar julgamentos, mas da constituição de formas de percepção comum e de formas de organização e de expressão da inteligência comum.

Maurizio Lazzarato, 2006, pág.183

O trecho destacado acima nos faz perceber, uma vez mais, que a internet não pode se reduzir a uma ferramenta capaz de mobilizar a opinião pública, mas também como um ambiente sociotécnico responsável por criar redes de percepção comum. A respeito das redes digitais e de como elas se configuram como um importante espaço de discussão de temas sociais, Kelly Prudencio (2019) afirma. “As redes digitais configuram o espaço no qual os ativistas

estruturam seus discursos, encontram aliados, fortalecem as crenças preexistentes e se preparam para o debate público” (PRUDENCIO, 2019, pág. 278). Para a autora, essas mobilizações sociais adquirem um sentido de contracomunicação, ao trazerem à cena pública discussões de temas de grupos sub-representados.

Justifica-se a relevância desses autores para a discussão proposta na presente pesquisa ao buscar refletir acerca dos efeitos de sentido gerados pelo challenge que constitui o foco de análise aqui proposta, entendendo-a como uma forma de ativismo, capaz de gerar uma ação conectiva, no sentido que lhe é atribuído por Prudencio (2018). Logo, a ação coletiva converte-se em ação conectiva, sendo esta parte constitutiva do ativismo digital por fazer das redes digitais parte integrante da organização política, não apenas um meio para sua realização. A ação conectiva se constitui em um padrão de ativismo político a partir e com a apropriação das redes digitais.

A comunicação nas redes digitais ocorre por meio da articulação entre os indivíduos ou coletivos em rede. O ativismo se volta para questões específicas que criam redes de afetos ou conexões entre esses indivíduos em prol de uma causa específica em busca de maior alcance quando se trata de visibilidade. Essa forma de ativismo facilita o contato entre ativistas sociais em prol da promoção de debates sobre uma causa específica. As redes digitais se constituem em um importante ambiente para o debate político e, por isso, as discussões realizadas online adquirem um impacto maior em suas mobilizações,

Prudencio (2018) ancora seus argumentos nas contribuições de Scherer-Warren (2006) que ressaltam a importância das redes digitais como responsáveis por empoderar coletivos sociais em prol de articulação política contemporânea capaz de abranger as diferentes demandas e interesses.

Para melhor compreensão do challenge em análise neste trabalho, considerando-o como propulsor de um debate político, novamente é frutífero o diálogo com Prudencio (2014) em outra obra intitulada “Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política”. Nesta, a autora analisa as micromobilizações em busca de atualizar a teoria da mobilização política nesse cenário de reconfiguração das redes digitais com a intensificação do chamado ativismo digital “que replicam antigos repertórios no espaço online ao mesmo

tempo em que apresentam elemento catalizador de repertório, que são as hashtags. Daí o conceito de micromobilizações parecer promissor nesse sentido” (PRUDENCIO, 2014, págs.5-6). A internet é compreendida como um ambiente capaz de promover a participação democrática do indivíduo, refutando que essa participação possa ser vista como neutra, ao contrário, ela é passível de alterações que dependem dos propósitos políticos implicados. “Assim, as mídias sociais digitais, os fóruns e as salas de bate-papo constituem um espaço para acompanhar a “micromobilização””(PRUDENCIO, 2014, pág.6).

O conceito de micromobilização ganhou uma nova roupagem com o ativismo digital devido às novas maneiras de se mobilizar politicamente que não se dissocia da forma original. O ativismo confere maior abrangência às causas, sendo o repertório político construído a partir de ações nas redes digitais de ativistas e movimentos sociais, promovendo um debate político mais amplo em prol da tomada de decisão política.

Prudencio (2014) aciona os autores Snow & Benford (2000) para demonstrar as características que envolvem a constituição e consolidação da ação coletiva nos meios digitais que dependem da convivência dos indivíduos com as micromobilizações. A autora lista as características intrínsecas à ação coletiva “Negociam um entendimento compartilhado de que uma situação ou condição é problemática e passível de mudança; definem problemas e culpados; articulam um conjunto alternativo de medidas e estimulam outros a agir em prol da mudança” (PRUDENCIO, 2014, pág. 7).

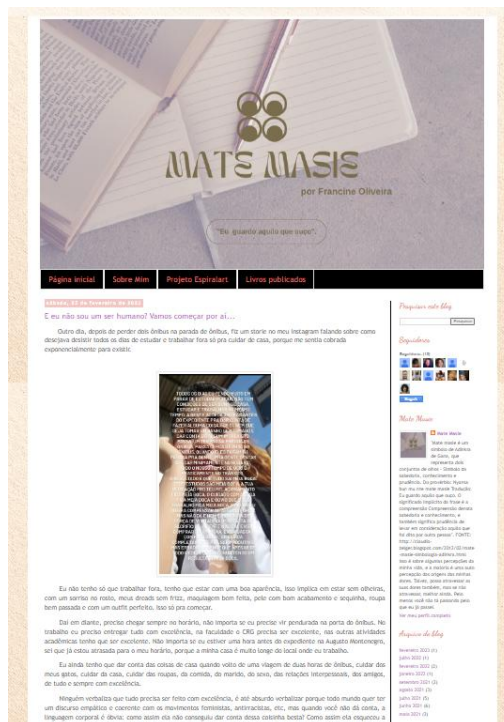
Uma das principais características dessas mobilizações virtuais são as trocas discursivas geradas a partir do debate do tema em questão. “São confrontos que não se dirigem diretamente ao Estado, mas empreendem esforços para alterar o significado dos objetos de discussão” (PRUDENCIO, 2014, pág. 17). Logo, a discussão política apresenta maior efetividade da comunicação política nas redes digitais. Mais um aspecto importante dessas mobilizações que é evidente sua relação com o que aconteceu com o challenge em questão, a questão da criação de vínculos entre os mobilizados no espaço virtual.

O termo ativismo, segundo o pesquisador Massimo Di Felice (2013), está alicerçado no modo de fazer ativismo virtual devido à incorporação da internet

ao contexto dos processos comunicativos. “[...] Essa tecnologia comunicativa transformou substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política, implicando em uma mudança significativa nas formas de ação social por parte de ciberativistas” (DI FELICE, 2013, pág.54). Para o autor, a conectividade é característica preponderante na ação social em e nas redes digitais. Tanto na perspectiva de Di Felice (2013) quanto na dos autores Maline e Antoun (2013) é notável a consonância em relação ao entrelaçamento entre o ativismo e os conceitos de participação, conectividade, subversão, bem como a ausência dos limites entre físico e virtual.

Sobre isso, a Interlocutora 5, uma das idealizadoras do desafio virtual em estudo, afirma que atualmente não se considera ativista digital e nos conta o motivo, “hoje eu acho que a internet ela tem um poder muito adoeecedor se você não tem uma rede de apoio tão sólida pra te fortalecer mesmo, no teu ativismo” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela relata como realiza seu ativismo por meio da internet “então, já fui mais ativa nas minhas redes sociais pra debater as coisas. Hoje eu concentro a minha a minha força, vamos assim dizer, no meu blog, que é o Mate masie que eu comprei o domínio recentemente e lá eu falo sobre atividade negra, sobre estética, sobre cabelo” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Percebe-se a importância desse blog para a discussão de temáticas que afetam as pessoas negras, como a dificuldade de mobilidade urbana para quem mora na periferia e precisa se deslocar entre a faculdade, trabalho e sua residência.

Figura 2: Blog Mate masie idealizado e administrado por Interlocutora 5



Fonte: <http://www.matemasie.com.br/>

Gabrielle conta, ainda, que realiza outra forma de ativismo, que acontece no meio acadêmico de forma presencial, sendo também importante para a constituição do sujeito político como o ativismo digital. “eu entrei para o grupo de pesquisa de extensão aqui, que é o grupo de estudos Lelia González e aí a gente faz o nosso ativismo por meio do JepLag, já não é mais a interlocutora 5 que faz o ativismo, é o grupo de estudos. O grupo de pesquisadoras e ativistas que estão juntas nessa para poder se fortalecer e se apoiar e enfim lutar pelo que acredita” (INTERLOCUTORA 5, 2023). A relevância do espaço acadêmico para discussão de temas e injustiças sociais é fundamental, a seu ver, para a criação de uma consciência crítica racial.

A representatividade feminina negra nas redes digitais é importante no que diz respeito a dois aspectos: o ciberfeminismo e o protagonismo feminino negro. Segundo Josemira Silva Reis e Graciela Natansohn (2021) o ciberfeminismo surge na segunda década do século XXI em decorrência de um novo modo de mobilização em massa e com raízes multicêntricas abrigando uma pluralidade de discursos. “Esse novo modo de protestar tem sido divulgado e amplificado, principal mente, por dispositivos móveis de comunicação (como smartphones,

tablets, etc.) e pelas plataformas de redes sociais (principalmente o Twitter, Facebook e YouTube)” (REIS E NATANSOHN, 2021, pág. 51). As redes digitais apresentavam outra função além de informar e entreter, sua nova implicação estava relacionada a democracia e ao potencial de debater questões importantes para a sociedade demonstrando “o papel expressivo que as tecnologias digitais têm desempenhado para dar visibilidade aos movimentos sociais e aos processos de associativismo civil” (REIS E NATANSOHN, 2021, pág.51). o ciberfeminismo busca compreender como ocorrem as relações de gênero no ambiente midiaticizado.

Neste sentido, é emblemático o exemplo dos movimentos feministas e de mulheres que vêm ocupando os espaços de sociabilidade digital para discutir, refletir e reivindicar novas inflexões para o tratamento de dilemas sociais que as atravessam. E ainda que seja difícil falar em marcos temporais quando tratamos de processos sociais em larga escala, é possível localizar o ano de 2015 como um exemplo emblemático da capacidade de articulação alcançada por mulheres em rede, quando diversas iniciativas de mobilização e solidariedade surgiram ou se consolidaram. (REIS E NATANSOHN, 2021, pág. 52).

A ocupação do ambiente digital ecoa de modo a subverter os sistemas de poder patriarcais por meio das pautas das mobilizações. Florencia Goldsman (2021) critica a venda dos nossos dados digitais às empresas de tecnologias “Considero, no entanto, que é urgente problematizar a maneira como usamos esses espaços para contemplar como nossos dados são expropriados em troca, para serem reutilizados por grandes empresas digitais de acordo com os modelos de negócios vigentes” (GOLDSMAN, 2021, pág. 71). No entanto, ela também enfatiza o potencial libertador pelo qual as redes digitais criam a possibilidade de indivíduos/ grupos subalternizados têm de emancipação ao promover debates políticos, intitulado como tecnopolítica que é “um arcabouço teórico que ajuda a pensar sobre as novas formas de expressão da política, mediadas pela combinação de inovação no uso da tecnologia e ação coletiva na internet” (GOLDSMAN, 2021, pág.71).

É importante ressaltar a importância do ciberfeminismo, sua capacidade de ressignificar e reafirmar identidades subalternizadas na sociedade. Por meio disso, o conceito em discussão desloca as campanhas feministas dentro e fora do ambiente virtual, promovendo como dito anteriormente a criação de grupos de afeto no qual essas mulheres se unem por intermédio do compartilhamento

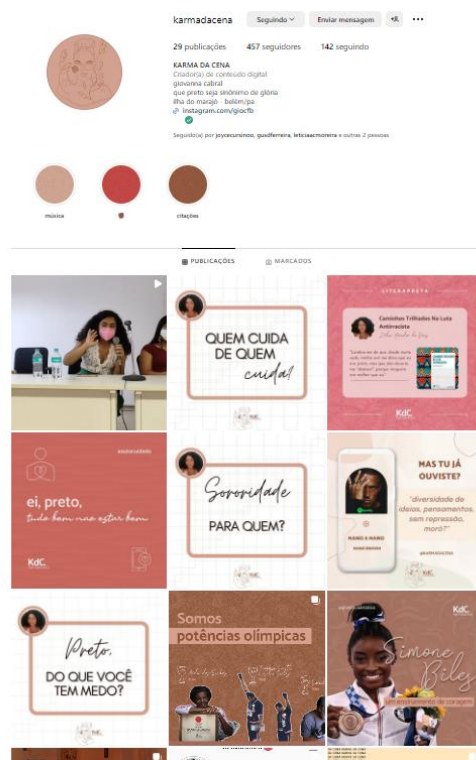
de suas experiências e demandas em comum, e no deslocar dessas campanhas para além do espaço virtual promove mudanças concretas por meio do debate instaurado a respeito de determinado assunto.

Em relação à representatividade, é evidente a importância de possibilitar a essas mulheres a chance de romper com o silêncio imposto a elas pelo sistema opressor, proporcionando a reivindicação e protagonismo em suas lutas em busca de justiça social. Assim como é proposta pelo challenge a oportunidade de promover a questão da autoaceitação da beleza negra tendo como protagonistas desses vídeos, mulheres pretas, um agente provedor de mudanças acerca do estereótipo de que a beleza negra não é sinônimo do que é visto como belo pela sociedade. A partir do momento que mulheres e meninas negras se enxergam representadas nesses vídeos e percebem o quanto são lindas com seus cabelos naturais elas decidem romper com as amarras colonizadoras e abrem mão dos processos químicos capilares, o que acarreta uma mudança de mentalidade nas próprias meninas negras.

De acordo com Luísa Aquino (2009), é característica do ativista digital apropriar-se do ambiente digital como um espaço para construção da ação política. Além dessa característica, a autora considera o ativismo como uma prática de militância que acontece no espaço virtual sob a qual os movimentos sociais se apropriam da internet visando refletir sobre a função transgressora que a comunicação possui, além de promover causas sociais a alcances inimagináveis, buscando transformar hegemonias vigentes em nossa sociedade.

Interlocutora 6, outra idealizadora do desafio virtual que é nosso objeto de estudo, contribui com a discussão exposta por Luísa Aquino (2009). Nossa interlocutora se considera ativista digital e, para ela, as plataformas digitais auxiliaram para o maior alcance das publicações dessas ações. Ela ressalta a importância do ativismo para o empoderamento feminino. “Alcançar o maior número de mulheres negras possíveis, fazê-las compreender e ter uma leitura racial centrada no empoderamento do nosso povo” (INTERLOCUTORA 6, 2023).

Figura 3: Karmadacena o movimento negro em evidência



Fonte: Instagram

Ela ainda acrescenta que realiza suas ações cibertivistas por meio de suas publicações no perfil do Instagram Karmadacena na qual publica acerca de assuntos que auxiliem na conscientização da população negra, em temas como: dororidade, sororidade, a solidão da mulher negra e transição capilar. A interlocutora 6 afirma que recebe comentários e mensagens acerca da importância das publicações nesse perfil e também como essas postagens auxiliam a mudar a conscientizar a população negra por meio das discussões realizadas. “Recebi uma mensagem de uma mulher do sul do país que falou sobre a importância do que conteúdo que publicava para ela se entender como mulher preta” (INTERLOCUTORA 6, 2023). Ela complementa que as práticas ciberativistas são importantes para nos fazer pensar sob uma outra ótica em busca da conscientização política e da autoconsciência da pessoa como um sujeito político. Suas publicações tanto em seu perfil pessoal quanto no Karmadacena apresentam como objetivo essa conscientização política, sobretudo acerca do movimento negro. Nossa interlocutora aponta as razões

que a motivaram a criar esse perfil voltado para as questões do movimento negro.

O Karmadacena nasceu da vontade que eu tinha de expor minhas indignações, conflitos, medos e experiências, de como o racismo me afeta todo dia, mas não só isso, que podemos falar sobre a nossa cultura e coisas relativas ao nosso povo sem ser sobre dor. E foi alcançado sim, percebo isso quando vejo pessoas de outras cidades interagindo, compartilhando etc. (INTERLOCUTORA 6, 2023).

A propósito dessa discussão, Patrícia Hill Collins (2019) conceitua o ativismo de mulheres negras como sendo proveniente de duas dimensões primárias. A primeira é a luta pela sobrevivência do grupo que seriam as ações que criam esferas de influência no interior das estruturas sociais intentando a mudança por meio da desestabilização das estruturas opressoras. Há uma relação interdependente entre identidades independentes e as esferas de influência, na qual o empoderamento individual e coletivo está inserido no poder de uma consciência livre. “[...] Elas adotam uma espécie de política identitária, uma visão de mundo que enxerga as experiências de vida das pessoas negras” (COLLINS, 2019, pág. 333).

Dessa forma, a questão identitária é fator preponderante para o desenvolvimento e criação de uma consciência crítica que objetiva instituir mudanças políticas e sociais, em busca da sobrevivência do grupo. A segunda dimensão é a luta pela transformação institucional cujo objetivo consiste em mudar políticas e procedimentos discriminatórios em todos os âmbitos da sociedade. Seja participando de modo individual dessa dimensão ou estando em grupos ou instituições sociais que buscam essa transformação institucional, dependendo de estratégias de formação de coalizões. Visto que, a coalizão relacionada à busca pela transformação institucional conecta as questões individuais a pautas sociais amplas. Logo, essas duas dimensões são interdependentes, pois elas fomentam a busca por direitos, bem como mudanças sociais significativas que permitam que esses direitos sejam alcançados.

Em articulação ao pensamento de Collins (2019) nossa interlocutora 5 ressalta que a criação de uma rede de afetos é uma das características fundamentais do ativismo. “Não digo só uma rede política, é preciso uma rede de afeto” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela discorre ainda acerca das dificuldades que as pessoas negras enfrentam diariamente e que não são

levadas em consideração pela branquitude, a compreensão das dores de uma pessoa negra é fundamental para que haja acolhimento e afeto para a vítima das opressões interseccionais, pois essa rede de afeto entende o sentimento de quem sofre esse tipo de opressão e saberá ajudar essa pessoa:

Visto que eles não entendem que eu tenho que acordar muito cedo pra chegar na universidade, as pessoas não entendem que a minha produtividade pode cair porque estou muito cansada. Nisso, também estou falando de pressão estética, do que é ser uma mulher no mercado de trabalho, de mobilidade urbana, de machismo e racismo. Ter outras pessoas que entendam as tuas dores é muito mais importante do que pessoas que meramente entendam tua política. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

Ela acrescenta ainda que as ciberativistas precisam garantir estratégias para que suas ações não sejam fragilizadas, visto que as publicações podem ser mal interpretadas, o que acarreta a não efetividade das questões discutidas no ambiente virtual. “Tudo que está na rede pode ser mal interpretado. Já ouviu falar sobre a expressão ‘totemismo capitalista’? Tudo que está inserido no sistema capitalista é absorvido pelo capitalismo e transformado em lucro. Então, hoje a gente vê nas lojas camisas estampadas com Black Lives Matter, não é a empresa se juntando à causa, ela está absorvendo a pauta pra garantir lucro para a empresa” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela destaca que as pautas dos movimentos sociais, ao serem absorvidas pelo mercado capitalista, acabam deturpando as causas sociais visando somente lucrar com os debates sociais:

Então, tem muitas coisas que a gente debate, que a gente leva pra internet, que acaba sendo absorvida pelas empresas e tem seu sentido deturpado do seu propósito. Então, acho que falta a gente criar estratégias, amadurecer as estratégias das ações ciberativistas para poder garantir a plena efetividade. Eu não estou dizendo que elas não alcancem em determinados pontos as suas efetividades. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

Gabrielle exemplifica como as pessoas negras se protegem e como essa proteção é importante quando falamos de redes de afeto e empatia. “Em uma briga entre uma pessoa branca e uma pessoa preta, mesmo que essa pessoa branca seja minha amiga, eu não vou me meter para defender essa pessoa branca” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela acrescenta ainda sobre as diferenças emocionais e sociais às quais cada sujeito está atrelado segundo as opressões sociais que as pessoas pretas enfrentam diariamente. “Uma pessoa branca tem estrutura e sabe como se defender, enquanto a pessoa negra pode ter medo e

não saber como se defender. Então, eu prefiro me abster” (INTERLOCUTORA 5, 2023).

Percebemos durante nossa argumentação o papel fundamental do lugar de fala no contexto do ativismo e da ação conectiva por se tratar da importância de romper as barreiras coloniais e opressoras e manifestar suas opiniões ou enunciar por meio do relato de si as experiências vivenciadas. No próximo capítulo veremos a importância do conceito em questão e sua relação com o desafio virtual.

3.2. O lugar de fala como propulsor de mudanças sociais.

Minha resposta ao racismo é raiva. Eu vivi boa parte da minha vida com essa raiva, ignorando-a, me alimentando dela, aprendendo a usar antes que jogasse minhas visões no lixo. Uma vez fiz isso em silêncio com medo do peso.

Audre Lorde, 2013, s/p

Inicia-se com esse trecho insurgente da autora Audre Lorde (2013) para ilustrar os efeitos do lugar de fala para enunciar opressões e o quanto suas experiências foram dolorosas e, assim, há a compreensão acerca dos efeitos do racismo em quem é vítima desse preconceito. Entretanto, no que diz respeito ao desafio virtual, percebe-se ao longo de sua narrativa a relevância do lugar de fala para que aquela narrativa alcançasse seu êxito. A partir disso, entendemos as experiências das participantes e, assim, há a compreensão de como o que é exposto na narrativa ressalta as relações de poder, reproduzindo questões sociais como o racismo. O simples ato de se expressar em debates sociais auxilia na promoção de mudanças sociais, não significa que essas mudanças impliquem desaparecimento de opressões e injustiças, e sim que, a partir dessas ações, é constituída uma consciência crítica em relação ao assunto em discussão. É justamente sobre a possibilidade de romper com o silêncio e manifestar opiniões acerca de um tema específico que focalizamos nossa argumentação no presente tópico.

Acerca da importância do lugar de fala como propulsor de mudanças sociais e, também como uma maneira de romper com o silêncio imposto a grupos subalternizados, recorre-se a Djamila Ribeiro (2020); Gayatri Chakravorty Spivak (2018) e Patrícia Hill Collins (2019). A relevância das autoras para o desenvolvimento desse trabalho resulta da necessidade de discussão sobre o

lugar de fala de grupos minoritários na promoção de debates sociais e reafirmação da sua localização social. Mesmo as autoras tendo visões distintas em relação ao conceito em discussão, essa dissonância acaba enriquecendo o debate a respeito do tema. A partir do diálogo com e entre essas autoras percebemos que o conceito de lugar de fala, assim como o ato de falar não se resume a apenas isso, mas à condição de existência, existir está estritamente ligado ao ato de fala, como consequência rompemos com o discurso autorizado e homogêneo. Djamila Ribeiro (2020) promove uma reflexão acerca do lócus social como o primeiro estágio para a compreensão do lugar de fala. Segundo a autora, o lugar de fala não se resume à experiência individual, mas sim à compreensão de como o contexto sociocultural ou localização social ocupado por grupos subalternizados restringe a eles oportunidades.

O lugar de fala de cada um de nós promove uma multiplicidade de vozes que são responsáveis por romper uma visão única/homogênea. As reflexões sobre lugar de fala vieram à tona e foram moldadas sobretudo no debate virtual, ambiência na qual nosso objeto de estudo se insere, como uma forma de ação política que pretende se posicionar contra um discurso hegemônico e, também, rompe com a necessidade da autorização discursiva. “A interrupção do regime de autoridade que as múltiplas vozes tentam promover faz com que essas vozes sejam combatidas de modo a manter esse regime” (RIBEIRO, 2020, pág.84). O poder do discurso está vinculado ao poder de se manifestar criticamente e, a partir disso, temos instituído um debate de ideias seja com objetivos de ultrapassar as barreiras sociais ou não, o discurso é uma maneira de expressar sua existência.

Uma das razões para a escolha dessas obras e consequente temática a ser abordada nesta pesquisa ocorre pela relação entre palavra e poder, além de ser responsável por conseguirmos narrar o mundo em que estamos inseridos. E por meio da palavra somos capazes de orquestrar mudanças sociais. Acredita-se que o termo em discussão surgiu à luz do ponto de vista da teoria feminista ancorado no contexto da diversidade, da teoria racial crítica e, também na matriz decolonial. Assim discorre Ribeiro (2020) sobre a relação do conceito em discussão com a política:

As reflexões e trabalhos gerados nessas perspectivas, consequentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva. (RIBEIRO, 2020, pág.57)

A partir de nossa discussão percebemos que todos temos lugar de fala, e este conceito está associado à localização social do indivíduo. Baseado nisso, é possível promover debates e refletir por meio de uma consciência crítica sobre os mais diversificados temas. “O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar” (RIBEIRO, 2020, pág.85). Essa localização social tem impacto na constituição dos lugares sociais dos grupos tidos como minoritários e subalternizados. A autora reflete acerca do lugar de fala das pessoas negras no Brasil em relação ao racismo:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. (RIBEIRO, 2020, pág. 85)

Ribeiro (2020) cita a importância das redes digitais no que tange ao conceito em discussão, como um ambiente onde há disputas narrativas. Seu papel é fundamental por possibilitar a grupos subalternizados historicamente encontrarem na internet um espaço para existir, seja na criação de vídeos ou de desafios virtuais, como no caso do challenge Treme Treme Treme. Entretanto, ainda existem barreiras que limitam o acesso desses grupos por serem consideradas vozes dissonantes. “Como expressar-se não é um direito garantido a todos e todas - ainda há a necessidade de democratização das mídias e rompimento de um monopólio” (RIBEIRO, 2020, pág.86). Apesar da imposição de limites a essa multiplicidade de vozes dissonantes, elas são capazes de provocar ruídos e romper barreiras narrativas que fazem com que as pessoas pretas ao manifestarem sua opinião sejam vistas como agressivas, apenas por lutar contra as injustiças sociais e também contra o silêncio a elas imposto. O simples ato de expor sua opinião incomoda o grupo que sempre deteve o poder de fala por provocar uma inversão lógica no sistema hegemônico colonial.

Para as idealizadoras do challenge, as ativistas interlocutora 5 e interlocutora 6, o lugar de fala tem grande importância para a comunidade negra.

A manifestação de uma pluralidade de vozes é fundamental para ultrapassar as barreiras impostas pelo colonialismo e opressões raciais em nossa sociedade. Ao ver delas, quando uma mulher negra se utiliza do poder do discurso, ela rompe as estruturas sociais principalmente por colocar em xeque a necessidade de autorização para se manifestar suas opiniões e conhecimentos que possuem o poder de conscientizar e combater opressões interseccionais.

Interlocutora 5 considera que é importante a população preta falar e criar coragem para se manifestar, pois o silenciamento é causado pela intimidação imposta à população negra. “Em determinados espaços somos intimidados e pensamos que não temos capacidade de falar” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Para ela, essa intimidação também é caracterizada pelo racismo, com o objetivo de silenciar as nossas vozes, o ato de contar nossas experiências também está atrelado à localização social relevante para a compreensão de toda opressão social imposta às pessoas negras.

A gente passa por um processo de intimidação o tempo inteiro para a gente ser silenciado, para não contar nossa história e, assim, não contar a nossa perspectiva de nada. Faz parte da nossa história de vida, tem muita gente que passou por esse processo de não poder falar, de ser silenciada em vários momentos por pessoas que achavam que a gente não sabia falar. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

Já interlocutora 6 ressalta a importância do lugar de fala para a constituição de uma consciência crítica racial em nossa sociedade “Ao meu ver a maior importância é a consciência do papel na luta racial, criando uma espécie de lucidez de que você é o protagonista nesse cenário” (INTERLOCUTORA 6, 2023). Ao romper com o regime de autoridade discursiva, na qual há a exposição de uma pluralidade de experiências, rompe-se a visão universal e se demarcam as diferenças.

Gayatri Chakravorty Spivak (2018) enfatiza o silenciamento dos grupos subalternos pelo fato de estes não serem reconhecidos como seres humanos e dignos de manifestarem seu descontentamento com algo na sociedade, daí considera que o direito a falar é crucial para que haja transformação social. Conforme a autora, os saberes dos grupos subalternos são inviabilizados, ocultados e invalidados pelo sistema de poder no qual são valorizados os saberes do Ocidente ou tidos como modernos, já que esses grupos são vistos como seres que não importam. Ela assinala as marcas do colonialismo

enraizadas em nossa sociedade e evidencia a impossibilidade de transcender o silenciamento dos subalternizados. Visto que o simples ato de fala permite que as barreiras do colonialismo sejam ultrapassadas, possibilitando justiça social a esses grupos invisibilizados. O diálogo proposto por essa obra nos proporciona uma visão crítica da relação grupos subalternizados e seu poder da fala, uma vez que fazer uso dele pode acarretar mudanças sociais. Para a autora, esses indivíduos podem e devem falar por si, o simples ato de fala é responsável por provocar mudanças e, também são capazes por reconhecer e trazer à tona conhecimentos, tradições e questões vivenciadas por esses grupos em prol da transformação social.

Em dissonância com Spivak (2018), a autora Patrícia Hill Collins (2019) ressalta que essa visão de grupos subalternos passivos e silenciados reforça que eles se identificam com o discurso dominante e, assim, seriam incapazes de refletir criticamente sobre suas próprias condições de opressão, impossibilitando que estes refutem o discurso colonial. Para a autora, a busca pela visibilidade da pauta e o poder de fala é o ponto central no pensamento feminista negro. Evidenciar esse diálogo entre autoras com distintas posturas é relevante para mostrar visões distintas sobre uma mesma temática, e isso não significa que uma esteja correta e a outra não, mas sim que se complementam para uma análise crítica ampliada dessa mesma temática. Ela acrescenta uma argumentação acerca do direito de fala das mulheres negras.

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher negra, pobre” como um item respeitoso na lista de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (SPIVAK, 2010, pág. 126)

Segundo ela, é importante refletir sobre como os grupos subalternizados não possuem o direito de fala, em vista de a sociedade não reconhecer esses indivíduos como humanos, dignos de manifestar sua opinião e experiências, ou seja, seu lugar de fala é silenciado por meio das opressões sociais. É necessário que esses grupos ultrapassem as barreiras do silenciamento.

Em mais uma contribuição de Collins (1997) a respeito da importância do conceito em discussão para o pensamento feminista negro ela aponta que este busca enfatizar a diversidade de experiências e, para isso é fundamental que

haja a discussão de diferentes pontos de vista acerca do feminismo ou debatendo outro tema social. Na sua visão, a partir do pensamento feminista podemos discutir sobre o lugar de fala.

Ao reivindicar o direito à fala temos diferentes pontos de vista e assim chegamos à conclusão sobre um dos objetivos do feminismo negro, que é sinalizar o lugar de fala da pessoa que enuncia, é importante que haja essa sinalização para a compreensão de realidades de grupos subalternizados pelo contexto colonial hegemônico. Collins (1997) argumenta acerca do lugar de fala e como este é atravessado pelas opressões coloniais:

Em primeiro lugar, o standpoint theory refere-se a experiências historicamente compartilhadas e baseadas em grupos. Grupos têm um grau de continuidade ao longo do tempo de tal modo que as realidades de grupo transcendem as experiências individuais. Por exemplo, afro-americanos, como um grupo racial estigmatizado existiu muito antes de eu nascer e irá, provavelmente, continuar depois de minha morte. Embora minha experiência individual com o racismo institucional seja única, os tipos de oportunidades e constrangimentos que me atravessam diariamente serão semelhantes com os que afro-americanos confrontam-se como um grupo. (COLLINS, 1997, pág. 9).

Segundo Collins (1997), os pontos de vistas não se resumem apenas às experiências de indivíduos, mas sim a condições sociais intrínsecas às vivências que possibilitam aos indivíduos o acesso a lugares que lhes garantem cidadania. A importância do lugar de fala está na perspectiva da diversidade de vivências a partir da enunciação, visto que rompe com uma visão hegemônica. As experiências de uma mulher negra são diferentes de uma mulher branca, pois a localização social delas proporciona a cada uma delas vivências segundo a perspectiva de gênero de outra maneira. A mulher negra carrega consigo várias opressões interseccionais, além da opressão de gênero, a exemplo do racismo institucionalizado em nossa sociedade.

Para Collins (1997), precisamos discutir a teoria do ponto de vista feminista fundamentado a partir das relações de poder que são exercidas sobre os grupos subalternizados e, para isso, precisamos considerar as seguintes características: a raça, gênero, classe e sexualidade, visto que esses elementos da estrutura social são dispositivos que promovem desigualdades. O ato de fala não está restrito apenas a emissão de palavras, mas relacionado ao poder de existência e sobrevivência social. O lugar de fala é relevante para contestar

padrões, opressões sociais e a hierarquização do saber decorrente da matriz colonial do ser, saber e poder. Em contribuição à este pensamento Djamilia Ribeiro (2020) argumenta acerca do lugar de fala e também da localização social do indivíduo frente a necessidade de enunciação de suas experiências sociais:

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. (RIBEIRO, 2020, pág.64).

A esse respeito, nossa interlocutora 5 enfatiza que o direito à voz tem relação com a garantia de existência, sobretudo das pessoas pretas. “Eu acho que a gente tem que pelo menos lutar pelo direito de existir. Sim Eu acho que a gente tá numa pegada que eu não tenho, eu não tenho estrutura nenhuma pra lutar contra uma injustiça” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Gabrielle relata um caso de racismo ocorrido, ela acusou uma mulher branca do crime de racismo, entretanto, ela foi processada pela pessoa branca por injúria e danos morais. Este caso, ressalta a necessidade de proteção das pessoas negras, visto que há uma rede de proteção que envolve as pessoas brancas regida pela matriz hegemônica e colonial. “As pessoas brancas sabem muito bem como podem se proteger. Elas sabem como se protegem, enquanto se protegem eu só quero existir” (INTERLOCUTORA 5, 2023).

Ela discute acerca da transformação do mundo à sua volta, essa pequena mudança social ocorre principalmente no bairro onde você mora. Para ela, cada pessoa tem seu mundo particular, e é importante que esses indivíduos estejam protegidos dentro do lugar ao qual são parte integrante. “Eu tenho o meu mundo, as meninas que participaram do challenge cada uma tem o seu mundo e a minha irmã também tem o mundinho dela lá em São Paulo. E desde que essas pessoas estejam protegidas dentro do seu lugar está ótimo” (INTERLOCUTORA 5, 2023).

Nossa discussão continua ao focalizar outro tema que se relaciona ao nosso objeto de estudo e proporciona um maior entendimento acerca do debate proposto pelo desafio virtual e de nosso problema de pesquisa. Centralizamos nossa argumentação acerca do empoderamento feminino e como este é responsável por promover mudanças, sobretudo na constituição de uma consciência crítica.

4. Empoderamento e resistência: O “eu” como agente propulsor de mudança social.

[...] Empoderar requer mais que transformar a consciência individual das mulheres negras por meio de estratégias de desenvolvimento da comunidade negra. O empoderamento também exige mudar as injustas instituições sociais com que os afroamericanos vêm se deparando de geração em geração.

Patrícia Hill Collins, 2019, pág. 433

Ao iniciar nossa argumentação neste capítulo com esse trecho da autora Patrícia Hill Collins (2019) trazemos uma noção de empoderamento cunhada pela autora na qual apresenta como objetivo romper com as opressões interseccionais às quais a mulher negra é submetida. Ao longo da nossa discussão veremos como o empoderamento feminino é uma forma de resistir, entre outras formas de preconceito, ao padrão estético baseado em concepções racistas em nossa sociedade. Percebe-se a relevância de ações individuais promovendo mudanças sociais por meio da ação individual do “eu” como agente de transformação. A consciência crítica racial é importante, nesse contexto, principalmente por esta ser responsáveis pelo olhar crítico em relação aos problemas sociais enfrentados em prol de seu combate.

Neste capítulo destacamos como os relatos de si são catalisadores e canais importantes da luta por transformação social, neste caso, mais particularmente por meio do challenge. Pois, como argumentam Ângela Marques e Angie Biondi (2018, pág. 306), “a subjetividade de uma narrativa individual e o contexto mais amplo da vida social se entrelaçam”. A propósito disso, as autoras destacam o papel da mediação internet, ao descentralizar uma rede de esferas públicas que se articulam em torno de temas específicos de interesse público. Conforme as autoras, os relatos de si podem constituir-se em práticas emancipatórias. “Relatar-se é uma experiência intensa, miúda e constante de construção e identificação de outros modos de ser, pensar, agir e existir, em prol de autonomia e emancipação, sobretudo quando tratamos de mulheres” (MARQUES; BIONDI, 2018, pág. 316).

É importante não considerar, porém, essa autonomia da perspectiva individualista ou de uma suposta autossuficiência, ressaltam Marques e Biondi, e sim necessariamente vinculada ao contexto cultural e às formas de

socialização. Logo, não pode ser conquistada isoladamente, sendo uma construção intersubjetiva, tal como acontece, a nosso ver, com o desafio virtual aqui estudado. Ao evocar a beleza preta, reivindica outro padrão estético, mas não como uma ação individual, e sim como uma prática que reflete no coletivo, visto que está relacionada à questão da representatividade. Evidentemente a valorização da beleza preta, por si só, não basta para empoderar um indivíduo, se essa prática não estiver atrelada a uma consciência crítica racial.

Para Collins (2019), as mulheres que possuem uma consciência crítica podem ser responsáveis por promover o empoderamento feminino negro de forma coletiva. A partir dessa consciência muitas mulheres são encorajadas a refletir sobre a possibilidade de mudanças sociais. Além disso, Collins (2019) aciona as contribuições da autora Audre Lorde (1984) acerca da autodefinição como responsável por empoderar e promover a justiça e mudança social. A libertação das amarras das imagens de controle é promovida a partir da autodefinição independente. Uma mente crítica precisa estar baseada em quatro pilares em que se apoia o empoderamento, são eles: o simples ato da autodefinição, a autovalorização e o respeito próprio, a autossuficiência, e a transformação do “eu” para o empoderamento pessoal.

É o que destaca interlocutora 3 (2023) em relação ao challenge como essa rede de apoio importante para o empoderamento feminino negro que ajuda na questão da autoestima dessas mulheres que sempre terão suas imagens julgadas pela sociedade. “Eu acho que tem essa questão de apoio entre as manas negras, de dizer você é bonita assim, um apoio nesse sentido, gerando um sentimento de sororidade entre elas” (INTERLOCUTORA 3, 2023).

Não importa se são ações individuais ou em grupo, o importante é o poder de transformação da consciência que essas ações geram na sociedade, visto que elas empoderam as mulheres negras. “Ao persistir na busca por autodefinição, nós nos transformamos como indivíduos. Nossas ações individuais quando interligadas em grupo ganham um novo significado” (COLLINS, 2019, pág. 215). Percebe-se neste fragmento da autora que o desafio virtual está alicerçado em um pensamento crítico que por meio da ação individual de cada participante do challenge objetiva-se promover uma transformação coletiva. A partir do novo significa que esse desafio adquiriu por meio dessa

consciência crítica, o desafio deixou de ser apenas um vídeo de entretenimento e passou a ser uma ação política em prol da autoaceitação e valorização da beleza preta. Logo, a autora argumenta sobre a relevância dos atos individuais que buscam a justiça social:

Dado que nossas ações como indivíduos fazem com que deixemos de simplesmente existir no mundo e passemos a ter algum controle sobre ele, elas nos permitem viver a vida cotidiana como um processo e, portanto, como algo passível de mudanças. Talvez seja por isso que tantas mulheres afro-americanas tenham conseguido persistir e “encontrar um caminho onde não havia saída”. Talvez elas conhecessem o poder da autodefinição. (COLLINS, 2019, pág. 215)

Ainda no contexto dessa mudança de mentalidade, é relevante em nossa argumentação o conceito de empoderamento feminino. Na visão de Collins (2019), empoderar implica a revitalização do feminismo negro, este sendo entendido como um projeto de justiça social em torno de um duplo objetivo: empoderar, bem como promover a justiça social. “A interação contínua entre a opressão das mulheres negras e o ativismo das mulheres negras mostra a matriz de dominação e seus domínios inter-relacionados de poder são sensíveis à agência humana” (COLLINS, 2019, pág. 456). A existência do pensamento feminista negro propõe à mulher a possibilidade de escolha e o poder de tomada de decisão, não levando em consideração a opressão à qual está sendo submetida. O reconhecimento que o mundo está em processo de formação exige que cada um de nós também reconheça que somos responsáveis por transformá-lo por meio de uma ação individual que se desdobra em ação coletiva a fim de promover mudança social. “[...] Embora o empoderamento individual seja fundamental, somente a ação coletiva pode produzir efetivamente as transformações institucionais duradouras que são necessárias para que tenhamos justiça social” (COLLINS, 2019, pág. 456). Collins (2019) acrescenta ainda que a construção de ideias e vivências fazem com que a vida cotidiana adquira um novo significado.

Esses novos significados ofereciam às afro-americanas ferramentas potencialmente poderosas para resistir às imagens de controle da condição da mulher negra. Longe de ser uma preocupação secundária no que diz respeito às mudanças sociais, desafiar as imagens de controle e substituí-las pelo ponto de vista das mulheres negras formam um componente essencial para a resistência às opressões interseccionais. (COLLINS, 2019, pág. 202)

Joice Berth (2019) argumenta que o ato de empoderar-se diz respeito à possibilidade de encontrar em si mesmo o potencial para agir em prol de uma coletividade objetivando a equalização de existências. Ela encaminha sua análise do conceito sob a ótica do feminismo negro e da perspectiva interseccional, movimento responsável por potencializar a maneira como o empoderamento é empregado. A autora empenha sua análise com o objetivo de compreender a concepção de poder presente no empoderamento, bem como sua nova lógica que não somente busca inverter as relações de poder, mas sim subvertê-las.

Segundo a autora, a dinâmica social e as opressões estruturais são indissociáveis da teoria do empoderamento. Berth (2019) aborda como a estética afeta diretamente o processo de empoderamento e discute sobre como o fato de o conceito de belo estar vinculado aos padrões estéticos eurocêtricos condiciona a percepção que temos do que é belo, excluindo os traços de origem afro-brasileira. Em virtude disso, o conceito em discussão é fundamental por atuar na autodescoberta da beleza preta, por reconhecer e enaltecer os traços que ao longo dos séculos foram desmerecidos e ocultados, com o simples ato de alisar os cabelos. “[...] Os discursos e narrativas de enfrentamento do racismo vigente que exaltam os cabelos como elementos de orgulho racial, pois amá-lo significa cuspir de volta na boca do sistema racista [...]” (BERTH, 2019, pág. 95).

Ribeiro (2018) dialoga com as contribuições de Berth (2019) sobre o conceito em discussão. Ao tratar do incômodo que uma mulher empoderada gera na sociedade principalmente por esta mulher sair do local sobre o qual a sociedade espera que seja o seu. Coloca-se em xeque o lugar de submissão a que as pessoas pretas estão submetidas socialmente. Nossa argumentação acerca do empoderamento dá-se na perspectiva de análise do nosso objeto de pesquisa, já que busca empoderar as mulheres por meio das ações individuais de cada participante do challenge que, no entanto, convertem-se em ação coletiva nos seus efeitos de sentido como narrativa.

Em relação ao pensamento feminista decolonial, proposto por Lugones (2014), a categorização do mundo a partir da perspectiva de raça, gênero, classe e sexualidade é necessária para a compreensão do pensamento capitalista e colonial moderno enredado em nossas relações de hierarquia e poder. Sendo

assim, a colonialidade do gênero, na distinção entre humano e não humano, o gênero e o sexo do indivíduo estão vinculados nessa categorização do mundo. Essa imposição do sistema moderno colonial de gênero é compreendida pela autora como a desumanização da colonialidade do ser. A autora ressalta a tentativa de tornar o colonizado menos que os colonizadores por meio do processo de desumanização do ser, tornando-os aptos à classificação.

Segundo Lugones (2014), um dos passos para a descolonização do gênero está na compreensão crítica das relações humanas, alicerçadas na opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada. Sendo este um processo fundamental para a transformação social. A superação da colonialidade de gênero dá-se a partir do pensamento feminista descolonial. Essa discussão faz-se necessária para compreensão das opressões a que as mulheres são submetidas desde o seu nascimento pela sociedade e como é possível a superação dessa visão colonial e patriarcal por meio da práxis feminista decolonial.

A interlocutora 5, enfatiza a importância de empoderar as mulheres negras e cita como isso é importante, inclusive no contexto familiar. “Mostrar para as outras pessoas e para minha irmã que tem dezessete anos e mora em São Paulo que tá tudo bem ela ter uma autoestima elevada, se achar bonita e é mesmo, e também se achar inteligente.” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Essa ênfase na autoestima elevada é ressaltada por muitas pessoas como soberba ou arrogância, sempre haverá alguém para inferiorizar essa pessoa negra perante a sociedade, o fato da mulher negra se amar como realmente é, incomoda e afronta os valores que estruturam a sociedade. “O outro está bem ou tudo incomoda na verdade, tudo incomoda. A nossa existência incomoda”. Ela ressalta ainda a importância de empoderar as mulheres à sua volta, evidenciando que é importante revolucionar o lugar social no qual se está inserido.

Eu preciso revolucionar dentro da minha casa, eu preciso revolucionar a cabecinha da minha mãe, porque quando eu coloco uma trança, ela não me chama de feia, revolucionando também a cabeça dos meus avós quando eu cheguei lá com meu dread de outra cor, eles não me chamem de feia, entende? Ou parem de me perguntar quanto eu vou tirar isso da minha cabeça, esse troço da minha cabeça. Então, quando eu puder existir confortavelmente no meu mundo, eu acho que eu já vou ter revolucionado muito. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

Ela ressalta como o processo de empoderar a sua mãe foi importante para elevá-la socialmente e também na criação de uma consciência crítica capaz de enfrentar e ultrapassar as barreiras sociais que são impostas à população negra pela sociedade. “Minha mãe se graduou em gastronomia, a partir do momento em que eu comecei a emponderá-la enquanto uma mulher negra” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela conta como se sente responsável por essas mudanças dentro de seu núcleo familiar “Então isso é muito bom, tu ser responsável por revolucionar aos poucos o teu universo, o teu mundo e, assim, tua existência” (INTERLOCUTORA 5, 2023).

Na visão de interlocutora 6, também interlocutora da pesquisa, o conceito em discussão é relevante principalmente para que as mulheres negras mudem a visão que elas têm de si mesmas, passando a se enxergar como potências, bonitas e dignas seja de ascensão social ou de sobreviver em nossa sociedade racista e machista. Abandona-se a visão acerca da necessidade de chegar a um padrão estético inalcançável e assim deixando de ser refém desses estereótipos de beleza.

Constata-se, aqui, a importância de se abster dos padrões estéticos vigentes. Além disso, a associação do challenge com o empoderamento é fundamental para a compreensão acerca da constituição de uma consciência crítica capaz de gerar mudanças sociais, sobretudo no padrão de beleza por meio da autoaceitação da beleza preta.

A seguir, discutimos sobre o feminismo negro e sua história. E a importância de discutir o feminismo negro por analisar as opressões interseccionais que toda mulher preta é atingida. O que o feminismo com algo global apenas levava em consideração experiências vivenciadas por mulheres brancas, desconsiderando toda opressão vivenciada pelas mulheres pretas.

4.1. O feminismo negro em busca de justiça social

O pensamento feminista negro visa empoderar as afro-americanas, em um contexto de injustiça social sustentado por opressões interseccionais.

Patrícia Hill Collins, 2019

No que tange ao feminismo negro, Djamila Ribeiro (2018) define o feminismo como inseparável da criação de redes de solidariedade política,

assim, pensar feminismo negro é discutir um projeto de justiça social. “O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos” (RIBEIRO, 2018, pág. 6). Segundo Ribeiro (2018), o feminismo considerado como um conceito universal exclui e desconsidera as singularidades e especificidades das mulheres negras, calando não só a voz dessas mulheres, bem como sua existência. Devido à invisibilidade a que a mulher negra foi submetida, tanto aos olhos da mídia quanto aos da sociedade, visto que nosso país foi fundado no racismo.

Ribeiro (2018) ressalta ainda que o objetivo do feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero. Para a autora, o feminismo negro vai além de almejar a reabilitação das mulheres frente aos problemas econômicos, sociais e culturais. É indignar-se com o fenômeno histórico no qual metade da população é excluída da sociedade, sendo vítima de opressão diariamente. Para além disso, Ribeiro (2018) nos propõe conhecer a história do movimento feminista no Brasil para que possamos compreendê-lo e analisá-lo criticamente. Segundo a autora, no início do séc. XIX ocorreu o que ficou conhecido como primeira onda do feminismo, cujas reivindicações se voltavam para questões como o direito ao voto e à vida pública. A grande teórica da primeira onda, conforme Ribeiro, foi a autora Nisia Floresta. A segunda onda iniciou-se em meados dos anos 70, durante um momento de crise da democracia, logo, o movimento reivindicava a valorização do trabalho feminino, o direito ao prazer e contra a violência sexual. A segunda onda combateu a ditadura militar no Brasil. Já no contexto estadunidense, o movimento denunciava a invisibilidade das mulheres negras frente à pauta de reivindicações do movimento.

No final da década de 70, o feminismo começa a ganhar força no Brasil, tendo como luta a inserção das mulheres negras como sujeitos políticos. A terceira onda do movimento feminista ocorreu no início dos anos 90, e teve como principal expoente, a autora Judith Butler. A quarta onda do feminismo, também é conhecida como ciberfeminismo ressaltado pelo uso das redes digitais em prol de mobilização, adotando questões interseccionais na organização de coletivos na luta contra opressões de raça, gênero e classe. A partir daí, começou a se discutir gênero sob a perspectiva interseccional, levando em conta as

especificidades concernentes a ser mulher. É importante ressaltar a importância do feminismo negro para instituição do debate político. Logo, percebe-se que, ao propormos essa discussão, colocamos em xeque as opressões interseccionais que nós mulheres somos submetidas, bem como a partir da compreensão da luta e reivindicações de cada onda do movimento percebemos o quanto a luta contra hierarquia de gênero foi longa e árdua. A importância de discutirmos o feminismo em nossa pesquisa está no fato de compreender o feminismo ocorrido atualmente sem a compreensão de como foi o processo de constituição deste movimento.

No próximo tópico, discutimos acerca da narrativa de si presente no desafio virtual e como esse relato pode ser considerado como uma estratégia em busca da constituição de uma consciência antirracista, sobretudo no que concerne à valorização da beleza preta, invisibilizada e inferiorizada com base em um padrão estético branco.

4.2. A narrativa de si como estratégia para o alcance da consciência antirracista.

As possibilidades de resignificação da experiência vivida, sem desconsiderar relações de poder, trazem para o centro da reflexão a capacidade de experimentar o próprio corpo, a própria imagem e a própria palavra como objeto de leis e regras, mas também como protagonista na definição da posição da mulher no mundo.

Ângela Marques e Angie Biondi, 2018, págs. 318 e 319

Inicia-se este tópico com o trecho das autoras Ângela Marques e Angie Biondi (2018), citadas na abertura do capítulo, que ilustra como as narrativas de si são importantes para o debate público e, sobretudo, político por trazer o sujeito que está à margem socialmente à condição de protagonista da sua própria história. Partimos de uma indagação importante para a compreensão sobre a narrativa.

Como pensar a narrativa em nosso cotidiano? Ela é o que nos move e constrói sentidos para que possamos dar conta da realidade a nossa volta. Segundo Motta (2013) a narrativa é composta por uma sequência singular de eventos e estados mentais, envolvendo os seres humanos, seja sob o papel de personagens ou narradores. Ela pode ser compreendida como uma produção

simbólica e social que possibilita ao narrador não apenas conhecer a sua versão da realidade, mas sim reconstruir essa versão no processo narrativo.

A narrativa reconstrói o que é a realidade, pois cada uma emerge de um contexto e situações específicas, dependendo da característica do narrador e de seus interlocutores, não havendo um padrão ou modelo estabelecido. O caráter cultural é levado em consideração dentro do processo narrativo.

Para o autor, na narração está implícita a noção de que nossas lembranças, assim como, as outras dimensões de nossa subjetividade são apresentadas no ato de narrar. É relevante a discussão da memória dentro do processo narrativo. Assim sendo, a narrativa discorre sobre a construção da realidade, logo, como se constitui o conhecimento de mundo/realidade do sujeito por meio delas e também das relações desse processo com a construção de significados e com a cultura.

Motta (2013) argumenta que o processo narrativo acontece sob a forma de relato, pois percebe-se por meio dele as evidências do mundo da vida. No ato de narrar, o sujeito reconstrói a experiência e reflete o vivido/experiência e atribui significado ao que ocorrido. Através da narração, o indivíduo organiza sua experiência por meio de sua forma, sendo relevante para pensar o que foi vivido. Logo, a narrativa é o que dá sentido à experiência do sujeito na sociedade.

A discussão acerca da narrativa é necessária, visto que o ato narrativo é pré-requisito para que o relato ocorra “nesse sentido, a capacidade narrativa é a condição para fazermos um relato de nós mesmos e assumirmos a responsabilidade por nossas ações através desse meio.” (BUTLER, 2015, pág.18). Assim, busca-se por intermédio do relato investigar como esse discurso foi ou não atravessado por situações traumáticas. Butler (2015) acrescenta sobre a relação dialética entre narrativa e relato de si:

O ato de relatar a si mesmo, portanto, adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir uma série de eventos em sequência com transições plausíveis, mas também recorre à voz e à autoridade narrativas, direcionadas a um público com o objetivo de persuadir. (BUTLER, 2015, pág.18).

Judith Butler (2015) nos traz reflexões importantes sobre a narrativa ou relato de si: como somos capazes de narrar a nós mesmos? O que seria o “si mesmo” se somos constituídos por um conjunto de atravessamentos sociais?

Butler (2015) demonstra que o “eu” é fragmentado e desintegrado e o “si mesmo”, nesse contexto, é construído constantemente, sendo crucial nesse processo o papel da linguagem como responsável pela elaboração dos sujeitos. Para a autora, o ato de relatar a si mesmo não está alheio às condições sociais sob as quais vive o sujeito. Visto que o “eu” não é algo que possa ser dissociado de seu contexto social e, desse modo, está condicionado às normas de caráter social.

A narrativa, portanto, deve estabelecer se o si-mesmo foi ou não foi a causa do sofrimento, e assim proporcionar um meio persuasivo em virtude do qual é possível entender a ação causal do si-mesmo. A narrativa não surge posteriormente a essa ação causal, mas constitui o pré-requisito de qualquer relato que possamos dar da ação moral. Nesse sentido, a capacidade narrativa é a precondição para fazermos um relato de nós mesmos e assumirmos a responsabilidade por nossas ações através desse meio. (BUTLER, 2015, pág. 18)

Nesse contexto, focalizamos o challenge a partir da perspectiva do relato de si e de como esse relato está atravessado por aspectos sociais e pela busca por justiça social. É nessa conjuntura que a autora propõe a relação dialética entre o “eu” e o “mundo”, sendo assim, o “eu” constituído pela sociedade e esta seria formada por diversos “eus” que dispõem de princípios morais e éticos formados a partir de uma conjuntura histórica e sociocultural específicas. Isto é, o que indivíduo sabe sobre si são reverberações e conteúdos que estão atravessados e marcados socialmente. “[...] não existe nenhum “eu” que possa se separar totalmente das condições sociais de seu surgimento, nenhum “eu” que não esteja implicado em um conjunto de normas morais condicionadoras, que, por serem normas, têm um caráter social que excede um significado puramente pessoal [...]” (BUTLER, 2015, pág.12).

A partir desse exercício analítico feito por Judith Butler (2015) percebe-se a relação indissociável entre o “eu”, normas éticas e os referenciais morais conflituosos. Sendo esta relação condicionante para o aparecimento do “eu” apesar de sua constituição não ser impulsionada por essas normas numa junção causa e efeito. Logo, não podemos inferir que a constituição do “eu” seja consequência do efeito de um ethos social. Além disso, a autora ressalta que o “eu” performa na sociedade conforme seu contato com as normas éticas e dos referenciais morais.

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social. A razão disso é que o “eu” não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas. Ainda que muitos críticos contemporâneos sintam-se incomodados frente à possibilidade de isso significar que não existe um conceito de sujeito que possa servir como fundamento para a ação moral e a responsabilização moral, essa conclusão não procede. (BUTLER, 2015, pág.12)

Além disso, Butler (2015) assinala que o ato de falar de si é uma tarefa sem fim, pois ao falar de si, fala-se de tudo o que constrói o “si mesmo” e, nesse processo, o sujeito não sabe o que é dele ou da sociedade que o molda, uma vez que estas se fundem a ponto de se confundirem. O conceito em discussão é fundamental em nossa linha argumentativa, devido a narrativa presente no challenge estar arrolada por experiências individuais que, ao serem narradas, evidenciam a construção social do indivíduo e os atravessamentos que estes tiveram, como os problemas sociais vigentes. Com o objetivo de conscientizar sobre temáticas que inferiorizaram a população preta durante séculos negando sua própria beleza. O alcance da narrativa, então, vai além do ato de conhecer a experiência de mulheres por meio de um desafio online, pois passa a ser importante na conscientização e exaltação da beleza preta a partir da questão do reconhecimento identitário.

A partir das contribuições de Butler (2015) percebe-se que ela posiciona seu olhar sob o sujeito discursivo, produzido por meio e no discurso, bem como sua ação se dá nesse processo. Nota-se que discurso é ação, visto que não há uma distinção entre pensamento e ação, pensar é algo reflexivo à ação. Prática e pensamento são atos indissociáveis.

A filósofa centra suas reflexões no diálogo com o ensaio “Politics and the Study of Discourse” formulado por Foucault, no qual concentra seus estudos no discurso. O discurso, para o autor, é constituído por um sistema de regras anônimas que regem a sua formação. O relato de si no discurso não retrata totalmente o ser vivente. “Minhas palavras são levadas enquanto as digo, interrompidas pelo tempo de um discurso que não é o mesmo tempo da minha vida” (BUTLER, pág. 43). Desse modo, esse relato não é fundado apenas em si,

visto que, “as estruturas indiferentes que permitem meu viver pertencem a uma sociabilidade que me excede” (BUTLER, pág.43). A autora discorre sobre as normas intrínsecas na constituição do relato:

Há uma norma em atuação, invariavelmente social, que condiciona o que será e o que não será um relato reconhecível, exemplificada no fato de que sou usada pela norma precisamente na medida em que a uso. E não é possível fazer nenhum relato de mim mesma que, em certa medida, não se conforme às normas que governam o humanamente reconhecível ou negocie esses termos de alguma maneira, com vários riscos originando-se dessa negociação. Mas, como tentarei explicar adiante, também acontece que dou um relato de mim mesma para alguém, e o destinatário desse relato, real ou imaginário, também interrompe a sensação de que esse relato é de fato meu. Se dou um relato de mim mesma para alguém, sou obrigada a revelá-lo, cedê-lo, dispor-me dele no momento em que o estabeleço como meu. É impossível fazer um relato de si mesmo fora da estrutura de interpelação, mesmo que o interpelado continue implícito e sem nome, anônimo, indefinido. A interpelação é que define o relato que se faz de si mesmo, e este só se completa quando é efetivamente extraído e expropriado do domínio daquilo que é meu. (BUTLER, 2015, pág.43)

Segundo Butler (2015), é na desposseção que o relato de si acontece. Desse modo, percebe-se que o processo de relatar a si mesmo inicia-se a partir de um relato narrativo da vida do sujeito. Para isso, “essa narrativa será desorientada pelo que não é meu, ou não é só meu. E, até certo ponto, terei de me fazer substituível para me fazer reconhecível” (BUTLER, 2015, pág. 43). Assim, a singularidade da história presente no relato narrativo é contestada a partir de normas vigentes. A autora argumenta acerca da capacidade do “eu” narrativo enunciar seu surgimento:

O “eu” não pode contar a história de seu próprio surgimento, nem as condições de sua própria possibilidade, sem dar testemunho de um estado de coisas que ele poderia não ter presenciado, que é anterior ao seu próprio surgimento como sujeito cognoscitivo, e assim constituir um conjunto de origens que só pode ser narrado à custa de um conhecimento confiável. (BUTLER, 2015, pág.44)

No que se refere à narrativa como parte integrante da conversação política online, o desafio virtual promove interações comunicativas que cumprem importante papel na criação de quadros de referência compartilhados e permitem às mulheres negras e demais sujeitos compreender questões fundamentais que lhes concernem (MARQUES; BIONDI, 2018).

Nesta pesquisa, temos como eixo central as narrativas ou relatos de si de ciberativistas negras, que assumem uma dimensão política no desafio compartilhado em rede. “O relato de si é sempre uma ação voltada, ao mesmo

tempo, para a autorrevelação, a autotransformação e configuração dos termos e esquemas de inteligibilidade que definem quem fala e para quem fala” (MARQUES; BIONDI, 2018, pág. 317). Nesse processo, podem ser contestados e/ou negociados esquemas de inteligibilidade vigentes e hegemônicos. É sob esse olhar que analisamos o challenge aqui em foco, que permite às mulheres e pessoas negras perceberem e exaltarem sua beleza, atributo que frequentemente lhes é negado por olhares racistas e, dessa maneira, questionar padrões estéticos vigentes, estimular a autoestima de pessoas negras e, em última análise, colocar em xeque valores que fundamentam e legitimam o racismo.

Nas redes digitais partilhamos nossas experiências e essas trocas se tornam relevantes, sobretudo por definir as referências de um grupo, ou seja, suas referências e repertórios de ação política. “A manifestação de certos aspectos identitários nas conversações online não é unicamente um traço que remete aos valores e à afirmação do quadro interpretativo individual de cada participante” (MARQUES E BIONDI, 2018, pág. 310).

Em contribuição ao pensamento de Marques e Biondi (2018), interlocutora 6 ressalta acerca da representatividade e a sua relação com a narrativa de si intrínseca ao challenge. Para ela, essa relação em conjunto com as questões identitárias presentes no desafio possibilitam um maior alcance, o que influencia e traz para a luta ainda mais mulheres. Patrícia Hill Collins (2019), a respeito da discussão trazida por interlocutora 6 ressalta a importância dessas histórias como dispositivos de resistência as opressões e dominações sociais.

Com base em suas histórias pessoais, os indivíduos vivenciam e resistem à dominação de várias maneiras. Cada pessoa tem uma biografia única e em constante evolução, formada por experiências, valores, motivações e emoções concretas. Dois indivíduos não podem ocupar o mesmo espaço social, assim, não existem duas biografias idênticas. (COLLINS, 2019, pág. 450)

A internet tem papel fundamental por ser um espaço importante onde essas narrativas circulam e conseguem assim expor as experiências permitindo uma aproximação e entendimento acerca das vivências do outro. “É por isso que a condição de narrar a própria vida, contar a própria história - em oposição às normatizações narrativas que constituem o sujeito como uma alteridade em uma história que igualmente não é sua” (MARQUES E BIONDI, 2018, pág.311).

Para Marques e Biondi (2018) o relato de si é uma ação de autorrevelação, autotransformação e configuração no que diz respeito da definição de quem fala e para quem fala. Pois, quando agimos e nos expressamos, não apenas nossa história é revelada, mas também todo o processo que determina quem é o ser a falar naquele momento, se sujeitando a romper ou rever as normas, bem como contestar o poder hegemônico. Por meio da narrativa de si a experiência individual a partir de seu compartilhamento se torna experiência social, elemento constitutivo do sujeito social. As autoras acrescentam a tensão envolvendo discurso, ideologias e representações hegemônicas quando as experiências vividas são compartilhadas por meio das narrativas ou relatos de si.

A tensão entre discursos, ideologias e representações hegemônicas e, de outro lado, a singularidade das experiências vividas, corporificadas e narradas dão a ver que não se pode reduzir a zero o poder de agência dos sujeitos sobretudo das mulheres. Nesse sentido, projetos identitários combinam singularidades e condições comuns, investimento pessoal e contribuições oriundas das relações. (MARQUES E BIONDI, 2018, págs. 318 e 319)

É sob essa perspectiva que o challenge está inserido como uma narrativa que revela um projeto identitário, sobretudo o reconhecimento identitário e autoaceitação por meio da ressignificação das experiências vividas e narradas no desafio virtual. “[...] Trazem para o centro da reflexão a capacidade de experimentar o próprio corpo, a própria imagem e a própria palavra como objeto de leis e regras, mas também como protagonista na definição da posição da mulher no mundo” (MARQUES E BIONDI, 2018, pág. 318). Essa possibilidade que a narrativa de si traz é evidente ao analisar como o challenge e sua narrativa auxiliaram no processo de autodefinição e autoaceitação, sobretudo, da própria imagem que sempre foi ocultada por essas mulheres durante anos. Percebe-se a associação entre enunciação/visibilidade e interação/afeto. Por meio do compartilhamento dessas experiências entre os indivíduos é constituída uma rede de afetos, como ocorrido no desafio virtual que é nosso objeto de estudo.

Portanto, o par enunciação/visibilidade é situado e contextualizado por materiais expressivos que, em arranjo, tensionam, de diferentes modos, a relação entre o sujeito, a experiência e o meio, produzindo outras recomposições nas cenas de enunciação e interpelação através dos mais diversos tipos de deslocamento interativos e afetivos. (MARQUES E BIONDI, 2018, pág.324).

Os relatos de si e seu compartilhamento são de fundamental importância para constituir a subjetividade exteriorizada, não restritos apenas à visibilidade das experiências contadas dos indivíduos, mas sim, por adquirir uma característica social no que se refere ao direito de quem fala e se expõe ao narrar suas vivências. A experiência é narrada pela própria pessoa onde ela apresenta e reivindica a palavra e a imagem, desse modo é ela que interpreta e legitima as suas dores e vivências particulares. “Tem-se uma construção do lugar de fala do sujeito que, consciente de seu status e da projeção que pode alcançar, se põe como agente qualificado das dores reais e legítimas que vivencia” (MARQUES E BIONDI, 2018, pág. 326). Assim, a história narrada pela pessoa que vivenciou essa dor é legitimada pela capacidade de demonstrar veracidade no relato compartilhado.

Para Collins (2019), a narrativa é importante ao evidenciar a experiência do indivíduo como critério de significado que contém imagens práticas “Como veículo simbólico exigindo que a história seja contada e assim passível de crença” (COLLINS, 2019, pág.412). Segundo a autora, a história narrada precisa ser contada e não vista com o olhar científico como uma mera decupagem passível de análise, e sim que esta história seja compreendida como objeto de crença. Collins (2019) enfatiza a importância da sabedoria para a sobrevivência da mulher negra, visto que o conhecimento a respeito das relações envolvidas nas opressões interseccionais é essencial para que esta mulher consiga sobreviver em sociedade e também se defender dessas opressões. Ela acrescenta que a objetificação da mulher preta a retira do núcleo de proteção que é conferido às pessoas brancas, aos homens e decorrentes do poder aquisitivo.

Essa distinção entre conhecimento e sabedoria, assim como o uso da experiência como o limite entre os dois, têm sido fundamentais para a sobrevivência da mulher negra. No contexto das opressões interseccionais, a diferença é fundamental. Conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas a sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados. (COLLINS, 2019, pág.411)

Constatou-se no decorrer deste tópico a importância da narrativa de si no contexto social e também como uma lente para a compreensão do challenge. Percebe-se que as narrativas no desafio virtual, ao trazerem as experiências vivenciadas por essas mulheres exaltando a beleza preta na perspectiva da

aceitação de si e dos cabelos naturais, criam vínculos intersubjetivos e de identificação com outras mulheres ou pessoas negras que se veem ali representadas. No tópico seguinte analisamos a narrativa do challenge que envolve a autoaceitação e empoderamento feminino, ressalta nessa narrativa aspectos importantes para a sua compreensão como meio propulsor de mudanças nos padrões de beleza.

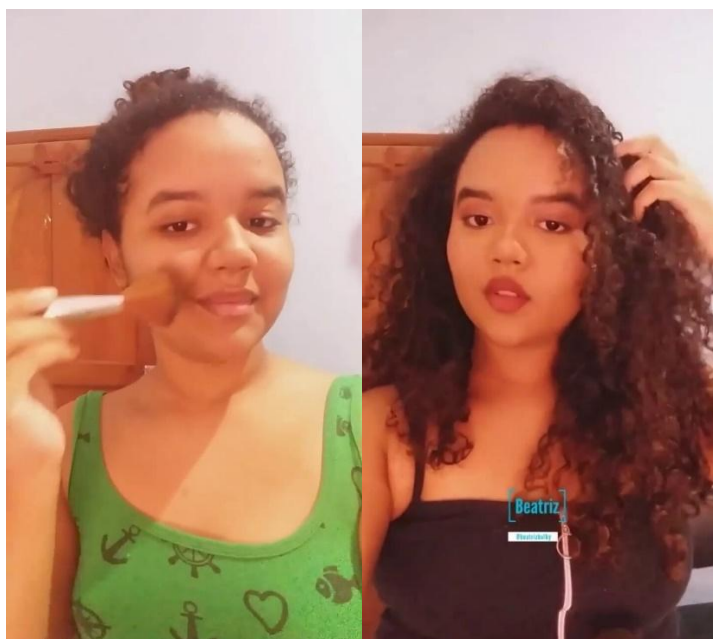
4.3. Treme treme treme: a narrativa de valorização da beleza preta em evidência.

O challenge tem por objetivo louvar a beleza preta e só o fato de nos aceitarmos, estarmos exibindo nossos corpos, é um meio de combate.

Interlocutora 6, 2023

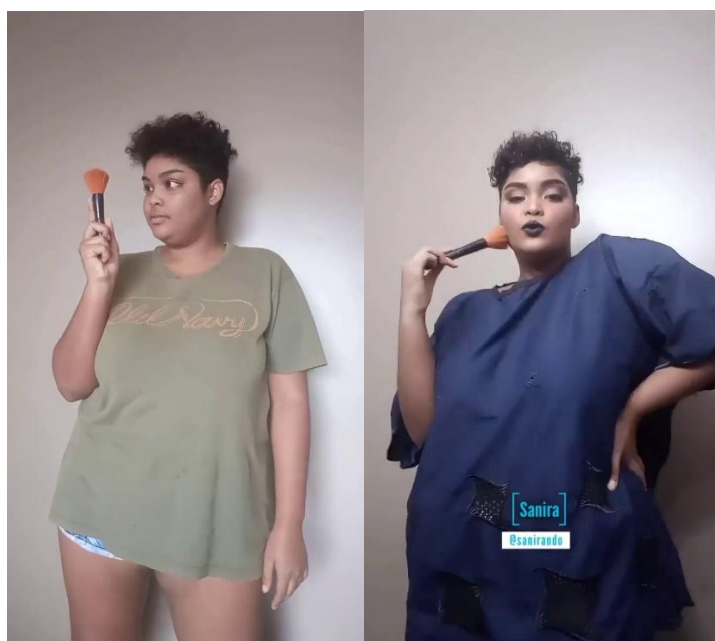
No vídeo, as participantes louvam sua beleza e seu corpo por meio de uma narrativa que exhibe mulheres negras com roupas confortáveis e, em uma transição de vídeo, aparecem lindas e maquiadas. O desafio inicia-se ao som de *Don't Rush* dos rappers Young & Bugsey em parceria com Headie One. A participante Dayana Manasses inicia o vídeo ouvindo essa música em seu fone de ouvido e assim, em uma transição de vídeo e áudio, o som é substituída pela canção Treme da cantora paraense Keila o que traz ao vídeo a essência regional do Tecnomelody ritmo paraense. Na transição do vídeo, a participante Dayana surge linda e maquiada com um pincel de maquiagem na mão. Esse pincel é significativo no desafio, pois representa o elo entre cada participante nesse primeiro momento do challenge. Ao transferir o pincel a cada mulher preta uma conexão entre elas é constituída. O vídeo continua com elas primeiramente surgindo com roupas confortáveis e na transição do vídeo cada participante surge linda e maquiada enaltecendo a beleza delas.

Figura 4: Afirmação identitária e empoderamento



Fonte: Instagram

Figura 5: A valorização da beleza preta



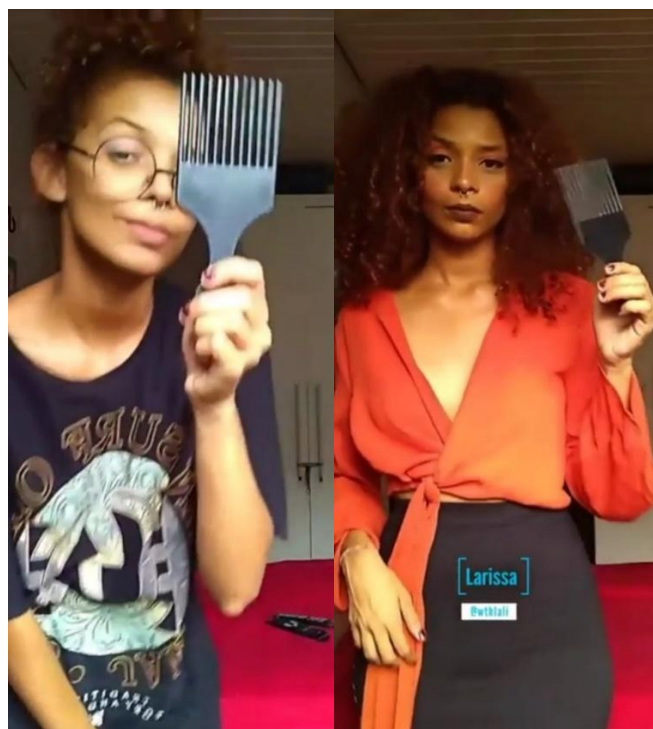
Fonte: Instagram

No segundo momento do challenge, o pincel de maquiagem é substituído pelo pente garfo, sinônimo de poder, por ser associado ao cabelo *black power*. Este objeto também simboliza resistência, pois após décadas em que os padrões estéticos brancos eram seguidos por mulheres e homens pretos em virtude da

utilização de alisamentos químicos, o pente garfo ressurge como um objeto que simboliza a volta aos cachos e o orgulho do cabelo crespo e cacheado. Além disso, a exaltação do volume desse cabelo que sempre foi algo que incomodava as pessoas pretas, agora é visto como sinônimo de poder.

No challenge as mulheres pretas continuam enaltecendo sua beleza, surgem com roupas confortáveis e, em uma transição de vídeo aparecem lindas e maquiadas, mas nesse segundo momento do desafio elas enfatizam a importância de assumir os cabelos cacheados é por isso que o elo de que constitui um vínculo entre elas é o pente garfo. A associação ao cabelo e sua exaltação é fundamental para que as mulheres pretas não ocultem seus cabelos por meio do alisamento químico é o momento de aceitar e ter orgulho de seus cachos como um movimento que busca romper com o padrão do cabelo liso como sinônimo de belo.

Figura 6: O cabelo crespo e cacheado como símbolo de resistência.



Fonte: Instagram

Percebe-se por meio da narrativa do challenge a valorização da beleza e do corpo negro com o objetivo de romper com o padrão de belo e também buscando a afirmação identitária que durante séculos foi relegada às pessoas pretas. Afinal, ser mulher ou homem preto também é sinônimo de belo. O desafio

destaca a importância da mulher preta perceber que seu cabelo conta uma história, a sua própria história e ancestralidade.

No que diz respeito a beleza preta, interlocutora 6 ratifica a relevância de assumir os cabelos naturais como ato de resgate de sua história, além disso, o challenge assume uma função importante a respeito da autoestima de mulheres pretas. “É importante principalmente para que a gente se enxergue como potências, mulheres bonitas e dignas. Que não precisamos olhar para um padrão inalcançável e ser refém dele” (INTERLOCUTORA 6, 2023). Ela acrescenta ainda que a questão da representatividade do desafio é evidente ao proporcionar que as pessoas pretas se vejam representadas e também se identifiquem ao assistir um vídeo ou um programa na televisão. “Quando outras pessoas pretas enxergam mulheres confiantes de si e exibindo seus cabelos e cultura, elas se identificam, começam a pensar que pode ser elas ali” (INTERLOCUTORA 6, 2023).

No próximo tópico analisamos o desafio virtual sob a ótica de sua função social e como o compartilhamento dessas narrativas possibilitaram uma mudança social no que diz respeito a autoaceitação da beleza preta.

4.4. O challenge e sua função social

Essas mulheres acreditavam que, se o conhecimento vem da experiência, a melhor maneira de compreender as ideias de uma pessoa é desenvolver a empatia e compartilhar as experiências que levaram essa pessoa a formar essas ideias. [...] As mulheres têm mais chances de vivenciar duas formas de saber: uma localizada no corpo e no espaço que ela ocupa, e outra que transcende esse espaço.

Patrícia Hill Collins, 2019, pág. 414.

Neste tópico, sob a inspiração das palavras de Collins, nos propomos a fazer uma reflexão sobre o compartilhamento de experiências entre as mulheres negras e como esse ato é importante. Collins (2019) assinala como nós, mulheres, entendemos como funcionam as opressões interseccionais sem que este assunto nos fosse ensinado explicitamente e muito menos conscientemente, e sim com base em nossas vivências diárias dessas opressões. A autora evidencia em sua obra o conceito de imagem de controle

como responsável por depreciar as mulheres negras e também por ressaltar os padrões dominantes de beleza, principalmente a questão da cor da pele, as características faciais e a textura capilar. Por isso, a pele branca e o cabelo liso nesse sistema de imagens de controle lhe concedem privilégios que não são concedidos a pessoas fora desse padrão dominante de beleza, já que valorizam a branquitude em detrimento da negritude.

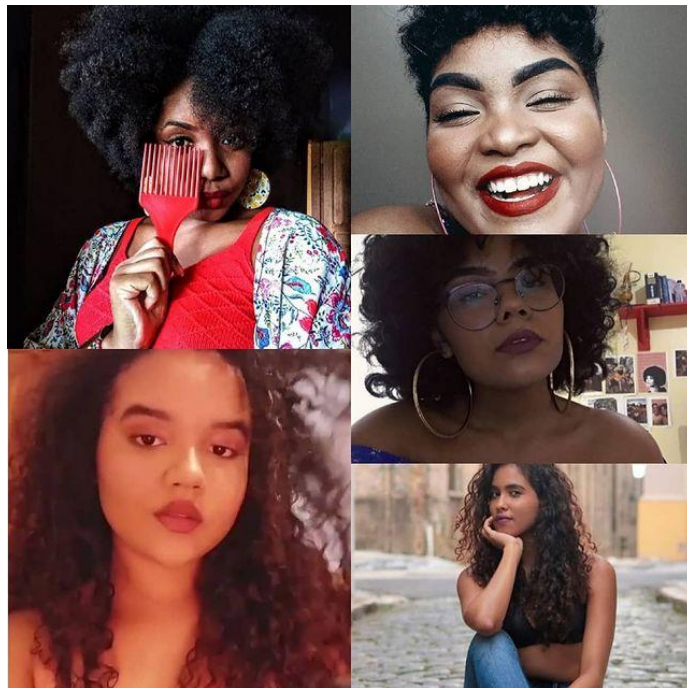
O simples ato de se posicionar em frente ao espelho ou qualquer superfície que reflita nossa imagem nos permite fazer indagação quanto a nossa estética e ao padrão de beleza que nos é imposto, algumas dessas indagações são: como eu me enxergo em frente ao espelho? E como eu me identifico enquanto mulher? O nosso modo de se vestir, se maquiar e arrumar o cabelo estão condicionados pelos padrões estéticos que são impostos pela cultura hegemônica e tradicionalmente branca. Nossos modos são moldados por esse padrão de beleza, algo que vem sendo modificado por meio de ações individuais na internet como o challenge, que colocam em xeque esses padrões e exaltam a beleza preta, sobretudo os cabelos crespos que durante anos foram vistos como sinônimo de inferioridade e que era ocultado por muitas meninas por meio de alisamentos químicos.

Inserido nessa perspectiva a palavra-chave é resgate identitário, uma forma de reforçar que as características identitárias negras merecem ser exaltadas e não ocultadas. Assim, nota-se a relevância do processo de transição capilar como uma maneira de resgatar essa identidade que nos é negada desde o nascimento, pois o padrão estético invisibiliza a beleza preta em favor da estética branca.

Em síntese, o processo de transição capilar consiste em abandonar os produtos alisantes e aguardar o cabelo natural crescer. Enquanto isso, o cabelo fica com duas texturas, ou seja, a raiz natural e as pontas ainda alisadas. Por isso, esse processo é muito difícil, pois envolve diretamente a autoestima dessas mulheres. Muitas meninas desistem durante o processo por olharem no espelho e não gostarem do cabelo com as duas texturas. Mas há alternativas que facilitam durante esse período, entre elas, a box braids e os dreads (tranças com cabelos sintéticos que auxiliam na autoestima enquanto o cabelo natural cresce). O momento crucial na transição capilar é o B.C (big chop), ou simplesmente

grande corte, que consiste no corte do cabelo retirando as pontas do cabelo que estão alisadas, e assim, ir assumindo e exaltando o cabelo crespo.

Figura 7: Participantes do challenge exaltando a beleza preta.



Fonte: Instagram

Por meio desse desafio entendemos como a libertação das amarras impostas pelos padrões de beleza é importante para a autoaceitação e resgate identitário da população negra na qual sempre foi invisibilizada e inferiorizada perante a sociedade. E também como o racismo está associado às questões estéticas, sobretudo em relação às mulheres negras.

A ocultação da beleza preta se manifesta principalmente na infância de meninas negras por intermédio da busca por outra imagem o que é dissonante ao processo de autodefinição que o challenge ressalta. Esse processo de ocultação se inicia quando essas meninas, em que me incluo, recorrem a transformações na vã tentativa de apagar sua negritude com a intenção de se adaptar aos padrões estéticos que são impostos desde seu nascimento e assim evitar a exclusão por parte dos colegas de escola. É na infância que muitas mulheres relatam ter o primeiro contato com o alisamento químico. Eu aliso meus cabelos desde os 6 anos de idade por não o considerar bonito e também como

uma forma de se enquadrar nos padrões com o objetivo de se dissociar da imagem de mulher negra por sempre ser vista como inferior e subalternizada e assim, o padrão estético branco do cabelo liso foi sendo visto por mim como belo.

Em 2018, foi a primeira vez que decidi passar pela transição capilar, mas desisti, passei por esse processo outras duas vezes. Foi durante esse processo que entendi a importância de conhecer suas raízes como uma forma de resgate identitário. Desisti da transição capilar, pois a diferença de texturas do meu cabelo me incomodava e logo voltava ao alisamento químico, afinal, são mais de 10 anos com o cabelo alisado e não é fácil se reconhecer com seu cabelo natural.

É nessa linha de pensamento que o challenge segue e busca combater o estereótipo de a beleza preta é considerada inferior e motivo de vergonha sendo esta ocultada para se enquadrar e ser aceito nos padrões estéticos vigentes em nossa sociedade. É o que expõe interlocutora 5 o fato do reconhecimento de sua beleza como linda independente de padrões impostos é importante para que essa mulher se identifique como mulher negra. “O que eu quero mostrar para as pessoas é que independente de eu ter o meu cabelo de dread, tranças ou estar com cabelo black power já com a transição completa, o fato de reconhecer a tua beleza isso é bonito” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela enfatiza ainda a necessidade da constituição de uma consciência que refute e combata esse estereótipo da beleza preta como inferior e que precisa ser ocultada, para que, assim, essa mulher possa usufruir do direito de viver dignamente e reconhecer sua beleza.

Transformar o que é teoricamente comum num novo padrão de beleza as pessoas se incomodam. Eu não acho pessoas brancas bonitas então está vendo como o fato de ir aos pouquinhos trabalhando com o meu inconsciente acerca de uma referência de belo, daquilo que é uma referência de centralidade política, afetiva e teórica. Para mim faz com que o meu olhar sobre o mundo se modifique. Logo, eu não consigo achar a Virgínia bonita. E essas pessoas que são padrões de beleza atualmente. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

Ela acrescenta ainda a importância de ir além dessa consciência crítica, precisamos rejeitar esses padrões estéticos que são impostos e sim exaltar a nossa beleza, o que a gente realmente é. E esse ato de rejeição é importante para a questão do reconhecimento identitário que está estritamente associado à

autoestima aconteça e auxilie essa mulher negra a exaltar sua beleza e não buscar se enquadrar em padrões de beleza brancos, e assim, coloniais.

Segundo Patrícia Hill Collins (2019), o poder atribuído ao fato de se autodefinir e a necessidade do livre pensar conferem a essas mulheres uma experiência libertadora. “O contexto cultural formado pelas experiências e ideias compartilhadas por membros de um grupo ou comunidade dá sentido às biografias individuais” (COLLINS, 2019, pág. 450).

Collins (2019) acrescenta que o conhecimento advém da experiência. “A melhor maneira de compreender as ideias de uma pessoa é desenvolver a empatia e compartilhar as experiências que levaram essa pessoa a formar essas ideias” (COLLINS, 2019, pág.414). É esse aspecto de desenvolvimento de uma conexão de afeto decorrente do compartilhamento dessas ideias e, assim, as pessoas que têm acesso ao challenge conseguem constituir opiniões baseadas a partir dessa conexão e do compartilhamento dessas experiências. “Essas formas de conhecimento permitem o surgimento de uma subjetividade entre o conhecimento e o conhecedor, residem nas próprias mulheres (e não em altas autoridades) e são vivenciadas diretamente no mundo (e não por intermédio de abstrações)” (COLLINS, 2019, pág. 414). A relação entre experiência e conhecimento são importantes no challenge a partir da exposição das narrativas das participantes exaltando a beleza preta e, assim, sendo responsável por criar uma conexão entre o conhecimento, a pessoa que detém o conhecimento e as mulheres que assistiram ao vídeo.

Figura 8: Mulheres negras em evidência



Fonte: Instagram

Percebe-se no desafio virtual a busca por exaltar a beleza preta livre dos estereótipos e padrões por meio da liberdade capilar dos produtos alisantes que durante anos possibilitaram o enquadramento dessas mulheres nos padrões estéticos. Essa libertação é vista como um processo de conhecer o próprio cabelo em sua forma natural. O challenge também é uma forma de celebrar, por meio das experiências narradas, o autoconhecimento, o reconhecimento identitário, a autoestima, os afetos e também descobertas sobre si por meio do desafio se tornam coletivas e podem criar uma rede de afetos importante para o prosseguimento do processo de autoaceitação das mulheres e pessoas negras.

Em contribuição ao que está sendo discutido, dialogamos com o que relata a interlocutora 6 no que diz respeito à questão da representatividade e ativismo intrínseco à função social do challenge. “É muito importante já que ela (representatividade) é a responsável por tirar as pessoas da zona de conforto, mostrar algo diferente para causar um impacto maior na sua percepção sobre o assunto e a sociedade racista em que vivemos” (INTERLOCUTORA 6, 2023). É justamente essa perspectiva que o desafio virtual se propõe, a partir desse aspecto percebemos uma das funções sociais intrínsecas neste desafio.

Outra função social do challenge é a rejeição aos padrões estéticos estritamente brancos. É o que relata a interlocutora 5 que argumenta “Então você olha pra si e se pergunta: eu me encaixo nesse padrão de beleza? E quando

you find people who are willing to show that they are beautiful, as to their physical characteristics, thus you create references" (INTERLOCUTOR 5, 2023). She also adds that there was a change in mentality after the publication and circulation of the challenge in the virtual environment. "This change in mentality is in favor of adversity and, thus respecting the differences. Shows to people that being black is beautiful" (INTERLOCUTOR 5, 2023).

For interlocutor 5, the challenge is important so that black women have pride in their physical characteristics, instead of negating them. "When they have access to a challenge of black people showing themselves as beautiful and well-groomed around their own aesthetics. And thus, create this self-esteem, have pride in their physical and aesthetic traits, as well as their own hair" (INTERLOCUTOR 5, 2023). The aesthetic movement that promotes the valorization of black beauty has been strengthening since 2015 and gaining visibility on television and other means of communication.

Figura 9: A importância do resgate identitário em Treme treme treme



Fonte: Instagram

The objectification of the black woman is presupposed as a system of control, in which black beauty is inferiorized in favor of the dominant standard of beauty valorizing and privileging the characteristic traits of whiteness. Once again, this evidences the updating of perspectives da

colonialidade em nossa sociedade. Para Collins (2019), é praticamente impossível contornar ou superar esse sistema de ideias das imagens de controle, pois para ela são pensamentos hegemônicos. Por isso, era comum que muitas meninas negras avistassem que a única forma de se tornarem verdadeiramente bonitas era se enquadrar no padrão dominante de beleza, e assim alisavam seus cabelos já que as características da negritude eram desvalorizadas e inferiorizadas. Como Gwendolyn Brooks citada na obra de Patrícia Hill Collins (2019) discorre “quando eu era criança, não me passou nem uma vez sequer pela cabeça que o crespo que me envolvia [...] poderia um dia ser considerado bonito”. Conforme dito por Brooks, a mulher negra foi acostumada à imposição de se enquadrar no padrão de beleza já que sua beleza natural não era valorizada e também pelas opressões advindas desse contexto, como o preconceito no ambiente escolar em razão do seu cabelo ou cor da pele.

Nossa discussão buscou compreender e analisar o desafio virtual em busca de sua função social e percebemos que o challenge é sobretudo uma forma de rejeitar padrões estéticos e exaltar a beleza preta combatendo preconceitos e opressões sociais. Processos como a transição capilar auxiliam a mudar a mentalidade acerca dos padrões estéticos e também a promover e compreender a mensagem do desafio virtual. É notório que o reconhecimento identitário é uma das consequências advindas do desafio virtual a partir das narrativas de si expostas, as mulheres negras passam a compreender e conhecer os próprios cabelos em sua forma natural e, logo exaltar sua beleza preta e não ocultá-la, aderindo aos padrões de beleza baseados na estética branca. Em continuidade a nossa linha argumentativa no próximo tópico analisamos o desafio virtual e como este auxilia na constituição e entendimento tanto de uma voz coletiva sobre a exaltação da beleza preta quanto a construção e importância da autodefinição, sobretudo para a mulher negra.

4.5. Treme treme treme: a busca por uma voz coletiva e autodefinida

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da

inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo.

Nilma Lino Gomes, 2019, pág. 25

Desenvolve-se neste tópico o empenho analítico voltado a pensar o challenge e suas especificidades relacionadas a sua importância no contexto da expressão coletiva em prol da autoaceitação da beleza preta e também da autodefinição, este conceito é relevante para que haja a compreensão acerca dos entraves envolvidos de maneira intrínseca no challenge. Quando uma mulher se autodefine como negra e, logo, busca exaltar sua beleza, ela acabar por subverter os padrões de beleza estruturalmente racistas em nossa sociedade.

A visão deturpada da beleza preta como inferior ao padrão estético que estava centralizado às características europeias tidas como símbolo de belo. A partir disso, percebe-se a necessidade das mulheres negras em se adequar aos padrões em busca de autoaceitação da sociedade, e assim, muitas passam a alisar seus cabelos, visto que o cabelo cacheado ou crespo era visto como um cabelo descuidado e desarrumado. Nas empresas, televisão ou qualquer outro veículo de mídia não havia mulheres com cabelo cacheado, entretanto, as poucas que havia apareciam em condições de submissão ou inferioridade, exercendo funções subalternizadas, com a de empregadas domésticas e quase nunca detinham uma posição de destaque social.

É justamente a quebra desse estereótipo que o challenge se propõe a combater. “A busca de uma voz própria para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido das mulheres negras continua sendo central no pensamento feminista negro” (COLLINS, 2019, pág. 183). Percebe-se a partir desse trecho retirado da obra de Collins (2019) uma relação com o que ocorreu no desafio Treme treme treme, visto que com base na manifestação do ponto de vista coletivo dessas mulheres acerca da exaltação da beleza preta, elas demonstraram a importância da autodefinição para que essa valorização aconteça ao rejeitar os padrões estéticos baseados na beleza branca europeia.

Naomi Wolf (2018) evidencia o padrão de beleza como fator de controle social. Segundo Wolf (2018), o mito da beleza apresenta como objetivo o

controle social, sobretudo por ser a ideologia da beleza. Visto que essa ideologia ou padrão de beleza tornam as mulheres vítimas de seus estereótipos, tornando mais rígidas e cruéis as imagens da beleza feminina a elas impostas. A imposição do padrão de beleza acarretou danos à saúde física e psicológica das mulheres, por isso, cresceram em ritmo acelerado os distúrbios relacionados à alimentação, e o número de procedimentos estéticos cirúrgicos também. Essa é a principal reflexão que Wolf (2018) nos proporciona a crítica a esses padrões de beleza visando libertar as mulheres dessa imagem, será que vale tudo para se encaixar nos padrões? É essa indagação que surge a partir das contribuições da autora. A necessidade dessa discussão nos concede refletir acerca de como os padrões de beleza foram responsáveis juntamente com a sociedade pelo apagamento da existência da população preta e que a dissolução desse padrão abre a possibilidade de a negritude ser vista como uma beleza bonita como todas as outras. Não a desvalorizando ou desprivilegiando em função da branquitude.

A autodefinição está ligada à consciência do que nossa imagem pública significa para as pessoas, ou seja, esse conceito é importante e se relaciona com a questão da representatividade negra. Uma mulher negra autodefinida valoriza sua beleza e assim faz com que outras meninas negras percebam sua beleza para se enquadrar em moldes estéticos que invisibilizam sua estética, pois são baseados em uma visão racista e colonial. A busca por uma voz coletiva e autodefinida é evidente no challenge e importante para que meninas ao assistirem os vídeos percebam o quanto são bonitas sendo diversas do padrão que se impôs.

Interlocutora 6 reflete acerca dos padrões e como eles foram responsáveis pelo embranquecimento da população negra ao tentar neles se encaixar. “A cultura do embranquecimento me atingiu muito cedo, por meio de desenhos, filmes e literatura infantil, nunca conseguia me enxergar, mas sim, somente um modelo de uma menina que eu não era, mas deveria ser” (INTERLOCUTORA 6, 2023). Durante a infância muitas meninas não se viam representadas, sobretudo na televisão, essa ausência de representatividade fazia com que elas valorizassem a beleza branca e, assim, a cultura do embranquecimento se fortaleceu e durou décadas. A partir da valorização e representação de mulheres negras na televisão com seus cabelos naturais

houve uma mudança de mentalidade a esse respeito. Muitas garotas decidiram enfrentar o processo de transição capilar como uma forma de se libertar das opressões estéticas brancas e racistas.

Nossa interlocutora relembra seu primeiro alisamento, uma etapa desejada e uma forma de ocultar e se encaixar em padrões pretendendo, sobretudo a aceitação no ambiente escolar, e relata ainda o momento em que decidiu abandonar os produtos alisantes e assumir seu cabelo natural. “Alisei meu cabelo a primeira vez aos 11 anos de idade, parei de alisar aos 16 anos, mas voltei novamente até os 18 anos. E foi quando, desde então, uso meu cabelo completamente natural” (INTERLOCUTORA 6, 2023).

Para a autora Nilma Lino Gomes (2019) o cabelo é parte integrante do corpo social e da linguagem, sendo visto como espaço de expressão e símbolo de resistência cultural. Evidencia-se o cabelo crespo a partir de sua manipulação nos salões étnicos, como modo de expressão estética e identitária negra. Gomes (2019) ressalta a importância de quebrar os tabus relacionados ao padrão de beleza dominante na sociedade e, para isso, reitera que a conscientização é fundamental para que haja um outro olhar das pessoas negras sobre o próprio cabelo contribuindo no processo de reversão das representações pejorativas vigentes e herdadas de uma cultura onde o racismo já se tornou institucionalizado. A autora nos provoca a uma reflexão relevante do ponto de vista decolonial, olhar e analisar o corpo negro e, sobretudo, o cabelo proporcionando uma visão fora dos estereótipos e padrões, evidenciando o cabelo como algo que vai além da estética. Para ela, cabelo e corpo não podem ser analisados de maneira dissociada, pois estes são constituintes da identidade negra.

Entendo a construção da identidade negra como um movimento que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora. É essa relação tensa, conflituosa e complexa que este trabalho privilegia, vendo-a a partir da mediação realizada pelo corpo e pela expressão da estética negra. Nessa mediação, um ícone identitário se sobressai: o cabelo crespo. O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos. (GOMES, 2019, pág. 24)

Para interlocutora 6, a mudança de mentalidade foi de suma importância no processo de autodefinição. “O ponto de mudança foi me entender como uma

mulher negra de verdade (por volta de 2018) e que meu cabelo contava uma história, a minha própria história. E ele deveria ser quem ele era” (INTERLOCUTORA 6, 2023). O conceito em discussão auxilia no processo de reconhecimento identitário por ser um processo de autoconhecimento no qual a mulher negra percebe a importância de sua beleza e como sua exaltação proporciona uma mudança no tocante à representatividade e o simples ato de assumir seus cabelos naturais é um grande passo em busca da autodefinição. “Quando outras pessoas pretas enxergam mulheres confiantes de si e exibindo seus cabelos e cultura, elas se identificam, começam a pensar que pode ser elas ali” (INTERLOCUTORA 6, 2023).

O empoderamento feminino é promovido por meio da autodefinição e auxilia a resistir às opressões interseccionais impostas às mulheres negras. “Quando a sobrevivência da mulher negra está em jogo, criar autodefinições independentes é essencial” (COLLINS, 2019, pág. 203). O reconhecimento identitário não é um objetivo da autodefinição, mas sim, um ponto de partida no qual busca-se o entendimento de que a vida da mulher negra é constituída por camadas de opressão que envolvem os aspectos de gênero, raça, sexualidade e classe.

Nossa interlocutora 5 ressalta a relevância da autodefinição no processo de reconhecimento identitário por rejeitar padrões e assumir sua beleza, sobretudo, relacionada à autovalorização do cabelo crespo e cacheado. Ela ressalta a importância do cabelo para as pessoas pretas. “O meu cabelo ele tem um significado pra mim, suponha que eu seja uma princesa. Então, tenho um determinado tipo de trança. E eu uso o meu cabelo desse jeito. E isso representa a minha hierarquia social diante daquele povo” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela ressalta ainda como a beleza preta sempre foi vista como algo que precisa ser invisibilizado ou apagado.

Dentro dessa perspectiva da hierarquia social durante o processo de escravidão, a minha cabeça vai ser raspada. As minhas tranças de determinadas cores vão ser arrancadas e eu vou ser exposta nua no mercado de escravos. Por quê? Eu preciso ser destituída da minha identidade cultural para que eu não tenha história. E uma vez que eu não tenho a história, também não tenho futuro. É disso que se trata o genocídio do povo negro. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

A autodefinição, segundo Collins (2019), revela a rejeição às imagens de controle envolvidas na condição da mulher negra. Collins (2019) apresenta o conceito de autovalorização que diz respeito ao conteúdo das autodefinições, ou seja, a valorização da beleza acontece por meio do processo de autodefinição, apesar da semelhança dos conceitos, eles não possuem o mesmo significado. Percebe-se que autovalorização e autodefinição possuem uma relação de dependência durante o processo de reconhecimento identitário. “Ao enfatizar a autodefinição, as mulheres negras questionam não apenas o que já foi dito sobre as afro-americanas, mas a credibilidade e as intenções daqueles que têm o poder de definir” (COLLINS, 2019, pág. 206). A autora ressalta como o processo de autodefinição é importante para a mulher negra e destaca o poder intrínseco nesse simples ato.

Quando nós, mulheres negras, nos autodefinimos, rejeitamos claramente o pressuposto de que aqueles em posição de autoridade para interpretar nossa realidade têm o direito de fazê-lo. Independentemente do conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como sujeitos humanos. (COLLINS, 2019, pág. 206)

A interlocutora 5 relata como o processo de ocultação da beleza preta, sobretudo do cabelo crespo, acontece desde a infância, e como a autodefinição é relevante no processo de aceitação da beleza das mulheres negras. “Com seis anos de idade minha mãe alisou o cabelo da minha irmã mamãe não tinha paciência, e sempre alisou o cabelo dela. Então para ela era mais fácil tratar o cabelo quando ele está alisado. Eu já tinha um pouco mais de autonomia nesse sentido, por que meu cabelo era mais solto” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Nossa interlocutora acrescenta que seu natural é ondulado e volumoso, e que durante o período pandêmico tentou passar pela transição diversas vezes, mas esse processo é difícil. “Eu tentei voltar durante a pandemia ao meu cabelo natural. Só que eu ainda fazia muito uso da chapinha, porque tipo assim, ele ficava liso, depois ondulava e ficava liso de novo. Aí eu me perguntei: cadê meu cabelo? De vez em quando aparecia uns cachinhos por aqui. Eu tentei umas três ou quatro vezes” (INTERLOCUTORA 5, 2023). Ela acrescenta que a falta de apoio à mulher negra durante esse processo faz com que muitas dessas mulheres desistem da transição capilar por se sentirem feias.

Eu desisti porque quando passei pela transição capilar, não me senti bem. É a pior fase porque fica uma parte do cabelo de um jeito, outro de outro, aí a pessoa se olha no espelho e não está se identificando. Aí quando não vem outra pessoa e diz está muito feio assim alisa. Aí em vez de ajudar atrapalha. Só atrapalha. Exatamente. (INTERLOCUTORA 5, 2023)

Ao longo deste tópico percebemos o papel fundamental da autodefinição para romper os estereótipos racistas e, também, para a autoestima da mulher negra. Além disso, é importante ressaltar o processo de transição capilar como responsável por ajudar essas mulheres a se autorreconhecerem. Mesmo este sendo um processo demorado e doloroso é o único método que proporciona a essas mulheres autoconhecimento e reconhecimento identitário, o eixo central da autodefinição é se reconhecer como uma mulher preta e não ocultar sua beleza, sobretudo é se orgulhar de ser mulher negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso de nossa argumentação nesta pesquisa percebemos o quanto o corpo preto é atravessado por múltiplas formas de violência desde o nascimento. E nosso intuito com essa pesquisa foi concluído, nossos objetivos de pesquisa foram alcançados. Ao longo da nossa discussão percebe-se a importância do challenge e do nosso estudo, pois nossa análise se realiza fundamentada num olhar crítico sobre o racismo utilizando-se do desafio virtual como objeto de estudo para a compreensão de como o preconceito [e vivenciado no cotidiano das mulheres negras da Amazônia influenciando-as a ter uma visão negativa acerca do próprio corpo, sobretudo sobre o cabelo, levando essas mulheres a buscarem maneiras de ocultarem sua beleza negra por meio do alisamento, por exemplo. Ao longo da nossa pesquisa demonstramos por meio da nossa análise crítica sobre o racismo em associação ao nosso objeto de estudo analisando cada aspecto do desafio com o intuito de compreender os preconceitos vivenciados por mulheres negras no Brasil, sobretudo, na Amazônia.

No desafio virtual é notório a criação de vínculos, no contexto pandêmico essa rede de afetos construída com base nas experiências compartilhadas ao longo da produção do challenge. Ao longo da nossa discussão empírica percebe a importância do afeto e da criação de vínculos para a efetividade do challenge. O aspecto da ação política também está alicerçada na construção dessa rede de apoio que tinha como objetivo a autoaceitação e exaltação da beleza negra.

Ao discutir acerca da construção da raça no Brasil percebe-se o tensionamento por meio de práticas decoloniais dos segmentos da sociedade historicamente invisibilizados e estigmatizados é capaz de abrir possibilidades de transformação e propor rupturas com os padrões vigentes.

Desde o período da colonização o corpo da mulher preta foi vítima de várias agressões, como o estupro que muitas sofreram, sob a visão da miscigenação da sociedade brasileira com o intuito de formar uma identidade homogênea com a perspectiva do embranquecimento da população e formação da identidade nacional. Essa análise é importante por ter sido uma questão de

fundo no challenge que analisamos, a questão do corpo negro em evidencia rompendo os estereótipos construídos desde o período colonial e atualizados socialmente com o decorrer dos anos.

Evidenciou-se na pesquisa, por outro lado, o potencial das redes digitais, apropriadas por diferentes sujeitos em perspectiva contra-hegemônica, como uma arena de debate público, ao trazer à cena pública temas de interesse de grupos sub-representados, com caráter eminentemente político. Em conjunto com as narrativas de si, nossa análise do challenge Treme treme treme ocorre com o auxílio do pensamento decolonial, antirracista e interseccional, que nos ajuda a compreender e analisar as violações cumulativas que movem as mulheres pretas protagonistas do desafio virtual, tecendo uma narrativa que subverte a lógica do preconceito racial e convida as pessoas pretas, não só as mulheres, a gostarem de si mesmas, aceitarem-se como são e exaltarem sua beleza. As narrativas de si, por sua vez, como enunciação das experiências vividas pelas sujeitas/sujeitos, podem articular a experiência singular e individual destas/destes com o contexto social mais amplo, somando-se a outras trajetórias com muitos pontos em comum. Nesse sentido, podem transformar-se em ferramenta política e assumirem uma dimensão emancipatória. Essa discussão dá base à análise do challenge focalizado nesta pesquisa.

Além disso, a questão do empoderamento feminino negro por meio da estética como uma ação individual que, no entanto, reflete no coletivo, visto que está relacionado à luta pela representatividade. Consideramos, porém, que a valorização da beleza preta em si não é suficiente para empoderar um indivíduo, principalmente se não estiver atrelada a uma consciência crítica racial.

É importante ressaltar que essa pesquisa evidencia o papel fundamental da reafirmação da identidade negra ao dispor seu olhar sobre a autoaceitação como algo que vai além da questão estética. Fica claro que o ato de aceitar seus cabelos é um movimento de luta em busca de existência em uma sociedade cujo os padrões são esteticamente brancos, e existir é resistir ao padrão estético que são impostos socialmente.

A transição capilar é um movimento de resistência em busca da libertação do alisamento químico que ocultava os cabelos crespos, cacheados ou ondulados em busca de aceitação social. Ao assumir os cachos rompemos com

a noção que inferioriza os cachos, como exposta na canção de Luís Caldas “Nega do cabelo duro. Que não gosta de pentear” (CALDAS, 1985). Este trecho retrata como o cabelo crespo era visto e também demonstra a importância do desafio Treme treme treme para romper com essa visão racista dos cabelos cacheados, crespos e ondulados. Se autorreconhecer após anos com cabelos lisos é um processo difícil e doloroso, por isso muitas mulheres desistem e voltam aos alisamentos químicos, afinal, alisar os cabelos desde a infância dificulta o processo de autorreconhecimento com os cabelos cacheados. Além disso, a transição capilar é um período de luta constante contra os comentários sobre as duas texturas do cabelo que influenciam diretamente na autoestima da mulher, portanto a palavra que define a transição é resistência, resistir e continuar em busca do seu cabelo natural e da sua autodefinição.

Desse modo, propõe-se a inversão do olhar colonial a partir da perspectiva decolonial no que diz respeito às opressões interseccionais que atingem nossos corpos-territórios. A análise do objeto de estudo possibilita também a inversão do olhar sobre os padrões estéticos e sistema de opressão e dominação no qual o corpo preto é visto como subalterno e em posições de inferioridade.

Além disso, compreende-se a importância do “eu” como agente propulsor de mudanças no que concerne o challenge a partir da compreensão de como a atitude de cada participante no vídeo pode promover a inversão no olhar sobre o cabelo crespo e principalmente do corpo preto sob a perspectiva do corpo-território como um movimento de resistência e libertário, ao romper com padrões europeus e norte-americanos. É perceptível a relevância da narrativa de si para compreensão das opressões que as participantes do desafio enfrentaram e como esse relato contribui na luta antirracista ao narrar a exaltação da beleza negra e ao trazer o corpo negro em destaque como protagonista da sua própria narrativa.

O desafio virtual possibilita uma nova visão sobre o ciberfeminismo como uma forma de protesto, a associação desse à narrativa de si demonstrou o potencial do challenge como uma mobilização de resistência ao debater temas de grupos subalternizados desde o período colonial. A visibilidade decorrente da

promoção desse debate é agente propulsor de mudanças sociais, pois ao debater podemos refletir e reivindicar soluções.

O rompimento com as matrizes moderno-coloniais é um percurso longo, pois se trata de confrontar lógicas de dominação e desigualdade arraigadas por séculos, mas é fundamental para apontar na direção de uma perspectiva antirracista e permitir a reafirmação da identidade negra. Consideramos que o desafio virtual analisado aqui contribui na formação de uma consciência crítica racial ao promover uma reflexão acerca da autoaceitação da beleza negra. A questão da autoaceitação vai além de questões estéticas e possibilita a afirmação da mulher negra como indivíduo social. A beleza negra é afirmada a partir da aceitação do cabelo cacheado, que sempre foi ocultado e depreciado, o que fazia muitas mulheres alisarem seus cabelos para se enquadrarem nos padrões e também para serem consideradas bonitas sob a perspectiva da cultura do embranquecimento que não valoriza a beleza preta. O intuito aqui foi fazer uma reflexão teórico-analítica sobre a autoaceitação e reafirmação da beleza preta que sempre foi subjugada socialmente.

APÊNDICE 1

1. Você se considera ativista? Se sim, explique o motivo?
2. Para você, qual é a função social do ativismo feminino negro?
3. O ativismo como Conscientização/Prática política é importante para que os sujeitos conheçam seus direitos e lutem por eles. Na prática essa categoria de ativismo atinge seu objetivo, o de conscientizar? Se sim, exemplifique as práticas de ativismo que você conhece?
4. Qual a importância do lugar de fala no debate sobre as opressões raciais?
5. Em relação ao Challenge Afro amazônidas ocorrido em 2020. Como ações individuais no meio cibernético possibilitam a autoaceitação da beleza preta?
6. Como você percebeu que a cultura do embranquecimento muito comum em nossa sociedade desde o simples ato de alisar o cabelo até o seguimento de padrões europeus, se fez presente em sua vida?
7. Quando você percebeu que seu cabelo é lindo e passou a parar de alisar? E como esse simples ato de exaltar a beleza dos seus cabelos foi possível?
8. Qual a importância do empoderamento feminino inserido nesse cenário?
9. Qual a importância da representatividade negra nas redes?
10. Você utiliza o espaço da sua rede social para ações ciberativistas? Se sim, comente acerca dessa publicação? Seu objetivo com essa publicação foi alcançado?
11. Qual o objetivo do challenge? E como o racismo é combatido por meio da narrativa do challenge?
12. Como o challenge auxilia na autoaceitação e reafirmação da identidade negra?
13. Como o contexto pandêmico influenciou na concepção e realização do challenge?

APÊNDICE 2

1. Como você percebeu que a cultura do embranquecimento muito comum em nossa sociedade desde o simples ato de alisar o cabelo até o seguimento de padrões europeus, se fez presente em sua vida? O que motivou você a alisar seu cabelo?
2. Nos conte como foi o processo de aceitação dos seus cabelos dentro do contexto da transição capilar e seus percalços?
3. Quando você percebeu que seu cabelo é lindo e passou a parar de alisar? E como esse simples ato de exaltar a beleza dos seus cabelos foi possível?
4. Você já sofreu preconceito relacionado a seu cabelo? Conte como foi?
5. Para você, qual a importância dessa representatividade negra nas redes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORAS, M.; COSTA, S. M. G. DA; ARAÚJO, L. M. DE. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, 29 nov. 2021

ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. In **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. págs.311-326

AQUINO, L. Estudo da interface entre ativismo e mídia radical alternativa nos movimentos de militância virtual Antidrogas e Psicotropicus. In: FREITAS, Ricardo O. (Org.), **Mídia Alternativa: estratégias e desafios para a comunicação hegemônica**. Ilhéus (BA): Editus, 2009. págs. 249-275.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CABRAL, G. **Entrevista concedida para esta pesquisa**. Belém, 2023.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pág. 440

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

COLLINS, Patrícia Hill. Como o poder tem importância: interseccionalidade e resistência intelectual. In: COLLINS, Patrícia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teor social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022, págs. 125-220.

_____. **Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”: Onde está o poder?** Signs, v. 22, págs. 375-381, 1997. [Tradução de Juliana Borges]

_____. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

_____. Epistemologia feminina negra. In: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado- Torres, Ramón Grosfoguel (Orgs.). **Decolonialidade e**

pensamento afrodiaspórico. Coleção Cultura Negra e Identidades. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. págs. 152-188.

CORDOVIL, S. **Entrevista concedida para esta pesquisa.** Belém, 2023

COULDRY, N.; HEPP, A. **The Mediated Construction of Reality** Cambridge: Polity Press, 2016

DI FELICE, M. **Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas.** Matrizes, São Paulo, n. 2, págs. 49-71, 2013.

INTERLOCUTORA 1. **Entrevista concedida para esta pesquisa.** Belém, 2023.

DREYER, B. Relações públicas e influenciadores digitais: abordagens para a gestão do relacionamento na contemporaneidade. **Revista Comunicare.** Volume 17 - Edição especial de 70 anos da Faculdade Cásper Líbero. 2017. págs. 56-75. Disponível em: <https://bit.ly/33OhKTZ>. Acesso em: 06 de mar. de 2023..

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANÇA, V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C.; LOPES, M. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas** (org.). Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016.

GOMES, N, L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** 3ª ed (revista e ampliada). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GOLDSMAN, F. Quebrar o algoritmo: twitter e os debates pela descriminalização do aborto na argentina durante a campanha #libertadparabelen. In **Ciberfeminismos 3.0.** Editora LabCom, Portugal, 2021, org. Graciela Natansohn (Facom/PosCom/UFBA).

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. págs. 328-340

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro, 2006

LAZARATO, M. **As revoluções do Capitalismo.** São Paulo: Editora Record, 2006.

LÓPEZ, C. **O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, págs. 301-330, jan./jun. 2015 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100012>

LORDE, A. **Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo**. Tradução de Renata. Geledes, 19 maio 2013. Disponível em: <https://goo.gl/MfpQbV>. Acesso em: 03. jul. 2023.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Set/dez.2014.

MALINI, F; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ativismo e mobilização nas redes digitais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

INTERLOCUTORA 3, B. **Entrevista concedida para esta pesquisa**. Belém, 2023.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARQUES, A; BIONDI, A. A narrativa de si e a produção da fala política de mulheres ativistas em posts nas redes sociais. MAIA, Rousiley C. M.; PRUDENCIO, Kelly. VIMIEIRO, Ana Carolina (Org.). **Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo**. Salvador: Edufba: 2018, págs. 305-331.

MARTINO, L. **Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

OLIVEIRA, G. **Entrevista concedida para esta pesquisa**. Belém, 2023.

OLIVEIRA, J. **Entrevista concedida para esta pesquisa**. Belém, 2023.

PRUDENCIO, K. As redes sociais às redes digitais: a trajetória do ativismo na internet. MAIA, Rousiley C. M.; PRUDENCIO, Kelly. VIMIEIRO, Ana Carolina (Org.). **Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo**. Salvador: Edufba: 2018, págs. 257-281.

Prudencio, K. (2015). Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. **Compólitica**, 4(2), 87-110.

QUIJANO, A. (2022). Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, (37). <https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>

REIS, J; NATANSOHN, G. Do ciberfeminismo... aos hackfeminismos. In **Ciberfeminismos 3.0**. Editora LabCom, Portugal, 2021, org. Graciela Natansohn (Facom/PosCom/UFBA).

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento; 2020. (Feminismos plurais).

INTERLOCUTORA 2. **Entrevista concedida para esta pesquisa.** Belém, 2023.

SODRÉ, M. O emotivo e o indicial na mídia. In: _____. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política.** Petrópolis: Vozes, 2006, págs. 73-124.

_____. O ethos mediatizado. In: _____. **Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede.** Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. Sobre a episteme comunicacional. In: **Revista Matrizes**, São Paulo, Ano 01, v. 1, n. 1, págs. 15-26, out. 2007.

_____. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional** / Muniz Sodré. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

TRINDADE, L. **Entrevista concedida para esta pesquisa.** Belém, 2023.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity. A critical history of Social Media.** New York: Oxford University Press, 2013.

XAVIER E MOTTA, Silva Leila e Stefano. **A DECOLONIALIDADE DO CORPO NEGRO NAS TELAS** . [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, págs. 35-43, jan./jun. 2018.